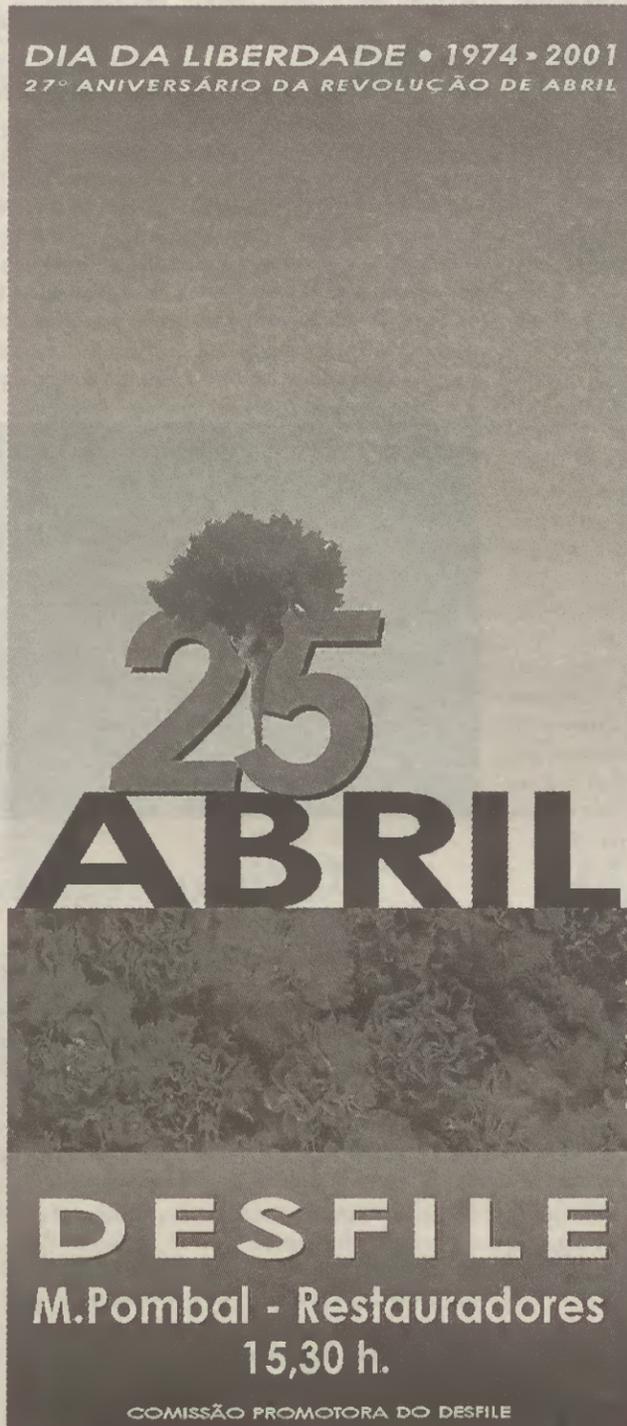


Reuniu o Comité Central do PCP

Reforçar a organização e a luta



Em vésperas do 25 de Abril e das comemorações do 1.º de Maio, o Comité Central do PCP analisou a situação política nacional, «marcada simultaneamente pelo agravamento dos problemas do País em consequência da política governativa», e apontou três direcções de trabalho – «o reforço do combate à política de direita, o desenvolvimento da luta de massas e da iniciati-

va política; a preparação das eleições autárquicas; a dinamização da CDU e o reforço do PCP».

Págs. 5 e 15 a 20



«A situação social, as tentativas do capital e do Governo para impor uma política de baixos salários, o alastramento da precariedade, a crescente sinistralidade no trabalho, o aumento do custo de vida, a desvalorização e destruição do aparelho produtivo nacional e a persistência das políticas de degradação do sector público, dos serviços públicos e das funções sociais do Estado, reclamam que o 1.º de Maio, convocado e organizado pela CCTP-IN, se transforme numa grande jornada nacional de luta dos trabalhadores (...)»

– Do comunicado do CC do PCP.

Pág. 32

1.º de Maio

Todos

à grande jornada

nacional da CGTP-IN

Eleições autárquicas

Candidaturas CDU

Esta semana, mais candidaturas da CDU foram apresentadas publicamente. Carlos Carvalhas participou nas apresentações da Marinha Grande e do Porto. Mais candidaturas em outros concelhos.

Págs. 12 e 13

União Europeia

Moderação... dizem eles

A Comissão Europeia aconselha Portugal a moderar os salários e a tomar medidas para facilitar os despedimentos. E consideram pouco ambiciosos os objectivos do défice público.

Pág. 24

Despedimentos em massa

Mais dez mil na Ericsson

O fabricante sueco de equipamentos para telemóveis, Ericsson, anunciou mais dez mil despedimentos. Para reduzir despesas e manter lucros, os trabalhadores são sacrificados.

Pág. 22

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª A, - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matriculada: 47058.
NIF - 500 090 440

DIREÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lígia Calapez
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Sérgio Morais

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 923 99 21
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Contínente e Regiões
Autónomas)
50 números: 9 000\$00
25 números: 4 600\$00

EUROPA
50 números: 23 000\$00

EXTRA-EUROPA
50 números: 33 000\$00

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Resumo

18 Quarta-feira

O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras detém sete indivíduos suspeitos da prática de auxílio à imigração ilegal ● Comemora-se o centenário de Bento de Jesus Caraça, professor e político ● A Fundação Mário Soares inaugura uma exposição sobre o 25 de Abril ● Ariel Sharon, chefe do governo israelita, é criticado na reunião do gabinete de segurança por não consultar os outros ministros sobre as operações militares nos territórios autónomos ● A explosão de um automóvel armadilhado em Pristina, capital do Kosovo, provoca a morte de um sérvio.

19 Quinta-feira

Começa o julgamento do ex-presidente da extinta JAE, o general Garcia dos Santos, acusado de desobediência qualificada ● O vavém *Endeavour* parte para o espaço com uma carga especial, o braço robótico o *Canadarm* essencial para a construção da estação *Alpha* ● Os EUA pedem à Síria que intervenha junto do movimento Hezbollah no intuito de acalmar a situação no Líbano ● O presidente indonésio, Abdurrahman Wahid, afirma que o país pode enfrentar um «rebelião nacional» caso o Parlamento insista em avançar com o processo de destituição.

20 Sexta-feira

Os médicos do centro de saúde de Viana do Castelo denunciam as más condições daquela estrutura e alertam para a possibilidade de risco biológico ● Cerca de duas centenas de guardas-nocturnos das escolas concentram-se em frente ao Ministério da Educação para reivindicarem melhores condições no trabalho ● A Inspeção Geral de Trabalho realiza uma inspeção às obras do *El Corte Inglés*, em Lisboa, e detecta «indícios de fraude na utilização dos cartões» assim como «falta de segurança com riscos graves para os trabalhadores» ● O Instituto de Sociologia da Academia Búlgara de Ciências constata

Carlos Carvalhas apresenta à comunicação social as conclusões do Comité Central

num inquérito que mais de seis por cento das crianças trabalham.

21 Sábado

Após a reunião do Comité Central do PCP, Carlos Carvalhas dá conta da análise feita sobre o mau estado da situação económica e política em que se encontra o País ● António Guterres afirma que o PS está unido e que as discordâncias internas fazem parte do funcionamento partidário ● Um responsável palestino diz à AFP que está prevista uma reunião de segurança entre israelitas e palestinos em Erez, entre a Faixa de Gaza e Israel ● O Ministério dos Negócios Estrangeiros chinês protesta contra a concessão de um visto americano ao antigo presidente taiwanês Lee Teng-hui.

22 Domingo

Para analisar os problemas do ensino superior, cerca de meia centena de associações de estudantes de todo o País e uma dezena de órgãos federativos reúnem-se em Setúbal ● Nong Duc Manh é eleito secretário-geral do Partido Comunista Vietnamita ● A menos de seis semanas da segunda volta das presidenciais peruanas, o economista Alexandre Toledo mantém uma vantagem de dez pontos sobre o ex-presidente Alan García.

23 Segunda-feira

Em declarações ao DN, Jorge Coelho diz que os ficheiros dos militantes do PS têm números «desajustados da realidade» e necessitam de ser «actualizados» com urgência ● De acordo com a convenção assinada entre a Federação Portuguesa de Táxis e a Direcção Geral de Comércio e da Concorrência, os táxis aumentam o preço da tarifa a partir do dia 1 de Maio ● Durante uma manifestação na Faixa de Gaza, uma criança palestina é baleada na cabeça ● Depois de 16 meses no estrangeiro, o opositor Etienne Tshisekedi, da República Democrática do Congo, regressa a Kinshasa.

Aconteceu

Cimeira cercada

Dezenas de milhares de manifestantes cercaram, ao longo de três dias, o local onde decorreu a Cimeira das Américas. Sindicalistas, membros de organizações comunitárias, de organizações de mulheres ou ecologistas, desfilaram durante horas nos bairros industriais da cidade do Quebec, Canadá. O balanço dos confrontos da polícia, nomeadamente com grupos de jovens que tentaram romper os cordões de segurança, é significativo. Cerca de 430 pessoas foram presas.

Os 34 chefes de Estado dos países do continente americano, à excepção de Cuba, decidiram entretanto a criação de uma Área de Comércio Livre das Américas (ALCA), até Dezembro de

2005. A decisão aprovada não anula entretanto as divergências que se manifestaram. O que está em causa é a criação de uma zona comercial, com abolição das tarifas aduaneiras, num continente em que são notórios os desequilíbrios entre países e esmagador o poder dos Estados Unidos.

Com a reserva do presidente venezuelano, a III Cimeira das Américas terminou com o compromisso dos dirigentes dos países do continente de prosseguirem com o processo de integração regional no plano político e comercial.

Os Estados Unidos pressionam os outros países para uma entrada em vigor das regras acordadas o mais rápido possível.

Redes mafiosas

A União dos Sindicatos da Madeira denunciou a existência de redes de tráfico de mão-de-obra estrangeira clandestina a operar na Região.

Em conferência de imprensa para apresentação do programa de actividades para o 1 de Maio, foi referida a existência na Madeira de redes mafiosas que contactam com organizações idênticas no continente e no estrangeiro, visando o recrutamento de mão-de-obra clandestina.

Chegada à Madeira, esta mão-de-obra é entregue a empreiteiros e subempreiteiros, alguns dos quais já identificados pelos sindicatos e denunciados às autoridades competentes.

A União de Sindicatos exige maior fiscalização da Inspeção Regional de Trabalho.

Os partidos Verdes de todo o mundo uniram-se no apelo para que todos os estados se empenhem na rati-

Verdes contra hipocrisia

ficação e no cumprimento do protocolo de Quioto, mesmo sem os Estados Unidos.

Em comunicado

A decisão das principais companhias farmacêuticas de retirar uma acção na justiça contra a África do Sul, com que pretendiam pôr em causa a produção ou importação de versões genéricas de medicamentos patenteados, nomeadamente anti-Sida, abre um importante precedente e constitui uma grande vitória para as forças que se batem contra o primado do lucro sobre a justiça social.

As 39 multinacionais farmacêuticas tinham decidido processar o governo sul-africano, na sequência da aprovação de legislação que permite a fabricação e importação de remédios genéricos a um custo baixo para os portadores de Sida. As multinacionais argumentavam mesmo que as patentes deveriam ser respei-

tadas para garantir recursos a fim de prosseguir nas pesquisas para remédios mais eficientes.

Nelson Mandela acusou a indústria farmacêutica de exploração e de tentativa de utilizar a justiça para proteger os seus lucros. Posição em que foi apoiado por organizações humanitárias e ONG's de todo o mundo.

Na África do Sul, uma em cada nove pessoas é portadora do vírus da Sida, o índice mais elevado de todo o mundo, com 4,7 milhões de infectados. Cerca de 25 milhões dos mais de 30 milhões de pessoas infectadas em todo o mundo vivem na África subsahariana. Nalgumas zonas do continente africano, a sida afecta um quarto da população adulta.



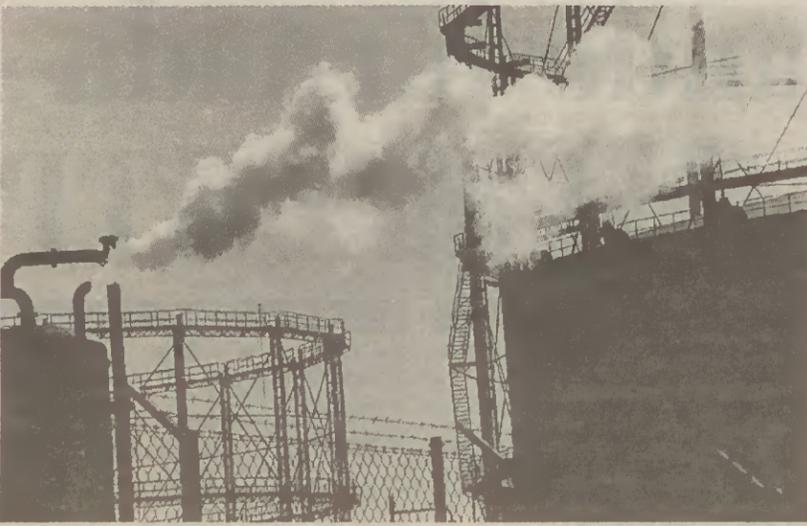
O livro negro dos subsídios

O «Movimento dos 31» entregou sábado passado, em Lisboa, ao ministro da Cultura, José Sampaio, o «Livro Negro dos Subsídios ao Teatro», que constitui uma denúncia da « falta de isenção e transparência » das decisões do Instituto Português das Artes do Espectáculo (IPAE) e do actual ministro da Cultura.

Vinte e três companhias de teatro decidiram ainda processar o Estado português, entregando uma acção judicial no Tribunal Central Administrativo de Lisboa contra a política de subsídios.

O «Movimento dos 31», constituído por várias companhias de teatro, surgiu na sequência da revogação dos resultados dos concursos de apoio do IPAE para os sectores da música, teatro, dança e pluridisciplinares.

A acção disciplinar, de par do «Livro Negro», «encerram o processo público do que ficou conhecido como o «Movimento dos 31», dando certamente origem a novas e diferentes formas de intervenção numa luta que está longe de ser concluída», afirma-se em comunicado de imprensa do movimento.



Crónica Internacional

• Jorge Cadima

Direitos petrolíferos

Editorial de 17.03.01 do americano *International Herald Tribune* é um testemunho fascinante do que realmente determina a política externa das potências imperialistas. À cabeça vem a linguagem humanitária: «Foi apenas nos últimos meses da sua governação que Bill Clinton falou do sofrimento do Sudão, onde nas últimas duas décadas, cerca de 2 milhões de pessoas foram mortas e talvez o dobro foram expulsas dos seus lares. O governo de Bush teve um começo mais prometedor. O ministro dos Negócios Estrangeiros Colin Powell afirmou (...) que o Sudão pode ser a maior tragédia mundial dos nossos tempos, e o presidente George W. Bush já se referiu à agonia do Sudão. O governo [dos EUA] precisa de fazer agora um esforço para alcançar a paz entre o governo islâmico e o Sul cristão e animista. Caso contrário, o horror do Sudão intensificar-se-á e a equipa de Bush poderá assistir à consolidação dum Estado marginal, inimigo jurado da América.» Vinda de quem vem, a profissão de fé humanitária cheira sempre a esturro. Sobretudo quando o próprio editorial assinala o atraso de duas décadas, e quando o governo americano contribuiu directamente para a tragédia, destruindo com mísseis Cruzeiro a única fábrica de medicamentos desse país africano, que já considerava um «Estado marginal, inimigo jurado da América». Para que não fiquem dúvidas, é o próprio

editorial que esclarece os reais motivos da súbita preocupação 'humanitária': «A razão para a urgência é o petróleo, que foi descoberto em vastas quantidades no sul do país. O governo [sudanês] já fechou negócio para a extração do petróleo com empresas Ocidentais e Asiáticas (...). A primeira ronda de explorações petrolíferas — que envolve a Talisman Energy do

Canadá, a Petronas da Malásia e a China National Petroleum — está a fornecer ao governo cerca de 500 milhões de dólares por ano. (...) Agora está em curso uma segunda ronda de explorações — dirigida

pela Lundin Oil da Suécia e envolvendo a OMV da Áustria. A semana passada, a Lundin (que tem o ex-Primeiro-Ministro Carl Bild entre os seus directores) anunciou uma descoberta "significativa e excitante" no Sudão.» As preocupações humanitárias são, afinal, preocupações com o facto de ver outros, que não os EUA, a explorar as riquezas petrolíferas do Sudão. Esse esclarecimento é complementado pela interessante informação de que o ex-Primeiro-Ministro sueco Bildt, actual enviado especial da ONU para os Balcãs, é director duma empresa petrolífera. O que ajuda a explicar a sua paixão pelas estratégias de agressão da NATO nos Balcãs.

Mas o presidente Bush Jr., e o vice-presidente Cheney também são homens da indústria petrolífera. E não gostam de concorrências. Que fazer? Aqui vai a sugestão do IHT: «A primeira prioridade para o governo Bush deverá ser a de desacelerar ou travar este desenvolvimento petrolífero. Alguns defendem que se impeça as empresas que investem no Sudão de poderem ter as suas acções quotadas nos mercados bolsistas dos EUA.» Tudo em nome do mercado livre, claro. Mas esta solução não seria muito eficaz: «as empresas petrolíferas poderiam quotar-se em mercados estrangeiros (...). O melhor curso será o de apertar com os parceiros petrolíferos do Sudão do ponto de vista diplomático e de relações públicas». O jornal sugere mesmo um atendimento personalizado, com castigos específicos, feitos à medida de cada um destes atrevidos concorrentes do Império: será fácil pôr na defensiva «o governo sueco, que dá importância à sua reputação de ter uma política externa ética (...). Outros governos e grandes empresas, mais difíceis de envergonhar, podem ser susceptíveis de pressões de natureza financeira». Que passam por acções de «activistas» e «bem organizados boicotes». Para os mais recalcitrantes, há também ameaças veladas: «Grandes empresas ocidentais, ou de economias emergentes como a Malásia, (...) poderão pensar duas vezes antes de investir no Sudão se souberem que o governo dos EUA encabeçará esforços para os envergonhar.»

Aqueles que se acham «parceiros», «amigos» e «aliados» do imperialismo norte-americano e que, qual aprendizes de feiticeiro, promovem, apoiam e participam nas suas campanhas, agressões e guerras, fariam bem em tomar nota de quais são as verdadeiras regras do jogo. Se não querem ler Lenine, leiam ao menos os jornais americanos.

Editorial

MEMÓRIA DE ABRIL

A no 27. Mais uma vez, e contra a maré do esquecimento — maré artificialmente produzida nas funduras onde mandam os inimigos da liberdade e da justiça e onde também se atascam desistentes e assustadiças criaturas —, o povo vem às ruas do País celebrar a jornada libertadora. Vem numeroso e, como temos vindo a verificar nestes últimos anos, contra a maré do esquecimento juntam-se cada vez mais jovens que se não lembram do que não viveram mas querem partilhar uma memória colectiva que lhes diz particularmente respeito. É que o 25 de Abril não é uma data congelada no passado. Tendo aberto portas de futuro, prossegue apontando ao futuro os ideais que então tomaram corpo e, tendo ganho as massas, se transformaram em força material capaz de romper mais espartilhos do que apenas os que estrangulavam as liberdades. Conquistada a liberdade, tratou-se então de avançar no caminho da justiça social e da transformação democrática e revolucionária da sociedade.

A memória colectiva, ao contrário do que geralmente se possa pensar, é uma planta frágil, mais delicada do que um cravo. Se em cada um de nós perdura a recordação do

“Comemoremos então Abril. E preparemo-nos para Maio. Porque a luta continua.”

que foi vivido — e se em cada um houver vontade e inteligência de encontrar no passado significados e razões para o presente; se não sucumbir ao «esquecimento» imposto; se não aceitar o «apagamento» em troca do favor entre a multidão dos desfavorecidos —, se em cada um pode perdurar facilmente a lembrança de Abril, das suas razões e conquistas, já quanto à sempre móvel massa das gentes, que vão morrendo e se renovam, é preciso cuidar-lhes da memória, recordar sempre e sempre o acontecido. Para que um marco do passado possa continuar erguido, não só assinalando os feitos mas apontando a direcção do caminho a fazer, a capacidade de o percorrer apesar das dificuldades.

A memória colectiva exige que cada um de nós e todos os que, colectivamente, participaram em Abril, cuidem dessas lembranças. Não para as enredar na poeira de arquivos. Mas para as partilhar, vivas, entre os que delas precisam para lhes atear os ânimos e lhes acrescentar razões nas lutas que hoje se travam.

O 25 de Abril foi uma revolução. Não é apenas efeméride, a comemorar com banda e presidente acenando às tropas e às criancinhas. Derrubado o velho poder dos monopólios e dos latifúndios que o fascismo ajudara a edificar e segurara com mão de ferro e a ajuda desvelada do imperialismo, os militares do MFA, a quem cabem as honras da coragem do acto revolucionário que abateu a ditadura, viram-se rodeados de povo. Com o povo, tendo à

sua frente a classe operária e a massa dos trabalhadores e numerosos democratas e antifascistas, forjaram uma aliança vitoriosa. E a revolução tomou conta dos destinos do País.

Não fosse a Revolução, o golpe militar ficaria-se-ia pelo alargamento das liberdades e direitos a algumas classes e camadas da sociedade portuguesa. Deixando de fora a classe operária e os seus legítimos representantes políticos. Ter-se-ia ficado pela tentativa de substituir a dominação colonial, corroída pela guerra, por um domínio neocolonial. Os monopólios permaneceriam, no essencial, intocáveis. As nacionalizações, passando para o Estado democrático o controlo dos grandes meios de produção, não seriam levadas a cabo. O controlo operário continuaria a ser uma aspiração a construir mais tarde, na história que não pára. A Reforma Agrária não entregaria a terra a quem a trabalha e os latifúndios permaneceriam em terras do Alentejo e do Ribatejo.

Otras e mais conquistas se somaram àquelas, fundamentais, de que falámos acima, e se aprofundaram num processo exaltante durante o qual as massas populares avançaram conduzidas pelas suas organizações sindicais e políticas. Com destaque para o papel desempenhado pelo Partido Comunista Português. Desde há muito que o PCP delineara a estratégia que conduziria ao derrubamento do fascismo, insistindo que nunca este se «dissolveria» a si próprio, e apontando o caminho da insurreição. Aperfeiçoando a sua linha política, alargando e aprofundando a sua organização e a sua ligação às massas, definindo o seu programa para a Revolução Democrática e Nacional, aprovado na clandestinidade pelo VI Congresso, em 1965, o PCP estava em condições, no 25 de Abril e no tempo revolucionário que se lhe seguiu, de dar uma contribuição decisiva para o processo que transformou a sociedade portuguesa e para a consagração desses avanços democráticos na Constituição aprovada em 2 de Abril de 1976.

A história foi adversa ao povo e aos trabalhadores portugueses. Muitas das conquistas então alcançadas foram aniquiladas, os monopólios refizeram o seu domínio, os latifúndios reconstituíram-se, as privatizações roubaram ao Estado e ao País a possibilidade de dirigir a economia ao serviço do povo, a submissão ao imperialismo voltou a ser a prática dos sucessivos governos no poder. Após os grandes avanços feitos no aprofundamento da democracia que deixaram vislumbrar aos portugueses os alvares do socialismo, o capital e os seus servidores recuperaram os seus lugares de mando. A coberto da demagogia e com o auxílio — hoje já confessado — do imperialismo e das suas agências, nomeadamente dos Estados Unidos e da CIA, o ataque às conquistas fundamentais de Abril saiu vitorioso. Os próprios direitos estão hoje ameaçados e as liberdades cada vez mais condicionadas. Se ainda perduram, lembram-nos a cada passo a necessidade de lutar em sua defesa. Como Abril nos lembra ser necessário e possível lutar por uma terra sem amos.

Nem tudo se perdeu. Hoje sabemos mais. Temos nas mãos e na memória a experiência de inúmeras batalhas.

Comemoremos então Abril. E preparemo-nos para Maio. Porque a luta continua.

Actual

Segundo o «Público» de 21/4, a direcção de uma associação empresarial de Beja, em comunicado público, decidiu abandonar «a habitual distanciamento» e propor-se «seguir muito de perto a escolha de candidatos aos executivos autárquicos».

Não fosse o caso de o recado não chegar suficientemente claro aos destinatários, os autores do comunicado salientaram ainda «a necessidade de constituir coligações e chamar cidadãos independentes», proclamaram «ser obrigação dos dirigentes partidários viabilizar este tipo de soluções» e que a constituição de listas «não pode ser da exclusiva responsabilidade dos partidos».

O jornalista do «Público», trocando todo este paleio por miúdos, logo concluiu que o verdadeiro objectivo seria «a conquista da Câmara de Beja aos comunistas» através de «uma coligação entre todos os partidos à direita do PCP».



Manobras

• Vítor Dias

Mas mesmo sem esta interpretação, sempre haveria que dizer que o comunicado traduz uma inadmissível atitude de ingerência em matérias da soberana competência dos partidos, só possível no quadro de concepções de subordinação do poder político ao poder económico. E se, como notícia o «Público», o presidente do PS-Baixo Alentejo a festejou e saudou, então diga-se apenas que naquele quadrante partidário já deixou de haver limites para a desonra.

Sem desculpar nada, pode entretanto observar-se que a direcção daquela associação terá sobretudo cometido a imprudência de divulgar publicamente o que muitos outros pensam e fazem de forma discreta. E que, no fundo, terá procedido a uma adaptação para a sua escala geográfica da «cultura» e do «discurso» com que, décadas a fio, o grande capital vem proclamando a sagrada identidade dos seus interesses com os

interesses nacionais. Identidade que, como todos sabemos, tem conhecido notáveis confirmações, como foram as recentes expressões de «patriotismo» empresarial desvendado no «caso das facturas falsas» e nas ameaças de Belmiro de Azevedo de deslocalizar empresas para fugir a certos efeitos da reforma fiscal.

Quanto ao mais, é desejar sim que a vigilância e a atempada denúncia política venham a impedir alguns interesses económicos e gente do PS e do PSD de, falhados truques mais clássicos, recorrerem às possibilidades que lhes serão oferecidas pela apresentação de listas municipais (só) formalmente originárias de «grupos de cidadãos eleitores».

Mas talvez a hipótese só por si devesse bastar para o dr. João Nabais reconhecer como é imprudente a sua afirmação («Focus» n.º 78) de que, com aquelas listas, «o verdadeiro municipalismo estará porventura a nascer» e se «encorajará um novo tipo de relação directa dos cidadãos com a administração da coisa pública».

Nos limites da transparência

• Jorge Cordeiro

«PS admite violar a lei do financiamento das campanhas»
(Público de 19/04/01)

Ainda não são passados dois anos da aprovação da legislação que estabeleceu os limites de gastos com as campanhas eleitorais e já os dirigentes do PS se preparam para em duas penas arrumarem a lei que aprovaram e declaram a intenção de a não cumprir. José Mota candidato do PS ao município de Espinho e líder da Federação Distrital de Aveiro deu o mote «não vou cumprir a lei» e os restantes dirigentes distritais do PS presentes, a fazer fé na notícia citada, acompanharam-no na ideia. Sob o silêncio cúmplice de Jorge Coelho. Os argumentos usados são conhecidos. Os limites (aproximadamente 13 mil escudos por candidato) seriam irrazoáveis, desfasados da realidade, assumidamente não cumpríveis.

Sem prejuízo de eventuais aperfeiçoamentos ao texto da lei, designadamente quanto às situações particulares de eleições intercalares e da ponderação de outras situações específicas que com razoabilidade se podem admitir, é oportuno deixar registados as seguintes observações:

A primeira para recordar que, ao contrário do que alguns afirmam, o valor-limite das despesas eleitorais e da respectiva prestação de contas é feita por partido político e calculado em função do conjunto dos candidatos o que significa para os partidos com uma presença eleitoral de



expressão nacional um montante próximo dos setecentos mil contos.

A segunda para sublinhar que o estabelecimento de limites razoáveis é uma garantia de introdução de critérios de equilíbrio entre os meios das várias forças políticas capazes de assegurar a igualdade de oportunidades e de possibilidades que em eleições devem existir entre os vários concorrentes.

A terceira para reclamar aos que se rebelam perante a exiguidade das despesas consentidas, em termos tais que deixam adivinhar não se conterem em limites sequer próximos dos que vigoram, que ao fazê-lo devem simultaneamente deixar claro a origem das verbas indispensáveis à concretização das campanhas milionárias que assumem pretender fazer.

Pelo que se conhece de ostentação recente de meios em campanhas anteriores, não é difícil antever que sejam quais forem os limites, alguns considerá-los-ão sempre curtos para as campanhas-espectáculo que realizam. Mesmo que essa ostentação acabe por se traduzir em volumes de investimentos chocantes quando comparados com os padrões médios de vida das populações a que se destinam. Talvez a questão que tenha de ser suscitada e debatida perante os portugueses não seja tanto o da exiguidade dos limites das despesas com as campanhas mas sim a da transparência dos financiamentos, da sua origem e contrapartidas.

O povo é quem mais ordena

• Aurélio Santos

Sem ser pessimista ou nostálgico, vive-se o 25 de Abril não a cada ano que passa mas a cada momento da vida. Porque ele foi, antes de ser, e é, depois de ter sido, razão de luta de muitos portugueses que querem um país diferente.

O desfile de passos breves em comemoração, manifestando um cravo vermelho, faz lembrar os milhões de passos silenciosos, cautelosos, corajosos, que durante quase meio século criaram no seu caminhar as formas de pôr fim à ditadura. Por isso também o 25 de Abril é uma data popular, porque para ele acontecer contribuiu todo um povo, num soar de marcha, para diante, um grito vitorioso de afirmação: o povo é quem mais ordena!

Continua havendo hoje no 25 de Abril um soar de marcha para diante, aliando à festa um descontentamento que radica na ideia do saber e do fazer colectivo: contra as arbitrariedades do poder o povo afirma que sabe fazer.

A descompasso do 25 de Abril ressoam hoje na políti-



ca portuguesa passadas que trazem um arripio de marcha atrás, com o repor de conceitos, situações e processos do antigamente, de antes do 25 de Abril.

O desprestígio daqueles a quem agora se chama «os políticos» ou, pior ainda, a «classe política» (misturando tudo ou, como se diz em bom português, metendo tudo no mesmo saco) – revela o desalento dos que vêem cerrado o largo horizonte de possibilidades que o 25 de Abril abriu aos portugueses.

Nessa «classe política» que se instalou no poder em rotatividade com as alternâncias de rosa-chá e malmequer cor-de-laranja do chamado «bloco central» – não reconhecem (e com razão) o cumprimento da promessa anunciada por Abril: o povo é quem mais ordena...

A política de direita (o «centro» do bloco central é para tapar a vergonha) roubou direitos aos trabalhadores a favor do enriquecimento das actividades especulativas, está a pôr entaves ao exercício das liberdades e a entregar o país de pés atados

às imposições da UE e da Nato – em flagrante violação do sopro de liberdade e independência trazido por Abril.

É em períodos assim, quando a história parece querer voltar atrás, que mais necessária se torna a determinação de não a deixar parar, de fincar o pé, mantendo os passos dados e ganhando força para novos avanços.

Lembra-me isto uma referência de Lenine a propósito da revolução portuguesa de 1910: a de que nunca tínhamos sido capazes de acabar uma revolução.

A meu ver este pensamento de Lenine está certo, mas também está errado, quanto às tentativas do povo português para mudar o seu mundo – e por vezes a sua época.

Não podemos negar que o 25 de Abril está por acabar mas também é certo que ele tem raízes tão fortes nos passos dos que por ele lutaram (e lutam), porfiando, teimando, com a grandeza orgulhosa dos que sabem que vão vencer.

As revoluções não se acabam. Continuam-se, na medida em que as condições históricas o permitem.

Frases

“O regime estava podre, queixam-se agora os seus carrascos. Eles, pelos vistos, não estavam. Nem estão. Ao contrário dos muitos que outrora prenderam, aos pides foi-lhes dada rédea livre para viverem num recanto perdido da democracia”

(Nuno Pacheco, Público, 23.04.01)

“Com o cinismo multissecular que a caracteriza, a Igreja Católica admite que, em matéria de liberdade religiosa, todas as confissões são iguais, mas considera que há uma que é mais igual do que as outras: ela própria”

(Alfredo Barroso, Expresso, 21.04.01)

“O Estado laico não deve banir a religião das instituições públicas, mas permitir que qualquer religião tenha acesso a essas instituições”

(Henrique Monteiro, idem)

“Os partidos políticos não podem ser meras máquinas de escolha e de selecção de pessoas para lugares”

(Vitalino Canas, dirigente do PS, Focus)

“O PS quer chegar a 2003 no poder, de qualquer maneira. Pois bem, são mais dois anos em que a clientela encontra colocação fácil e compensadora”

(Medina Carreira, ex-dirigente do PS, Público, 22.04.01)

“Quase 27 anos passados sobre o 25 de Abril, o que mais impressiona é a fragilidade do poder político e a vulnerabilidade do Estado perante as investidas dos poderes fácticos e dos grupos de pressão mais poderosos”

(Alfredo Barroso, Expresso, 21.04.01)

“Um dia destes ainda vemos a presidente da Câmara de Sintra, Edite Estrela, guindada a ministra do Ordenamento do Território, com o argumento de que o título lhe há-de conferir, como que por milagre, as competências que lhe faltam na matéria”

(Ana Henriques, Público, 22.04.01)

“Na Terra os homens, crentes ou não crentes, precisam de justiça e não podem nem devem aceitar que o Estado molde a sua intervenção social e afecte os seus recursos segundo o espírito da misericórdia divina e privilegie “um” contra “noventa e nove””

(Helena Matos, Público, 21.04.01)

“Lili Caneças é uma metáfora do Governo: existe, sorri, aparece nas fotografias, mas não faz nada”

(João Pereira Coutinho, O Independente, 20.04.01)

“Se o dr. Durão Barroso se afirmar, como é meu desejo, apoiarei o dr. Durão Barroso. Se o dr. Durão Barroso continuar a ser o líder frouxo que tem sido até agora, apoiarei um candidato forte que se apresente...”

(Luís Filipe Menezes, Público, 21.04.01)

“A inteligência não ficou toda à porta do dr. Luís Filipe Menezes, passou por lá”

(Valentim Loureiro, idem)

“O País já pagou de mais pelas sucessivas alternâncias entre PS e PSD”

(Carlos Carvalhas, Público, 22.04.01)

Comité Central do PCP reafirma empenhamento na luta por uma alternativa de esquerda

Ao mesmo tempo que se agravam os problemas do País, aumentam as expressões de descontentamento dos trabalhadores e outras camadas sociais face aos efeitos da política de direita do Governo PS. Os comunistas sublinham que «a perspectiva de resposta séria» só pode assentar «na luta por uma nova política» e afirmam que «é essencial um amplo desenvolvimento, intensificação e convergência de lutas e movimentações sociais».



Abril com futuro

As conclusões da reunião do Comité Central do PCP foram apresentadas à comunicação social por Carlos Carvalhas. Na declaração do secretário-geral do Partido salienta-se que, «o País já pagou de mais pelas sucessivas alternâncias entre PS e PSD na realização de uma política, no essencial, similar». O CC, durante a reunião de sexta-feira e sábado, concluiu que «a esperança e a perspectiva de resposta séria e eficaz aos graves problemas do povo e do País só podem

repousar na luta por uma nova política, por uma política de esquerda e por uma alternativa de esquerda».

«Para fazer viver esta convicção e fazer romper este caminho, é essencial um amplo desenvolvimento, intensificação e convergência da lutas e movimentações sociais contra aspectos concretos da política do Governo, é essencial uma vasta mobilização de energias, vontades e aspirações em torno de grandes eixos e opções de uma

política de esquerda, e é essencial um reforço considerável da força organizada e da influência social, política e eleitoral do PCP», informou Carlos Carvalhas.

Nas conclusões da reunião — cujos documentos publicamos nas páginas 15 a 20 desta edição —, deu-se particular importância à necessidade de aquele reforço se verificar nas próximas eleições autárquicas, o que será debatido no Encontro Nacional marcado para 5 de Maio.

Responsabilidade e alternativa

«A gravidade da situação económica e social deve ser observada nos contrastes e contradições das suas dinâmicas intrínsecas e não pode ser transformada na referência e argumento para a política de «aperta o cinto», que pretende fazer cair novamente sobre os trabalhadores, reformados e camadas laboriosas o fardo total dos seus custos económicos e sociais», alertou Carlos Carvalhas. Realçou que o Comité Central apontou «a inequívoca responsabilidade do Governo PS pela situação que o País vive, ao prosseguir e persistir no essencial com as grandes opções estratégicas do governo de Cavaco Silva, bem como na defesa e prossecução da política neoliberal da União

Europeia, de liberalização e desregulamentação das empresas e mercados públicos».

Neste quadro, verifica-se que «a direita tenta instrumentalizar e reverter a seu favor o descontentamento de largos sectores dos trabalhadores e da população».

É, assim, «determinante», para a necessária mudança de política, «o reforço da organização e da influência» do PCP. O Comité Central «reafirmou a importância do prosseguimento da concretização das orientações definidas para o reforço do Partido» e, «considerando a importância da organização e intervenção junto dos trabalhadores, decidiu um plano de acção, objecto de resolução específica, que reafirma esta linha de trabalho como prioridade», informou o secretário-geral.

Face à situação social, às tentativas do capital e do Governo para impor uma política de baixos salários, ao alastramento da precariedade, à crescente sinistralidade no trabalho, ao aumento do custo de vida, à desvalorização e destruição do aparelho produtivo nacional e à persistência das políticas de degradação do sector público, dos serviços públicos e das funções sociais do Estado, o PCP afirma a necessidade de que as comemorações do 1.º de Maio organizadas pela CGTP-IN sejam «uma grande jornada nacional de luta dos trabalhadores, com a participação convergente de todos os que são atingidos pela política de direita, que querem dar voz a exigência de uma política diferente, uma política de esquerda para Portugal».



O Governo do PS tem irrefutáveis responsabilidades no agravamento da situação económica e social, salientou Carlos Carvalhas, acompanhado na conferência de imprensa por Miguel Madeira e Conceição Morais

Descontentamento justificado

Na reunião do CC foi salientado que, sem prejuízo de outros factores que também podem pesar sobre a imagem e no juízo popular sobre a acção do Governo, as razões de fundo para esta situação de ampla desconfiança e descontentamento com o Governo do PS se encontram:

— na evidência da patente permanência e agravamento dos problemas de fundo da sociedade portuguesa, com destaque para as fragilidades estruturais da economia nacional e para o abrandamento do crescimento e os sinais de uma provável recessão;

— nas dificuldades causadas a grande parte dos portugueses por uma injusta política de rendimentos, de baixos salários e pensões de reforma, e por uma acentuada alta dos preços de bens e ser-

viços essenciais que corrói os orçamentos familiares, bem como pelo alastrar da precariedade e insegurança no mundo do trabalho;

— no agravamento de insatisfações e queixas no domínio da política social, designadamente em relação ao sector da saúde e da educação, nas múltiplas consequências de fenómenos de pobreza e exclusão social, nos problemas da justiça e da segurança das populações;

— nas responsabilidades justamente atribuídas ao Governo do PS por, exercendo o poder há mais de cinco anos, não só não ter rectificado como ter dado continuidade a vergonhosas práticas de clientelismo, de sacrifício do interesse público a favor de negócios privados, de consolidação de uma cultura de irresponsabilidade e de lesão da mais elementar ética de serviço público.

Mais força para vencer

O Comité Central recordou que «a realidade demonstra que dificuldade não significa impossibilidade» e salientou, na resolução sobre o reforço da intervenção e organização no seio da classe operária e dos trabalhadores, que «a possibilidade de um acréscimo de importância da força social e do desenvolvimento da luta dos trabalhadores é real, não obstante todas as alterações objectivas e subjectivas que se têm verificado».

Mantendo a acção junto de outras camadas e classes sociais, o CC realça na resolução que «a organização e intervenção partidária entre a classe operária e outros trabalhadores desempenham um papel fundamental na força política e ideológica do Partido, num contexto político e social em que é incontornável a afirmação e o

reforço de um Partido com uma identidade própria, autónomo e independente face aos interesses de classe (económicos, políticos e ideológicos) do capital».

A ligação do PCP com os trabalhadores «deve ser preocupação e empenhamento permanente de todo o colectivo partidário» e merece «um contínuo esforço do Partido». Para o seu reforço, a realização das decisões tomadas no XVI Congresso exige medidas especiais e urgentes, que passem pela definição de planos de trabalho em cada região, contemplando «prioridades e, sobretudo, formas e meios para a sua concretização».

Tal como foi decidido no congresso, é prioritário que passe a haver trabalho organizado do Partido nas empresas e locais de trabalho com

mais de mil trabalhadores (mais de uma centena, a nível nacional, segundo um levantamento incompleto), mesmo onde ainda não haja militantes do PCP. Este objectivo «exige medidas específicas, mas deve ser uma preocupação de todo o Partido, a começar pelas organizações concelhias e de freguesia», salienta-se na resolução.

Neste plano de trabalho, para «enraizamento do Partido junto dos trabalhadores», o Comité Central decidiu integrar uma campanha de recrutamento, colocando como meta 2 mil novos membros do PCP até 1 de Maio do próximo ano.

Entretanto, para além de outras reuniões, ficou apontada para o segundo semestre de 2002 a realização da iniciativa nacional também decidida no 16.º Congresso.

Repressão na GNR

José Alho é acusado não por faltas cometidas no exercício das suas funções profissionais, mas antes por exercer o direito constitucional de livre expressão – afirma a Comissão Executiva da CGTP-IN, que pediu formalmente a intervenção do Presidente da República, do Governo, do Provedor de Justiça e dos grupos parlamentares, relativamente ao processo disciplinar levantado contra aquele dirigente da Associação dos Profissionais da Guarda. José Alho foi acusado por declarações prestadas à comunicação social, na qualidade de dirigente associativo, relativas às condições de trabalho dos guardas da GNR. A acusação proferida pelo Comando da Guarda aponta para a suspensão de quatro a oito meses e a expulsão da Brigada de Trânsito, num procedimento que a CGTP classifica como «uma ilegalidade e prepotência».

Mercadorias perigosas

Foi impedida pela segurança uma conferência de imprensa convocada pela Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos, na sala de espera dos autocarros, nas instalações da refinaria de Sines da Petrolgal, que não permitiu o acesso dos jornalistas ao local. «Por pressão das empresas petrolíferas», os empresários que operam no sector das mercadorias perigosas concorrem «com recurso a soluções que põem em causa a segurança rodoviária» e, deste modo, a vida dos utentes das estradas e a segurança e a saúde dos motoristas, acusa a Festru/CGTP. No documento de apoio à conferência de imprensa, que acabou por ser distribuído pela federação, denuncia-se ainda a complacência das autoridades com tal situação.

A Festru afirma ainda que, «a ANTRAM, associação patronal do sector, enquanto por um lado, vai fazendo negócio com a formação de motoristas, supostamente para os sensibilizar para a importância da segurança, por outro lado, vai-se recusando a procurar entendimentos para corrigir esta situação», que para a estrutura sindical é «insustentável», mas à qual «o Governo assiste passivamente».

A fim de confrontar o Governo com a necessidade de fazer honrar os seus compromissos, a Festru decidiu solicitar reuniões com os ministros da Administração Interna e do Equipamento Social, bem como com os grupos parlamentares. A par destas diligências, «caso não seja perceptível uma evolução positiva na actual situação, a Festru, em conjunto com os trabalhadores, ponderará sobre as acções a desenvolver, que poderão passar pela greve no sector», refere o documento da Direcção Nacional da federação.

É inconstitucional a proliferação dos institutos e fundações

A desconstrução do Estado

Os sindicatos há muito que denunciam e protestam contra a proliferação de institutos públicos de direito privado, fundações, sociedades anónimas e empresas públicas. Um relatório oficial vem dar-lhes razão.

«Não pode considerar-se admissível a fuga generalizada ao regime da Função Pública», nomeadamente «por via da sistemática criação de institutos públicos de direito laboral comum». Quem o afirma é Vital Moreira num relatório do grupo de trabalho a que preside, por nomeação do ministro da reforma do Estado e da Administração Pública.

Para a Frente Comum de Sindicatos, o extenso documento vem confirmar as suas posições há muito divulgadas, nomeadamente quando defende que «os institutos públicos de regime comum devem em princípio ter pessoal submetido ao regime da relação de emprego público».

Deste modo, depreende-se do relatório, enquanto o tradicional regime da Função Pública não for abolido, o que requereria uma alteração constitucional, a generalidade dos institutos de direito privado já criados enferma de inconstitucionalidade orgânica.

Porém, em vez de arrear o caminho no sentido de respeitar a Lei Fundamental do País, como ditava o bom senso, o projecto de lei-quadro do Governo sobre esta matéria tenta uma fuga em frente, visando criar um novo quadro legal que os sindicatos da Frente Comum (FC) contestaram em conferência de imprensa realizada quarta-feira da passada na passada semana.

A FC sublinha que, caso fosse aprovado pela Assembleia da República, o projecto de lei-quadro dos Institutos Públicos retiraria da competência da AR matérias respeitantes ao regime de carreiras, remuneratório, férias, faltas e licenças e ingresso na Função Pública.



A luta dos trabalhadores em defesa dos serviços públicos tem como objectivos confluentes os níveis salariais, os direitos laborais e a qualidade do desempenho das funções do Estado

Por exemplo, diz a FC, «a regra de concurso público para o ingresso na Função Pública é no projecto substituída por um procedimento administrativo, em violação do N.º 2 do artigo 47.º da Constituição, e o princípio constitucional da participação das organizações sindicais na elaboração da legislação laboral é pura e simplesmente omitido».

das à Assembleia da República».

Estado paralelo

A multiplicação dos institutos e fundações esteve de novo em foco no debate promovido, na quinta-feira passada, em Setúbal, pela União de Sindicatos/CGTP-IN, que foi encerrado pelo secretário-geral da central, Manuel

Pública; Eugénio Fonseca, da Caritas de Setúbal; José Carlos Martins, pelo Sindicato dos Enfermeiros; Joaquim Judas, pela Federação Nacional dos Médicos; Francisco Brás, pelo Sindicato da Administração Local; Paulo Sucena, pela Federação Nacional dos Professores; e Carlos Sousa, pela Associação de Municípios de Setúbal.

O projecto de lei sobre os institutos públicos é uma fuga em frente

O Secretariado da Frente Comum denuncia «a inconstitucionalidade das medidas preconizadas, a tentativa de “legalização” de diplomas inconstitucionais publicados pelo Governo, o afrontamento à lei N.º 23/98 (lei da negociação colectiva para a Administração Pública) e a tentativa de atribuição de competências discricionárias ao Executivo em detrimento das competências constitucionais atribuí-

Carvalho da Silva. Na iniciativa, denominada «Em defesa do serviço público de qualidade», o Governo foi acusado de estar a construir «um autêntico Estado paralelo, em que as funções sociais (como a saúde e o ensino) sofrem um feroz ataque».

Para além do secretário-geral da CGTP-IN, participaram no debate Rui Paixão, pela USS; Paulo Trindade, pela Federação da Função

Telecom

É fundamental lutar e exigir melhores salários e emprego de qualidade, protecção social digna, segurança, higiene e saúde no trabalho, redução do horário de trabalho, igualdade de direitos e oportunidades, melhores serviços sociais, mais justiça social e fiscal – apela a Comissão de Trabalhadores da Portugal Telecom. Num comunicado em que exorta os trabalhadores da PT a participarem nas comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio, a CT aponta alguns reflexos visíveis, nas empresas do grupo, da «ofensiva destruidora do capital». São destacados, entre esses efeitos, o domínio dos empreiteiros e fornecedores de trabalho temporário e a transferência de serviços nevrálgicos da PT para entidades exteriores, «exclusivamente para precarizar o emprego e reduzir os custos com os salários e os direitos».

Trabalho por turnos

A criação de legislação específica, que garanta o mínimo de direitos laborais, foi defendida dia 18, num encontro nacional sobre trabalho por turnos, levado a cabo pela CGTP-IN e que teve a participação de activistas sindicais e trabalhadores de empresas onde a laboração funciona com aquele regime. Foi igualmente abordada a apresentação de reivindicações específicas, a integrar na contratação colectiva. O trabalho por turnos, refere uma nota da central, abrange trabalho nocturno, que provoca maior desgaste físico e psíquico e que tem igualmente consequências sociais e familiares. Todas estas circunstâncias justificam, no entender dos sindicatos, que seja antecipada a idade legal de reforma.

Ganchorra

O discurso social do secretário de Estado das Pescas, em momentos de pompa e circunstância, é diametralmente oposto ao comportamento que tem quando não está sob o foco da opinião pública – denuncia o Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Sul. Em Fevereiro, o sindicato alertou o Governo e a CM de Olhão para a necessidade de precaver a perda total de rendimentos daqueles pescadores, forçados a parar a actividade de 1 de Maio a 15 de Junho (depois de 2 meses de intempérie e vários dias de interdição por serem detectadas toxinas nos bivalves). O secretário de Estado, que defendeu publicamente, em Matosinhos, a fixação de uma base remuneratória mínima para os pescadores, escreveu ao sindicato negando a compensação salarial pela paragem da ganchorra.

Pesados de passageiros podem voltar a parar

Os trabalhadores de cerca de 120 empresas de transporte pesado de passageiros, que estiveram em greve no dia 20, podem parar novamente. Segundo a Festru/CGTP, a paralisação de sexta-feira contou com uma adesão média de cerca de 60 por cento, fazendo desta greve «uma das mais participadas de sempre». Esta resposta dos trabalhadores do sector privado (ficaram excluídas as empresas públicas ou participadas e as que resultaram da cisão da Rodoviária Nacional) confirma a justeza das reivindicações defendidas pelos representantes sindicais nas negociações com a associação patronal, relativamente a aumentos salariais e defesa de direitos conquistados (caso do subsídio aos motoristas que trabalham em regime de agente único). O nível de adesão é ainda mais valoriza-

do, salienta a Festru, pelo facto de que «algumas empresas, à margem da sua associação patronal e de forma a evitarem o conflito, processaram aumentos salariais muitos acima dos 2,5 por cento, assumidos como acto de gestão pela Antrop, em vésperas da greve». Os índices mais elevados de participação na greve verificaram-se na Mondinense (Braga e Vila Real), Avic e

Moisés (Coimbra), Carlos Soares, Ferreira das Neves e Abílio da Costa (Braga), Valpi, Costa & Lino e Cascão Linhares (Porto), Trancovilhã, Auto Transportes Fundão e Jualto (Covilhã) e Rodonorte e Automondinense (Vila Real). Na Vimeca (Lisboa), na Auto Viação do Minho e Auto Viação de Cura (Viana do Castelo) e na Covas & Filhos (Sesimbra) a adesão à greve foi de 70 por

cento, refere a federação. Para amanhã, dia 26, está agendada uma reunião entre a Festru e a Antrop, na delegação regional do Porto do Ministério do Trabalho. No mesmo dia, reúnem os sindicatos, para analisar os resultados das negociações e, caso não haja evolução positiva, decidir a continuação da luta, que poderá passar por nova greve e uma manifestação.

Defender a Soflusa

«É urgente a modernização da Soflusa, mas num processo transparente, em que sejam salvaguardados os interesses da empresa, dos trabalhadores que nela laboram e dos utentes», reclama a célula do PCP na transportadora fluvial da CP, num comunicado em que reconhece haver razões para apreensão face à prevista entrada da Transtejo na gestão, opção política que «não visa a manutenção destas importantes empresas fluviais no conjunto do

sector empresarial do Estado, mas sim, numa primeira fase, o investimento do Estado na modernização das frotas, com dinheiro dos contribuintes, para depois um qualquer grupo capitalista ficar a explorar todo o tráfego fluvial no Tejo.» A Comissão de Trabalhadores da Soflusa declarou o seu empenho em desenvolver a luta na defesa de todos os direitos e interesses dos que trabalham na ligação Lisboa-Barreiro.

BI parou

Em luta há vários anos pela integração na carreira dos registos e notariados, os trabalhadores dos serviços de identificação de Lisboa, Porto e Coimbra paralisaram na passada segunda-feira, estando já marcadas novas greves para 30 de Abril e 7 de Maio. Exigem igualmente a integração nos quadros de pessoal dos trabalhadores precários recentemente despedidos, sublinhando que a sua ausência está a provocar grandes atrasos na entrega dos pedidos de BI e no atendimento dos utentes.

Guardas nocturnos

As escolas do ensino básico estiveram sem guardas nocturnos na passada sexta-feira devido a uma greve do pessoal que está em luta pela revalorização da carreira e aprovação de um regulamento de trabalho que melhore as condições de segurança na profissão.

Estas reivindicações constam de um caderno reivindicativo aprovado num encontro nacional do sector realizado em 31 de Março do ano passado. No entanto, apesar de ter recebido o respectivo documento nesse mesmo dia, o Ministério da Educação ainda não deu qualquer resposta.

Para além da greve, guardas nocturnos vindos de todo o País concentraram-se na sexta-feira junto do Ministério da tutela.

Museus insistem

Após quatro dias de greve durante os feriados da Páscoa, os trabalhadores dos Museus e Palácios dependentes do Ministério da Cultura admitem voltar a paralisar caso o Governo não altere o diploma legal de reestruturação das carreiras do sector. As alterações pretendidas devem consagrar a especificidade das carreiras de museologia e de conservação e restauro; a salvaguarda dos direitos adquiridos na transição para as novas carreiras profissionais e a retroactividade dos efeitos a 1 de Janeiro de 1998. O diploma encontra-se actualmente na comissão parlamentar para ser analisado na especialidade.

Professores

Um intenso calendário de acções irá marcar o quotidiano dos professores durante o mês de Maio. Concentrações semanais frente ao Ministério da Educação conjugam-se com uma série de plenários em todo o País para debater a proposta do Governo de revisão da legislação sobre quadros, concursos e colocação de professores. Caso não haja evolução nas posições do ME, o Conselho Nacional da Fenprof poderá decidir a realização de uma greve nos dias 18 e 21 de Junho, conforme aponta o plano de acção aprovado pelo 7.º Congresso da federação.

Semana de luta na Administração Local

Réu notificado

Os trabalhadores das autarquias vão julgar publicamente o Governo pelo incumprimento da lei relativa ao subsídio de insalubridade, penosidade e risco. A notificação foi um dos pontos altos da semana de luta que decorreu entre 16 e 20 de Abril.

Representantes do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local (STAL) e do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa deslocaram-se na sexta-feira à residência oficial do primeiro-ministro onde entregaram a notificação para um julgamento público que irão realizar em Maio.

A acusação incide sobre o

incumprimento do decreto-lei 53-A/98, de 11/3/98, que

fixa o regime de atribuição de suplementos e outras compensações para a prestação de trabalho em condições de risco, penosidade e insalubridade. Os dois sindicatos recor-

dam que o Governo no estipulou a sua regulamentação obrigatória no prazo de 150 dias, contado desde 1/4/98.

O sector exige um aumento intercalar de três mil escudos mensais

Porém, passados cerca de dois anos meio, nada foi feito, e nem sequer está previsto o agendamento daquela matéria, apesar de, segundo a informação que o secretário de Estado da Administração Local prestou aos sindicatos, o projecto de lei se encontrar pronto para ser aprovado em Conselho de Ministros.

STAL e STML recordam ainda que o suplemento consubscrito pelas diversas organizações sindicais da Administração Pública em Janeiro de 1996, o qual estabelecia um prazo de seis meses para ser regulamentado.

A acusação conclui que «os factos descritos traduzem uma situação absolutamente inqualificável de incumprimento da legalidade, assumido de forma dolosa, tanto mais afrontosa quanto é certo que o prevaricador é o próprio legislador».

«Acorrentados» frente à AR

Entretanto, igualmente no âmbito na semana de luta dos trabalhadores da Administração Local, a direcção regional de Lisboa do STAL e o STML realizaram, na sexta-feira, uma vigília frente à Assembleia da República. Ao longo do dia, cerca de uma centena de sindicalistas acorrentaram-se em protesto contra a política do governo de baixos salários, falta de seriedade e destruição dos serviços públicos e do emprego.

Na acção foi aprovada uma moção que apresenta as principais reivindicações do sector: um ajustamento salarial intercalar não inferior a três mil escudos mensais; a resolução das distorções e injustiças no sistema de carreiras; a uniformização do período de em três anos para a mudança de escalão; a regulamentação do suplemento de risco; o fim dos processos e concessão/privatização.

A semana de luta incluiu ainda uma série de iniciativas um pouco por todo o País, com deslocações e desfiles para os governos civis nos distritos de Santarém, Setúbal, Coimbra, Braga, Bragança, Porto, Vila Real e Viana do Castelo.



Os protestos dos trabalhadores da Administração Local não ficam acorrentados por aqui

CTs de Setúbal apelam à luta

O plenário das comissões de trabalhadores da cintura industrial de Setúbal decidiu «esclarecer, sensibilizar e mobilizar os trabalhadores das várias empresas e serviços do distrito, bem como a população em geral, para o desenvolvimento da luta, por todos os meios ao seu alcance, no sentido de dar a dimensão devida aos seus mais variados problemas e fortalecer a unidade na luta pelos direitos, redução do horário de trabalho e salários dignos».

Reunidos dias 18 e 19, elementos de 15 CTs, representando empresas com um total de cerca de 18 mil trabalhadores, aprovaram uma resolução em que apelam

à participação nas comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio. No documento afirma-se a decisão de «continuar a denunciar a actual situação que se vive nas empresas», num «quadro complexo e difícil, de onde ressalta uma poderosa ofensiva contra os direitos colectivos e individuais dos trabalhadores».

O plenário da CIS verificou que há «processos desestabilizadores nas empresas, com um aumento de insegurança no emprego e consequente incerteza pelo futuro», enquanto «continua a crescente destruição de postos de trabalho, retirada de direitos e regalias, aposta numa política de mão-de-obra pouco qualificada, na

precarização e trabalho clandestino e no não rejuvenescimento da mão-de-obra, de forma a garantir o futuro». A par do ataque «contínuo e concertado» contra os serviços públicos, agrava-se a distribuição da riqueza «em benefício dos rendimentos e lucros do capital» e regista-se «a desvalorização dos salários e um agravamento da precariedade de trabalho, que atinge fundamentalmente os jovens trabalhadores».

A intenção do Governo de instalar a co-incineração de resíduos tóxicos em pleno Parque Natural da Serra da Arrábida mereceu o repúdio do plenário de CTs de Setúbal, que expressou a sua solidariedade para com a luta contra tal tentativa.

EDP recua nos turnos perante ameaça de greve

A administração da EDP Distribuição comprometeu-se, em reunião com a FSTIEP/CGTP, a corrigir o procedimento que estava a ser adoptado para as novas escalas de turnos e piquetes. «Fizeram o que deviam ter feito de início», disse ao Avante! o dirigente sindical Franco Antunes, que registou a declaração dos responsáveis da empresa.

Após este compromisso, a federação suspendeu a

greve, convocada para o período de 21 de Abril a 1 de Maio. Mas o pré-aviso mantém-se em vigor, porque no início do mês é que entram em vigor as novas escalas e, nessa data, será confirmado se as intenções declaradas pela administração são realmente concretizadas; com a manutenção da convocação da greve, a FSTIEP abre a possibilidade de recusa de cumprimento do serviço, caso as reclama-

ções dos trabalhadores acabem por não ser atendidas.

No comunicado em que anunciou a greve, a federação denunciou a «arrogância e prepotência» da administração, que «pura e simplesmente, decidiu da vida de cada um, impondo férias», depois de outras alterações. «Face ao acordo colectivo de trabalho, os horários são elaborados local a local, tendo em atenção os interesses manifestados pelos trabalhadores e ouvidas

as estruturas sindicais internas», salientava a FSTIEP, considerando o procedimento da administração como «mais um passo na degradação das condições em que o trabalho é prestado».

A federação fez questão de salientar, lamentando os eventuais incómodos que a greve poderia causar, que a luta dos trabalhadores «é pelos seus direitos mas, simultaneamente, pela defesa dos interesses dos consumidores e do País».

Amorim

Com cerca de 90 por cento de adesão, estiveram em greve no dia 19 os trabalhadores da Amorim Industrial, em luta para pressionar a empresa a negociar um caderno reivindicativo em que, segundo o Sinquifa/CGTP, são exigidas melhorias relativamente a salários, diuturnidades, subsídios de refeição e transporte e duração do período de férias. Com instalações fabris em Santa Marta de Corroios (Seixal), a Amorim Industrial emprega 230 pessoas.

GALP Energia

Para 26 e 27 de Abril foi convocada greve do pessoal de turnos da Refinaria de Sines da Petrogal, informou a Fequimetal/CGTP, que promoveu no passado dia 20 uma deslocação de representantes dos trabalhadores de várias empresas do grupo GALP Energia para junto da sede, em Lisboa. A federação avançou com esta acção devido à recusa da administração a iniciar as negociações salariais na Petrogal e face à «situação de instabilidade social vivida nas empresas do grupo», com destaque para a ameaça aos postos de trabalho na Gás de Portugal e para a falta de cumprimento da regulamentação colectiva de trabalho em empresas como a Setgás, Transgás, Lusitânia Gás e outras distribuidoras.

«Enquanto isto é assim para os trabalhadores, os administradores amanhã-se com chorudos ordenados de muitos milhares de contos, com inúmeras benesses e prebendas, com admissões de familiares, com a entrada de empresas de consultoria (Hay-Grupo e outras) em que eles próprios têm interesses», denuncia-se num comunicado das organizações representativas dos trabalhadores do grupo, que protestam contra «um gigantesco regabofe e a mais infame promiscuidade». As ORTs consideram que «o eng.º Guterres e os ministros Pina Moura e Cristina de Sousa são co-responsáveis» nesta situação e acusa o Governo do PS de «preparar a entrega definitiva do sector do petróleo e do gás aos interesses estrangeiros», em «conluio» com a italiana ENI. A situação na Petrogal motivou expressões de descontentamento e indignação nos locais de trabalho, informou a Comissão Central de Trabalhadores, que promoveu uma «alargada jornada de contactos e plenários» entre 28 de Março e 20 de Abril, onde foi manifestada solidariedade para com a luta na laboração contínua de Sines.

Lear

Foi convocada greve para a passada sexta-feira, na fábrica da Lear Corporation em Valongo, anunciou o STIEN/CGTP. O sindicato convocou a paralisação, de duas horas por turno, com o objectivo de «salvaguardar direitos adquiridos e ter um aumento salarial mínimo de seis mil escudos».

Mistérios de Roque Santeiro

• Odete Santos

Um destes dias, quase em cima da semana santa, foi tempo de revisitação do percurso da legislação sobre acidentes do trabalho. E a injustiça, iniquidade, e mesmo hipocrisia, do novo regime de reparação do infortúnio laboral, faz reviver a ladainha das estações em que se ressuscita o martírio de Cristo. "Na 1.ª estação contemplemos..." Lítania que, de qualquer forma, parece asada para sintetizar o que de mais gritantemente injusto emerge da legislação do Governo PS. Pois contemplemos e meditemos... passando, aliás, por cima da já sabida e consabida degradação das pensões por acidente de trabalho, que o PS se recusou a actualizar, rejeitando propostas do PCP. Atentemos no esbulho feito aos trabalhadores em relação ao subsídio de férias e ao subsídio de natal, constante, aliás, da legislação anterior. Esbulho a que se procedeu, mantendo, hipocritamente, as aparências. A lei de 1997 manda fixar as pensões

É assim que, em cedência ao forte lobby das seguradoras, segundo as novas leis, são remíveis obrigatoriamente as pensões relativas a desvalorizações inferiores a 30%. Ou seja: a maior parte das pensões por acidente de trabalho. Desta forma, as seguradoras descartam-se dos trabalhadores, não tendo mais que preocupar-se com aumentos de pensões e com caucionamento de pensões. Quem fica seriamente lesado é o trabalhador. Nomeadamente se estiver a receber pensão degradada. Pois a remição de uma pensão baixa, dá como resultado um capital de remição muito baixo. Mas o penúltimo mistério do rosário desta via sacra foi dos mais densos e impenetráveis. E tem ainda a ver com a remição de pensões. Por que artes e artifícios é que se encontrou uma tabela de remição de pensões que esbulha os trabalhadores de centenas de milhares de contos em relação à tabela anterior? O que é que significa adoptar a tábuca TD 88-90, como se diz na Portaria 11/2000, para cálculo dos coeficientes da tabela, que correspondem às

probabilidades de viver, de acordo com os anos que se atingirem? A lei é propositadamente obscura. Para que não possa entender-se o mistério. Ora, a verdade é que a Tabela TD 88-90 é uma tabela francesa (tabela em caso de morte) e relativa ao sexo masculino. Sendo este sexo o que tem menor esperança de vida, segundo as regras do cálculo matemático, os coeficientes que indicam as probabilidades de viver são mais baixos (logo é mais baixo o capital de remição que o trabalhador recebe) do que se fosse usada também a tábuca francesa TV 88-90 (que, aliás é utilizada nos seguros de vida). Esta tábuca, tábuca em caso de vida relativa à esperança de vida das pessoas do sexo feminino, determina coeficientes mais elevados por ser maior a esperança de vida do sexo feminino. Logo, se fosse aplicada esta última tábuca, as seguradoras

teriam de caucionar com importâncias superiores as pensões resultantes de acidentes de trabalho, e o capital de remição a pagar aos trabalhadores seria superior. Mas um último mistério se mostra persistente. Por que razão, nos Fundos de Pensões e nos Seguros de Vida, as taxas de juro utilizadas para o caucionamento de pensões são apenas de 4 e 4,5%, respectivamente, enquanto para o seguro do trabalho a taxa de juro fixada na Portaria atrás referida, é de 5,25%? O indecifrável mistério acaba por ter uma solução elementar. Se tivermos em conta que a um juro mais elevado, o capital necessário ao caucionamento das pensões é inferior (por ter de se levar em conta a sua rentabilidade com aquele juro) verificaremos que os coeficientes de caucionamento de pensões e de remição das mesmas baixam! Logo o capital de remição desce a uma taxa de juro superior! E é por isso que a mesma é adoptada. Porque, para o PS, o objectivo fundamental é a preservação dos lucros das seguradoras! Afinal, estes mistérios são segredos de polichinelo. Mistérios de Roque Santeiro!



A dignificação e valorização dos trabalhadores é condição para um melhor funcionamento da administração pública

Institutos e fundações
esvaziam administração pública

Estado não pode demitir-se

Os problemas no funcionamento da administração pública voltaram a ser equacionados no Parlamento. Mais do que a sua enumeração, para o PCP, este foi um debate que serviu para demonstrar que há um caminho para os superar.

O assunto foi colocado na ordem do dia, sob a forma de debate de urgência, pelo CDS/PP. O motivo próximo foi a proliferação de Institutos públicos, fundações e outras formas paralelas à administração pública cujo número ronda já os 330. Uma realidade para a qual o PCP e os próprios trabalhadores desde há muito vêm chamando a atenção, denunciando, designadamente, o que consideram ser a criação de estruturas paralelas que esvaziam a administração pública.

E é disso que se trata, como fez notar o deputado comunista Lino de Carvalho, quando se fala da generalidade dos institutos públicos criados pelo Estado. É que a sua criação é feita na maior parte dos casos em detrimento da reestruturação, racionalização e modernização de serviços da própria administração pública e da valorização dos seus trabalhadores. E embora reconhecendo que em muitas ocasiões importa «encontrar soluções expeditas que dêem respostas céleres e eficazes em áreas de interesse e serviço público», segundo o parlamentar do PCP, a verdade é que o Estado não pode deixar de intervir na estrutura da administração central e muito menos abdicar das suas responsabilidades, seja pela via directa das privatizações, seja pela via indirecta da criação de estruturas paralelas como são os referidos institutos.

Resulta claro, pois, na perspectiva do PCP, que existindo um problema no que respeita ao funcionamento da administração pública - apontadas são, nomeadamente, a sua eficácia, transparência e qualidade na prestação de serviços aos cidadãos -, a sua resolução passa

Urge melhorar a eficácia, a transparência e a qualidade da prestação de serviços aos cidadãos

obrigatoriamente por uma reestruturação que dignifique, valorize, pague melhor e motive os trabalhadores da administração pública.

Críticas à proliferação de institutos vieram também do BE, com Fernando Rosas a considerar que em Portugal «quando se quer adiar um problema, cria-se uma comissão, sempre que se quer resolver uma dificuldade política, inventa-se um instituto». Para Isabel de Castro, do Partido «Os Verdes», a criação de institutos públicos tem servido como «tentativa de encontrar formas de fugir ao controlo democrático e ao rigor e de pagar melhor».

Arrepiar caminho

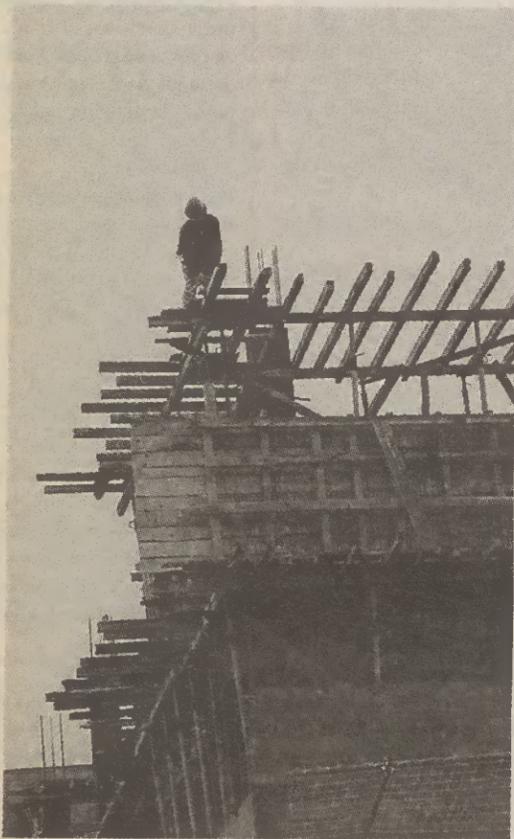
A duplicação de funções e gastos da administração pública foi uma das razões apontadas por Lino de Carvalho para condenar o recurso à criação de institutos e fundações. Este é um caminho, observou, «inaugurado pelo PSD e acelerado pelo PS», que o PCP critica e do qual se distancia.

No entender do deputado comunista, estas estruturas são ainda em muitos casos criadas para «fugir ao controlo financeiro das contas do Estado, seja por parte da Assembleia da República seja do Tribunal de Contas».

A não aceitação para esta prática em que o Governo tem sido useiro e vezeiro deve-se igualmente, explicou, ao facto de estas estruturas paralelas funcionarem como «passo intermédio ou indirectos para a privatização de serviços públicos».

Tais institutos são ainda, do ponto de vista do PCP, uma «espécie de interfaces entre a administração pública e o aparelho do PS» (como ontem do PSD) com vista à «contratação de pessoal da estrita confiança partidária, principescamente pago, sem controlo e sem seguirem a regra do concurso público e muitas vezes sem as competências técnicas necessárias».

Uma situação tanto mais lamentável e escandalosa quanto é certo que - lembrou-o Lino de Carvalho - tais práticas ocorrem em simultâneo com a colocação na prateleira de quadros da administração pública «com uma vida dedicada ao serviço público, experientes e com um "saber fazer" acumulado que, entretanto, é desperdiçado».



por acidentes de trabalho, em montante anual, correspondente a 12 meses por ano. Ora para que, de facto, fosse pago ao trabalhador subsídio de férias e de Natal, deveria acrescer àquela pensão anual, mais 1/12 da mesma na altura do Natal, e 1/12 na altura das férias. Logo na altura da aprovação da lei de 97 o PCP denunciou a perda de direitos, quanto aos subsídios referidos, resultantes do diploma. E de facto, assim, aconteceu. Mas o PS quis levar mais longe o engano. E ordenou, na regulamentação da lei, que a pensão anual fosse dividida por 14 meses, e que fosse pago aos trabalhadores 1/14 na altura do Natal e 1/14 na altura das férias! Grosseira marosca! O novo regime legal de reparação dos acidentes de trabalho tem, ainda, esta particularidade interessante: sempre que é mais favorável para os trabalhadores, aplica-se apenas aos acidentes ocorridos depois da entrada em vigor do regime (é o que acontece em relação ao cálculo do montante da pensão e às actualizações anuais). Sempre que é mais favorável para as seguradoras, aplica-se mesmo aos acidentes ocorridos antes daquela data.

PCP condena política de privatização do SNS

As mazelas da saúde

Os problemas no sector da saúde continuam sem fim à vista. Quem mais sofre, em resultado de uma política errada, são sobretudo os portugueses com mais fracos recursos.

O tema, na semana transacta, voltou a ocupar a agenda parlamentar. Passadas de novo a pente fino foram as causas para um quadro que se caracteriza pela crescente dificuldade dos portugueses em verem concretizado o seu direito à saúde. Ao Governo, no seu conjunto - e não apenas à titular da pasta -, foram imputadas responsabilidades pela situação presente. Bernardino Soares, falando em nome da bancada comunista, resumiu a origem do problema ao afirmar que na sua génese está a política de privatização do Serviço Nacional de Saúde levada a cabo pelo Governo, a quem acusou de estar apostado em «acentuar a linha liberalizadora».

Uma política de direita que, pela sua natureza e na linha do que ele próprio fez quando foi governo, se identifica no fundamental com o PSD, de quem partiu a iniciativa do debate. Nomeadamente quanto aos propósitos de maior privatização do sector. Daí que as afirmações de Durão Barroso contra o «fracasso do Governo» em matéria de saúde tenham sido encaradas mais como uma tentativa de explorar o descrédito da ministra e do Executivo do que propriamente como uma posição de afirmação coerente de uma política alternativa.

Isso mesmo teve a preocupação de realçar o deputado comunista ao lembrar

O Governo PS persiste numa política liberalizadora e de privatização do SNS

que, tal como o PS, também o PSD pugna pela gestão privada de unidades de saúde, «com a entrega de uma maior fatia de prestação de cuidados de saúde aos privados, reduzindo o Estado a mero financiador». Do mesmo modo que defende uma gestão centralizada - em vez de uma gestão descentralizada com a participação das populações -, na medida em que assim pode mais facilmente executar uma «gestão economicista, cuja prioridade não está centrada nos utentes».

Mas se ao PSD faltou credibilidade para contestar uma política com a qual no fundamental se identifica, ao Governo, pela sua parte, faltaram argumentos para justificar o estado de degradação e os numerosos problemas e constrangimentos existentes no sector da saúde.

Contestada vivamente foi mesmo a atitude da ministra que no próprio dia do debate concedeu uma entrevista a um matutino em que procurou sacudir a água do capote. «É uma vergonha o que se passa na saúde», afirmou Manuela Arcanjo ao «Diário de Notícias». «Apetece perguntar de quem é a responsabilidade desta vergonha», contrapôs Bernardino Soares, não poupando críticas a quem à última da hora vem anunciar como descoberta um conjunto de problemas, desde há muito abundantemente denunciados pelo PCP.



O Governo fracassou no plano para acabar com as listas de espera para cirurgias e consultas de especialidade

Por uma política alternativa

A postura da bancada comunista no debate voltou a diferenciar-se não apenas pela denúncia quanto ao que persistentemente está mal no plano da saúde, mas, também - e sobretudo -, pela apresentação de grandes linhas capazes de estruturar uma política alternativa. Por isso caiu pela terra a afirmação de António Guterres, já fora do hemiciclo, após ter assistido à primeira parte da interpelação, de que os partidos da oposição não têm uma estratégia para a resolução dos problemas da saúde.

A bancada comunista, pela sua parte, demonstrou que a afirmação foi gratuita. Bernardino Soares lembrou, nomeadamente, que o PCP «tem ideias bem definidas para a saúde», que os «problemas não são inevitáveis» e que existem soluções. Como é o caso das listas de espera para cirurgias e consultas de especialidade, cuja rápida recuperação passa por aproveitar e aumentar a capacidade instalada de resposta das unidades públicas. Sublinhado a este propósito foi o rotundo fracasso do programa de acesso desencadeado pelo Governo, em relação ao qual o próprio reconhece não ter elementos que permitam aferir a produtividade dos blocos operatórios dos hospitais no ano passado.

Também no que se refere à gestão pública dos serviços de saúde - e esta é outra das pro-

postas do PCP - importa que as direcções das unidades de saúde sejam escolhidas por concurso, devendo em paralelo ser dada prioridade à articulação entre os vários serviços e à participação das populações e dos profissionais, acabando-se, como salientou o parlamentar comunista, «com obstáculos burocráticos a uma gestão mais eficaz».

Preconizado pelo Grupo Parlamentar comunista é também o aumento das vagas no ensino superior para a formação de profissionais de saúde e, em simultâneo, o fim do congelamento das vagas nos lugares de quadro das instituições.

A prescrição pelo princípio activo e a dispensa gratuita nas consultas externas e em determinados casos nas urgências dos medicamentos que sejam menos onerosos para o Estado se comprados directamente e disponibilizados aos utentes nestas condições, do que suportando as participações do circuito comercial, constitui outra das medidas defendidas pelo PCP, que exige, por outro lado - sublinhou-o Bernardino Soares -, uma política que «ponha fim à promiscuidade entre a prestação pública e a privada e que afronte os interesses económicos que parasitam o SNS e que levam uma larga fatia do seu orçamento».

Governo foge ao debate

O Governo, desrespeitando a lei, fez um simulacro de consulta pública dos planos das Bacias Hidrográficas dos rios Lima, Cávado, Ave e Leça. Esta autêntica «fraude», assim lhe chamou, foi denunciada e levada ao hemiciclo pelo deputado comunista Agostinho Lopes. Tudo se passou na sessão de perguntas ao Governo de sexta-feira passada, com o parlamentar do PCP a acusar o Executivo de não cumprir a legislação e de passar de «campeão do diálogo» a «renitente e relapso ao debate público». Em causa está o facto de não terem sido ouvidas no processo de discussão pública as populações, nem as juntas de freguesia, nem as câmaras municipais, nem as assembleias municipais, nem outras instituições que poderiam ter uma palavra a dizer sobre a matéria. «Ou o Governo considera que publica um anúncio na imprensa diária, põe os planos na internet e manda o governador civil promover uma reunião, espera pelo fim do prazo, e a consulta pública está feita?», interrogou-se Agostinho Lopes, para quem só com a adesão das populações e instituições da área abrangida pelos planos é possível garantir uma «participação activa e voluntária na defesa do importante património (natural, social, económico, cultural) que esses rios representam».

Ineficácia da Inspeção do Trabalho

A Inspeção Geral do Trabalho (IGT) continua a não intervir capazmente na empresa Santos Barrosa Vidros, na Marinha Grande. As relações laborais têm vindo a agravar-se, não faltando testemunhos de não cumprimento da lei e perseguição aos representantes dos trabalhadores, de que é exemplo o processo disciplinar movido contra um delegado sindical no desempenho das suas funções.

Esta situação voltou a mobilizar a atenção do deputado comunista Vicente Merendas, que pediu de novo explicações ao Governo sobre o que pensa fazer para que a Inspeção Geral do Trabalho intervenha de facto na empresa no sentido de a repor a legalidade e o respeito pelos direitos dos trabalhadores. Esta é a segunda vez que o deputado comunista interpela o Executivo sobre este assunto através de requerimento dirigido ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade. Como resposta à sua primeira diligência, Vicente Merendas obteve do Governo a informação de que a empresa tinha passado a ser objecto de intervenção inspectiva da IGT, o que, a avaliar pelos factos, não produziu qualquer efeito.

Novas freguesias, vilas e cidades

A dinâmica do Poder Local

O Parlamento discutiu e aprovou um conjunto de projectos de lei visando a promoção administrativa de povoações e a criação de novas freguesias. Aprovadas foram também correcções de limites territoriais, alterações de denominações e integração de freguesias em outros municípios que não os da sua origem.

O deputado Honório Novo, falando em nome da bancada comunista, regozijou-se por estas elevações administrativas, compartilhando a satisfação das respectivas populações. Por si sublinhado foi o facto de a esmagadora maioria dos casos corresponder a «genuínas e legítimas aspirações das populações e dos

autarcas». Criação de novas freguesias, novas vilas e cidades que, observou, só foi possível devido à «força e dinamismo» que o poder local possui, e graças ao qual se deve também a «resolução de diversos problemas ao nível territorial».

«Hoje, a resolução a contento de muitas aspirações legítimas de populações e de autarcas só é possível pela existência de um poder local forte e democrático tornado possível pelo 25 de Abril», salientou Honório Novo.

As onze novas freguesias que passam a integrar o mapa administrativo do País são as seguintes: Santa Cruz/Trindade, no município de Chaves, Gândaras (na

Lousã), Longueira/Almograve e Boavista dos Pinheiros (em Odemira), Águas Vivas (em Miranda do Douro), Agualva, Cacém, Mira Sintra e São Marcos (todas no município de Sintra, cujo patrocínio legislativo teve também origem no PCP); e, ainda, a nova freguesia de Meia Via (em Torres Novas) que, finalmente, como lembrou o deputado do PCP, quase 20 anos depois do primeiro projecto apresentado pela então APU, e ao tempo rejeitado pelos restantes partidos, recolhe hoje a unanimidade do espectro partidário.

Ascendem a quarenta, por outro lado, o número de povoações e freguesias que a partir de agora ascendem à

categoria de vilas. São cinco novas vilas no Distrito de Braga, uma em Bragança - a nova vila de Argozelo, no município de Vimioso, iniciativa avançada pelo PCP e que constitui, também, como sublinhou o deputado comunista, uma «homenagem e chamada de atenção para o interior cada vez mais desertificado e cada vez mais afastado dos grandes investimentos». Acresce também uma nova vila nos distritos de Coimbra e de Vila Real, duas no Distrito de Viseu, três no Distrito de Leiria, dez novas vilas no Distrito de Faro (entre elas Odeceixe, em Aljezur, e Monte Gordo, em Vila Real de Santo António), dez novas vilas no Distrito do

Porto (incluindo sete freguesias em Gaia e a freguesia de Campo, em Valongo), seis novas vilas no Distrito de Lisboa e uma no Distrito de Setúbal (entre as quais se encontram, por iniciativa própria do PCP, as novas vilas da Ramada, em Odivelas, e de Ermidas-Sado, em Santiago do Cacém).

O País vai contar ainda com sete novas cidades, três no Distrito de Aveiro, uma no de Faro e outra no de Lisboa e duas novas cidades no Distrito do Porto, Freamunde e S. Mamede de Infesta, sendo que esta última, no Município de Matosinhos, contou também com a iniciativa dos dois deputados do PCP eleitos pelo Distrito do Porto.

BEATO Ainda os 80 anos

O 80.º aniversário do PCP foi comemorado pelos comunistas da freguesia do Beato, no último sábado, com um lanche-convívio no Centro de Trabalho.

Vários militantes falaram da luta consequente e abnegada do Partido ao longo destes 80 anos, 48 dos quais na clandestinidade, contra o fascismo e em defesa dos trabalhadores e das liberdades democráticas. Outra questão abordada foi a necessidade do reforço do PCP para as grandes e importantes batalhas que se colocam aos comunistas no presente e no futuro.

A terminar o convívio, que decorreu em grande animação, cantou-se «os parabéns a você».

MOITA Brejos de Faria de parabéns

Em comunicado à população, a Comissão Concelhia da Moita do PCP congratula-se com a recente decisão da Assembleia da República de integrar o Bairro de Brejos de Faria na freguesia de Alhos Vedros.

Esta decisão - que decorre da apresentação, em 30 de Julho de 1997, pelo Grupo Parlamentar do PCP, do projecto de lei n.º 404/VII - corresponde ao desejo das populações ali residentes e que mantêm com Alhos Vedros profundas afinidades nos campos económico, administrativo e cultural.

O PCP saúda, assim, a população de Brejos de Faria pela vitória alcançada e assegura-lhe o seu continuado empenho na concretização das medidas que permitam a elevação da sua qualidade de vida.

CANTANHEDE Defender caminho-de-ferro

A Comissão Concelhia de Cantanhede do PCP defende um «forte investimento» no Ramal da Pampilhosa-Cantanhede-Figueira da Foz, em risco de encerramento.

É urgente assumir o caminho-de-ferro como «meio fundamental de transporte de pessoas e bens», dizem os comunistas que propõem, designadamente, que se invista nos troços de menos procura, no transporte de mercadorias, ao nível da renovação e electrificação da via e sua ligação ao porto comercial da Figueira da Foz, e no transporte de passageiros, com a modernização do material ligeiro. Modernização que pode ser feita através do aproveitamento da capacidade técnica instalada na EMEF/Grupo Oficinal da Figueira da Foz.

O PCP defende, ainda, que a médio prazo, com a electrificação do ramal, se desenvolva um serviço suburbano que envolva os percursos Coimbra-Alfarelos-Figueira da Foz-Cantanhede-Pampilhosa-Coimbra.

BARREIRO As «farsas» do PS

No princípio do mês, uma dezena de dirigentes e autarcas do PS encenaram uma «jornada de limpeza» no Terminal Rodovial do Barreiro para, segundo eles, levarem a Câmara Municipal a limpar os terrenos e determinar judicialmente a quem cabe «a responsabilidade da manutenção do Terminal».

Esta acção não passou, porém, de uma «farsa», denuncia a Concelhia do Barreiro do PCP, já que «toda a gente sabe» que a responsabilidade do Terminal cabe à CP/Soflusa, de que um dos administradores é vereador do PS. Aliás, a Câmara Municipal não pode intervir nos terrenos, nem sequer ao nível da iluminação, e tem visto recusadas pela Soflusa as suas propostas de colaboração na manutenção de espaços verdes e limpeza.

«Curioso» é, entretanto, para o PCP, que a encenação do PS se tenha verificado na véspera de o ministro José Sócrates anunciar a co-incineração de Resíduos Industriais Perigosos no Parque Natural da Serra da Arrábida e quando a CP/Soflusa e a Transtejo acertam uma negociata de venda de capitais pouco transparente.

AÇORES Um atentado paisagístico

Começou a ser construída sobre a duna principal da Praia do Pópolo, uma das nove habitações que integram um loteamento com alvará de 1987 que, apesar de fechar o pequeno espaço da praia, foi então aprovado por todas as entidades envolvidas, «num verdadeiro atentado» ao património ambiental e paisagístico e em violação aos espaços públicos de lazer.

A denúncia cabe ao PCP/Açores, cujo Grupo Parlamentar, defendendo a reposição deste património no seu estado original, apresentou ao Governo Regional um requerimento onde pretende saber se este está a acompanhar a situação e, em caso afirmativo, se pensa intervir e que medidas pensa tomar para que a Praia e áreas circundantes venham a ser consideradas «Área Protegida», independentemente da legalidade daquela construção.

«Irresponsabilidade e falta de bom senso»
no Ministério do Ambiente

Queixas sobem de tom

As questões ambientais são motivo de preocupação crescente para um número cada vez maior de portugueses. Em vários pontos do País surgem os protestos e tomadas de posição relativamente a algumas medidas do Ministério do Ambiente.

Assim é no vale do Ave, onde «nem tudo vai bem» como o ministro José Sócrates quis fazer crer, quando da sua visita a Guimarães, diz, por exemplo, a Concelhia do PCP, pois se é certo que houve grandes investimentos no tratamento do rio Ave e em alguns dos seus afluentes e que as indústrias aderiram ao sistema de despoluição oficial, também é certo que muito há ainda por fazer.

O ministro não ouviu, por exemplo, «o ruído insuportável» que a auto-estrada A7 causa aos moradores do lugar do Giestal, em S. Cristóvão de Selho, nem verificou o perigo que resulta para crianças e adultos a não existência de

rails de protecção. Não foi também até Moreira de Cónegos, onde o rio Vizela continua a servir de vazadouro a águas porcas e dejectos de um aviário que, além de se manter desligado do sistema e não proceder a tratamento próprio, nem sequer é castigado pela sua infracção ou pelos

prejuízos que causa à saúde pública, ou a Gondar e Ronfe, onde o mesmo se passa.

Entretanto, o PCP, que tem chamado a atenção para os efeitos secundários da concorrência desleal gerada por tarifas diferentes do tratamento dos efluentes considera que, tendo em conta que a água, em muitos casos, é matéria-prima insubstituível para as empresas têxteis

- quase mono-indústria da região - nenhum novo preço deverá ser aprovado sem que sejam para isso ouvidos os trabalhadores e industriais afectados e sem que se atenda aos impactos negativos de um aumento insuportável e uniforme nos custos gerais de produção. Daí que, em seu entender, o ministro deve esclarecer sobre a medida de agravamento dos custos ambientais que eventualmente tem em preparação e que, «a ser aplicada no vale do Ave, representará um acréscimo para a indústria de cerca de 20\$00 por m³».

Setúbal

Por sua vez, a Direcção da Organização Regional de Setúbal considera que a decisão do ministro do Ambiente e do Governo PS de impor a co-incineradora de Resíduos Industriais Perigosos no Parque Natural da Arrábida e instalar provisoriamente a Estação de Tratamento dos Resíduos Industriais Perigosos em Sines veio, mais uma vez, provar que o PS não gosta do distrito de Setúbal.

Para os comunistas, o Governo e o ministro do

Ambiente, para além de ignorarem a vontade das populações, demonstram com estas medidas uma «total irresponsabilidade e falta de bom senso», pretendendo com elas «condicionar e contrariar as propostas e o trabalho produzido pelas estruturas sociais, económicas e instituições da Região para o desenvolvimento regional integrado». Mais, no caso de o Governo avançar com este processo, «sem que esteja definida uma política integrada de tratamento dos resíduos industriais», torna-se legítimo que as populações do distrito reforcem «as suas dúvidas e desconfianças sobre os interesses que estão por detrás deste processo».

O PCP, condenando a posição «de vassalagem e arrogância» do presidente da Câmara de Setúbal em todo este processo, quer que o Ministério do Ambiente clarifique desde já onde pretende instalar em definitivo a Estação de Pré-Tratamento de Resíduos Industriais Perigosos e apela à população da região e às várias estruturas do distrito para que «não baixem os braços» e prossigam os protestos e denúncias «contra esta decisão irresponsável».

Exploração aumenta no BES

Uma parte muito significativa dos lucros que o Banco Espírito Santo apresentou no ano 2000 (45,7 milhões de contos) deve-se «à enorme exploração que é exercida sobre os trabalhadores», diz a célula do PCP neste banco.

De facto, segundo os comunistas, desde a tomada de posse do actual Conselho de Administração que se iniciou um processo de desregulamentação laboral e de ataque aos direitos dos trabalhadores e se submetem «às mais intoleráveis e indignas acções de pressão, coacção e intimidação» centenas de bancários competentes e honestos, que ajudaram a fazer o BES, no sentido de os forçar a aceitar uma reforma «prematura e não desejada».

Aliás, em todas as empresas do Grupo Banco Espírito Santo tornou-se prática a «realização de milhares de horas de trabalho não remunerado, a imposição do desempenho de funções sem a respectiva categoria e remuneração contratual e a retirada de subsídios e rega-

lias sociais.» Simultaneamente, a eliminação «artificial» de centenas de postos de trabalho, a par da abertura de novos balcões, «provocam uma intensificação desumana dos ritmos de trabalho», originando situações de «total escravatura», com «reflexos terríveis» no seio das famílias dos trabalhadores.

O bloqueio às negociações das tabelas salariais por parte da administração é outra questão que os bancários comunistas do BES denunciaram e consideram geradoras de todo o tipo de «incentivos» extracontratuais, «distribuídos de forma discriminatória, na base do compadrio e da manipulação da vontade e dignidade dos trabalhadores».

Por fim, os comunistas lamentam que os bancários não disponham de uma direcção sindical que encabece a luta dos trabalhadores e manifestam-se dispostos a combater as ideias «fatalistas» que pretendem «inculcar a ideia de que não há alternativa ao capitalismo».

▼ CAMARADA FALECIDO

Manuel Correia Parente

Faleceu, no dia 12 de Abril, o camarada Manuel Correia Parente, dirigente sindical no Sindicato da Marinha Mercante. Membro do PCP desde 1974, estava organizado na célula dos dirigentes sindicais do Sindicato da Marinha Mercante, do Sector Sindical da Organização Regional de Lisboa.



Aos familiares e amigos do comunista falecido, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.



Ovar

Pescas em declínio

No quadro da preparação da Revisão da Política Comum de Pescas em curso no Parlamento Europeu, a deputada comunista Ilda Figueiredo contactou, no dia 19, várias estruturas nacionais ligadas ao sector (PROPEIXE, Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Norte, DOCAPESEA), numa jornada que começou em Matosinhos e acabou na praia de Esmoriz.

Denominador comum a todos os encontros foi a apreensão face ao que parece ser o «inexorável declínio» das pescas nacionais, em contraste com outros países, como a França ou a Holanda, onde se podem ver «frotas em renovação e até em crescimento».

Ilda Figueiredo dedicou a parte final do dia à pesca artesanal - largamente praticada no concelho de Ovar -, seja nos vários núcleos piscatórios seja na ria de Aveiro. Os pescadores da praia de Esmoriz, que fizeram questão de brindar a deputada com uma excelente caldeirada como só eles sabem fazer, aproveitaram a ocasião para denunciar as inúmeras promessas feitas nos últimos anos, que infelizmente continuam por cumprir, apesar das várias iniciativas dos deputados do PCP na Assembleia da República. É o caso do combustível subsidiado - seja o gasóleo dos tractores em inúmeras actividades produtivas, seja a gasolina dos barcos da xávega -, e do Posto de Vendagem da praia de Esmoriz, que obriga, neste momento, os pescadores a deslocar-se à praia do Furadouro para poderem vender o fruto do seu trabalho.

Estas queixas não impediram, contudo, os pescadores de manifestar a sua satisfação pela recente regulamentação da majoeira, fruto de uma longa luta protagonizada pelos próprios pescadores e pelo seu Sindicato, e que contou desde a primeira hora com o apoio do PCP.

QUINTA DO CONDE Atentado à natureza

Para evitar a desertificação e os prejuízos resultantes da transição da Quinta do Conde de pinhal para zona urbana, a CDU, durante os seus mandatos, restringiu o abate de árvores ao mínimo – como inscreveu no Regulamento do Plano de Urbanização – e promoveu a defesa da floresta através, entre outras medidas, da plantação de árvores nas escolas e da criação de espaços verdes.

O PS, pelo contrário, há três anos que vem pautando a sua actuação pelo abate de árvores a pretexto de nada, como aconteceu quando da transferência do Mercado do Levante para uma zona de pinheiros, todos abatidos apesar de não constituírem impedimento à realização do mercado ao ar livre.

A denúncia deste atentado à natureza cabe à Comissão de Freguesia da Quinta do Conde do PCP que, preocupada com o facto de os próprios lenhadores invocarem a autorização do presidente da Junta de Freguesia para abater pinheiros saudáveis e levar a respectiva madeira, quer saber a quem cabe a responsabilidade do que se passa.

AMADORA Apoio aos palestinianos

Trabalhadores das empresas da Amadora, solidários com a luta que há décadas o povo palestiniano desenvolve em prol na libertação nacional e «pelo direito a um Estado independente e soberano contra a ocupação israelita, sustentada na cumplicidade e hipocrisia dos EUA», promoveram um abaixo-assinado onde apoiam as autoridades e o povo palestinianos e repudiam «as criminosas acções israelitas». Os subscritores do abaixo-assinado, consideram que «as persistentes e volumosas lutas» da classe operária e dos trabalhadores de todo o mundo contra o desemprego, o encerramento de empresas, contra a flexibilização e a precariedade, pela redução dos horários de trabalho, pelo aumento de salários e contra as privatizações «são indissociáveis do necessário combate» que é preciso dar «ao imperialismo e à pretensão hegemónica e de domínio planetário do grande capital».

MONTEMOR-O-NOVO O estado da saúde

A política de saúde do Governo PS não serve as populações de Montemor-o-Novo, diz a Concelhia do PCP, lembrando, a título de exemplo, a insuficiência do horário de consulta e a falta de médicos que, no caso das freguesias rurais, se traduzem por longos períodos de espera e pela ineficácia dos exames e de outros meios de diagnóstico entretanto realizados. Os comunistas estão ainda preocupados com a decisão do Governo de não incluir a valência de internamento clínico no novo Centro de Saúde. Em sua opinião, trata-se de uma decisão lesiva dos montemorenses, já que aquele internamento não é substituível por uma eventual Unidade de Atendimento Integrado, de características diferentes. Assim, para além da melhoria da prestação dos cuidados de saúde, do necessário reforço de pessoal médico, de enfermagem e auxiliar e da criação de programas permanentes de prevenção da saúde, o PCP defende com veemência que o novo Centro de Saúde a construir inclua internamento clínico.

A responsabilidade da saúde

Lançando uma das maiores ofensivas de sempre contra o Serviço Nacional de Saúde (SNS), o Governo está apostado em abrir rapidamente caminho para uma profunda privatização deste sector em Portugal.



Bernardino Soares
Membro da Comissão Política

Para isso há desde logo uma questão decisiva, que é a de diminuir a confiança e o reconhecimento da população em relação aos serviços públicos de saúde. É por isso que, por acção e por omissão o Governo se empenha em que se agravem os problemas existentes no SNS.

Assim é na falta de milhares de profissionais; nas listas de espera para cirurgias, consultas de especialidade ou para ter médico de família; no ele-

to em relação à política do governo. E fá-lo por vezes até lançando mão de questões bem reais, como são a baixa produtividade dos serviços públicos ou a promiscuidade público/privado (vejam-se os escritos e intervenções públicas de Manuel Antunes). Mas por detrás de tão «benévolas» intenções escondem-se, por um lado, as responsabilidades que o PSD teve nesta área e por outro, o avanço rápido da privatização que defendem, designadamente

com a entrega ao sector privado de crescentes responsabilidades na prestação de cuidados de saúde e com a consequente redução do Estado a um papel de mero financiador, mantendo as partes não lucrativas.

Só os factos contam

Urge identificar as razões e os responsáveis pela situação na Saúde

vado custo dos medicamentos; nas instalações degradadas e mal equipadas; no atendimento pouco humanizado, entre tantas outras questões.

Mas não se pense que a privatização ainda agora aí vem. Ela é já extensa. Assim é no cada vez maior recurso ao sector convencional, mantendo a baixa produtividade pública; no alargamento da gestão privada de unidades públicas; na cada vez maior fatia do orçamento entregue aos grandes grupos na área dos medicamentos, ou dos equipamentos.

A saúde tornou-se entretanto terreno fecundo para diversas intervenções partidárias.

Assistimos nos últimos tempos a um acentuar da intervenção da direita nesta área, em especial do PSD, apostado em capitalizar o descontentamen-

Neste quadro assistimos igualmente, da parte do PS e do seu Governo, a uma tentativa (aliás pouco original) para traçar a linha divisória na saúde entre si e o PSD, afirmando-se nas palavras acérrimo defensor do SNS. E logo se vira para o PCP dizendo que com as nossas críticas estamos a dar espaço à direita, ou que só por razões táticas não reconhecemos que a política que praticam na saúde é boa. Tais argumentos não resistem a qualquer análise com o mínimo de seriedade. Em primeiro lugar, porque o PCP sempre valorizou as medidas e as propostas positivas (infelizmente escassas e pouco aplicadas) para a defesa do SNS, o que nos reforça a legitimidade para criticar as que são negativas. Em segundo lugar, porque, mais do que as palavras, são os factos que contam e

esses denunciam a política de direita que o Governo segue.

A intervenção do Partido na área da saúde é assim cada vez mais decisiva. A recente campanha «Saúde: pública e para todos» não deve esgotar a atenção do colectivo partidário a esta importante matéria. Estando no centro das preocupações de largas camadas da população, ele deve também ser uma preocupação fundamental de todo o Partido.

Trata-se de denunciar a política de direita que o Governo pratica na saúde e de apontar os problemas sentidos pela população, com a clareza suficiente para que isso não contribua para uma maior descrença do povo nas capacidades do SNS, mas antes para a identificação das razões e dos responsáveis pela situação existente. A responsabilidade dos comunistas e do seu Partido é a de fazer acompanhar em cada momento a crítica de uma realidade concreta, da explicação da sua causa e da apresentação de uma solução.

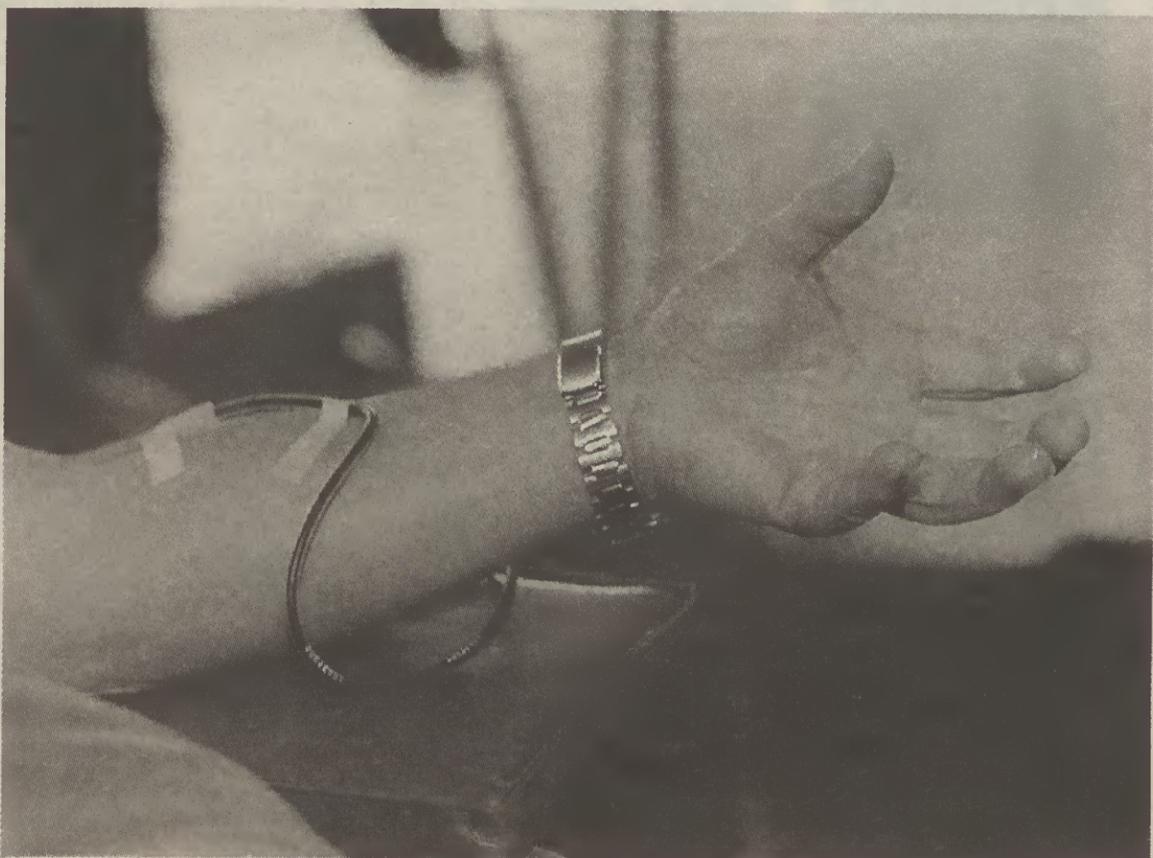
E devemos ter consciência de que a intervenção do PCP quer no plano institucional, quer junto dos trabalhadores e das populações, é insubstituível e decisiva para o combate às orientações privatizadoras do PS e da direita. Para combater a política de direita na saúde precisamos certamente de apresentar mais propostas para uma reforma democrática do SNS. Precisamos igualmente de as tornar cada vez mais conhecidas.

Agir em defesa da Saúde

Mas nada disto será suficiente se não for acompanhado pela mobilização dos trabalhadores do sector e sobretudo pela consciência e mobilização das populações em defesa do seu direito à saúde. É assim que as já hoje numerosas movimentações populares em torno da resolução de problemas na área da saúde e da reivindicação de medidas que dêem resposta às carências sentidas, devem merecer a nossa maior atenção e apoio. Com a certeza de que, no envolvimen-

to das populações na defesa dos serviços públicos de saúde, está um factor decisivo e indispensável para a derrota das intenções privatizadoras do Governo.

Na passagem de mais uma aniversário da Revolução dos Cravos, que como sempre comemoramos voltados para a defesa das conquistas alcançadas e para o aprofundamento da democracia em todas as suas vertentes, merece justo destaque a luta pelo direito à saúde e pela defesa do Serviço Nacional de Saúde como instrumento da sua concretização.





CDU apresenta o antigo presidente da Câmara, João Barros Duarte, como candidato à presidência da autarquia da Marinha Grande

Responder ao folclore com trabalho

Contando com a presença do secretário-geral do Partido Comunista Português, Carlos Carvalhas, foi apresentado no passado sábado o cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal da Marinha Grande, que quer pôr fim à arrogância e incompetência do PS.

«De há algum tempo a esta parte algumas pessoas, que nada têm a ver com as minhas opções políticas, me vêm incitando a candidatar-me, louvando o meu trabalho e postura nos mandatos anteriores, a que presidi ao executivo», disse João Barros Duarte, candidato à presidência da autarquia, na sua intervenção. Continuou, confessando que houve até quem o tenha pretendido envolver num movimento de independentes que se pudesse candidatar. «Declinei respeitosamente, mas foi-me gratificante verificar que o trabalho que desenvolvi nos anteriores mandatos em que a CDU foi maioria no município foi reconhecido pela população e se mantém desejado, mesmo após sete anos de gestão do

Partido Socialista», afirmou o candidato, antes de declarar que «para um comunista, uma candidatura a eleições nunca é, nem pode ser, um projecto pessoal». O candidato lembrou que, não obedecendo a interesses individuais ou de grupo, o processo de escolha de candidatos, na CDU, «obedece a critérios políticos e morais».

Para este bancário reformado, este «sentir de muitas pessoas simples sem filiação partidária» em relação à candidatura da CDU indicia que o trabalho da coligação «mereceu apreço por parte da população e que a honestidade, isenção, rigor, competência e comportamento dialogante dos seus autarcas eleitos é uma forma de estar na política que a população pre-

ferre e continua a desejar». Em contraste, lembrou o que foi a prática da gestão socialista na Marinha Grande, cuja «tónica preponderante tem sido a falta de transparência, o clientelismo, o elitismo, a falta de rigor, a incompetência e o autoritarismo arrogante», de que é só um exemplo a constante recusa do PS em distribuir pelouros aos vereadores da CDU. Comportamento contrário, lembrou, teve a CDU que, mesmo quando teve maioria absoluta, atribuiu pelouros ao PS e discutiu «com eles toda a gestão».

No tempo da maioria CDU, as deliberações eram obtidas por mais de 95%

Pouco mais que nada

Comprovativo da falta de rigor e seriedade do PS, o candidato lembrou o «abundante mar de promessas» que foi feito e que, ao fim de quase dois mandatos, resulta numa «mão cheia de pouco

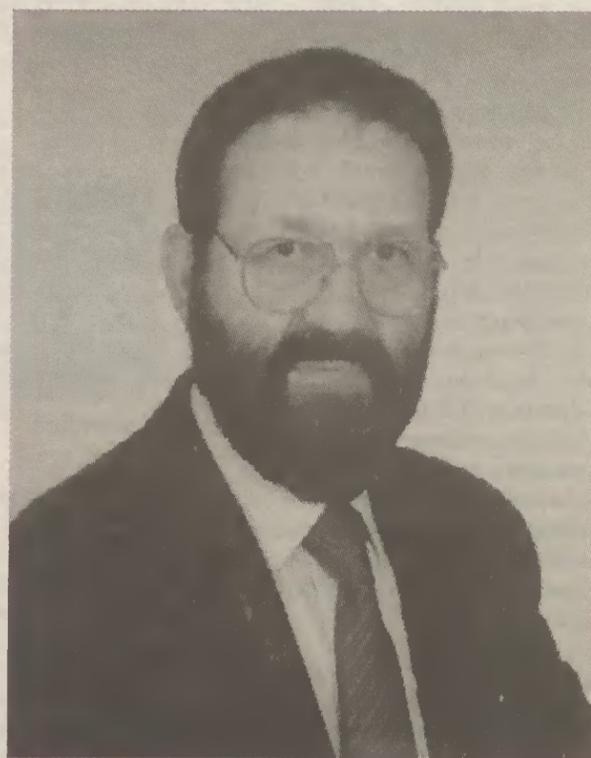
mais do que nada». «Mas, em contrapartida, têm sido exímios no marketing político, escondendo essas debilidades com o folclore, em inaugurações de insignificantes

obras com presenças ministeriais», afirmou o antigo presidente da autarquia.

«A lentidão e arbitrariedade na aprovação dos projectos de construção de habitação, de que se queixam muitos munícipes» são com-

provativo, para o candidato comunista, da falta de transparência, isenção e rigor com que actuam os eleitos do PS na câmara marinhense.

Considerando a CDU como a força eleitoral que «dá garantias aos muitos eleitores marinhenses que, independentemente da sua posição política ou ideológica, e até de filiação partidária, fartos da des governação do PS, aspiram acabar com a arrogância instalada na autarquia e anseiam por uma mudança», João Duarte afirmou a CDU como a força que é capaz de «acabar com o crescimento urbanístico caótico e desregrado», «que porá fim à falta de transparência», que «acabará com a submissão da autarquia aos interesses eco-



João Barros Duarte

nómicos especulativo» e que «desburocratizará e encurtará o tempo de aprovação dos processos de obras de habitação».

Sobre as hipóteses da CDU em conquistar a autarquia, além de tudo o que foi dito sobre apoios de largas franjas de população normalmente não apoiante da CDU, o candidato lembrou que em 1993,

nas últimas eleições em que concorreu no concelho, a CDU perdeu por 177 votos, tendo ganho na «freguesia da Marinha Grande, que abrangge todo o eleitorado, com excepção da freguesia de Vieira de Leiria onde, aí sim, perdemos por diferença que superou os ganhos que obtivemos no restante eleitorado do concelho».

Vila Real Romper com a continuidade

A CDU apresentou na passada sexta-feira os seus cabeças de lista à câmara e assembleia municipais – Manuel Sampaio e Júlia Violante, respectivamente – do concelho de Vila Real. O candidato à câmara, Manuel Sampaio, frisou na sua intervenção que este concelho transmontano, «conduzido pelo PSD há mais de 25 anos, com apoios e cumplicidades do PS e CDS/PP, não teve a oportunidade de se tornar um concelho planificado, desenvolvido e moderno, capaz de fixar investimentos, defender e relançar a indústria transformadora, criar mais postos de trabalho, fixar a nossa gente, combater a desertificação». Para o actual membro da Assembleia Municipal, a «CDU não aceita a nomeação de gestores, pelo critério de confiança política, para cargos políticos, tipo SMAS, preterindo o exercício por vereadores eleitos democraticamente para a gestão do serviço público». O candidato da CDU, antigo dirigente do Sindicato dos Bancários do Norte, acusou ainda o PS, pela sua prática inactiva, de ser «co-responsável pela gestão municipal realizada nos últimos 25 anos», caracterizada, em sua opinião, por ser absolutista, casuística e incompetente e propõe, para fazer face a isto, uma política que fomenta o desenvolvi-



Manuel Sampaio

mento económico, uma política de reivindicação ao poder central, a descentralização para as freguesias, entre outras medidas.

Dar esperança ao futuro

No dia anterior, a CDU do distrito de Vila Real já havia apresentado os seus candidatos ao concelho de Chaves, Maria José Grilo, para a Câmara, e Manuel Justino Cunha, para a Assembleia Municipal. Maria José Grilo, eleita da CDU na Assembleia Municipal da cidade desde 1993, é uma antifascista de longa data, tendo participado nas campanhas da oposição democrática à ditadura em 1969 e 1973, tendo aderido ao PCP logo em Maio de 1974. A experiência da candidata é vasta, tendo sido can-



Maria José Grilo

didada pelo PCP à Assembleia Constituinte em 1975 e duas vezes candidata à Assembleia da República pelo círculo de Vila Real. Foi dirigente do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa entre 1988 e 1992 e do Sindicato dos Professores do Norte entre 1993 e 1996. Professora do Ensino Secundário, possui o curso de Formadora de Alfabetizadores, tendo pertencido ao Plano Nacional de Alfabetização de Adultos, em 1976.

Na nota divulgada à comunicação social pela concelha local do PCP, era afirmado que «romper com a continuidade exclusiva dos executivos do PSD e PS, pouco mobilizadora das populações e abrir Chaves ao presente, dando esperança ao futuro, é um desafio que um comunista aceita convictamente de cabeça erguida, pois a sua vida é luta».

Abrantes

Uma voz necessária na resolução dos problemas

No dia 18 de Abril, decorreu num café da cidade de Abrantes a conferência de imprensa de apresentação da candidatura da CDU aos órgãos municipais locais. Para além da comunicação social, estiveram presentes mais de trinta activistas da CDU, de entre os quais se destacam Manuel Lopes, antigo vereador da CDU e mandatário da candidatura, Luís Peixoto, também ex-vereador, e José Augusto Dias, da DORSA do PCP.

A primeira intervenção foi a de José Augusto Dias, que apontou os critérios da escolha dos nomes – capacidade de trabalho e dedicação, conhecimento dos problemas do concelho – bem como os objectivos, sendo o principal a eleição de um vereador, de forma a fazer regressar a CDU ao executivo camarário.

Seguidamente tomou a palavra o mandatário, Manuel Lopes, para apresentar alguns aspectos da biografia e do trabalho dos candidatos, Avelino Manana, para a Assembleia Municipal, e Isabel Ferreira, para a Câmara.

Na sua intervenção, Isabel

Ferreira lembrou que, na CDU, «temos ideias para construir um outro caminho de desenvolvimento, que seja equilibrado e harmonioso para todo o concelho, pois entendemos que a qualidade de vida das pessoas é fundamental», pelo que «defendemos a descentralização de poderes e meios para as freguesias, privilegiando sempre a participação activa dos cidadãos na definição do seu futuro».

Para esta professora do ensino secundário, é necessária a concretização de «infra-estruturas básicas como a água, esgotos, rede viária, desenvolvimento económico e industrial, o ensino, a cultura, o desporto, a juventude, o apoio à infância e à terceira idade, a protecção do ambiente, o turismo e a revitalização das freguesias».

Isabel Ferreira, delegada sindical, lembrou que decidiu aceitar a proposta de ser cabeça de lista com consciência das dificuldades, mas com a «certeza de que a candidatura da CDU é e será sempre uma voz necessária

na resolução dos problemas da nossa cidade e do nosso concelho».

«Defendemos uma política de cooperação, uma profunda ligação entre todos os eleitos interessados na resolução dos problemas das populações, independentemente das forças políticas que representam», disse a candidata, que entende ser necessária uma «profunda ligação com os munícipes no dia-a-dia, nas decisões, na definição do nosso futuro, transformando o poder local num espaço de intervenção e participação das populações».

Para terminar, Isabel Ferreira afirmou-se consciente do «muito que há a fazer para se atingirem números aceitáveis de bem-estar económico, social e cultural», afirmando que «as populações podem contar connosco para cumprir com as responsabilidades que nos forem confiadas, com dedicação, trabalho, competência e isenção, não deixando nunca de auscultar os anseios das populações, defendendo, na prática, o direito de todos a uma vida melhor».

Vereador Rui Sá candidato da CDU à Câmara do Porto

«Dar voz a quem não a tem»



A sessão de apresentação dos candidatos da CDU à Câmara Municipal do Porto ocorreu antontem, num hotel da cidade, e contou com a participação de Rui Sá, candidato à presidência da Câmara, Emídio Ribeiro, primeiro candidato à Assembleia Municipal, José Luís Borges Coelho, mandatário da candidatura, e Carlos Carvalhas, secretário-geral do Partido Comunista Português.

Foi perante uma sala repleta de activistas que decorreu a apresentação dos candidatos da CDU à Câmara do Porto. O mandatário, José Luís Borges Coelho, na sua intervenção, fez a apresentação dos candidatos e explicou as razões que justificam o voto dos democratas portuenses na CDU, afirmando que um dia acontecerá que o «comum dos eleitores se aperceberá que,

enfraquecendo esta força que é a CDU, tardando em traduzir num expressão eleitoral adequada a expressão social da sua luta, é a si próprio que se enfraquece».

O candidato à Assembleia Municipal, Emídio Ribeiro, alertou para o «progressivo esvaziamento de funções e desvalorização da Assembleia Municipal», facto para o qual os eleitos comunistas não contribuiram, mas contra o qual se bateram.

É necessário que os outros candidatos discutam os reais problemas

Por sua vez, Rui Sá, referindo-se aos valores da cidade – universidade, colectividades, movimento associativo, eventos como o FITEI ou o Fantasporto –, afirmou que «este Porto, com a riqueza da sua história, não merece os políticos que, nos últimos anos, têm estado à frente dos destinos da cidade e da região, sempre em bicos dos pés, na ânsia de um protagonismo pessoal efémero, utilizando todos os meios em favor dos seus fins, sacrificando, despidoradamente os objectivos e a imagem da cidade».

«No Porto há milhares de munícipes que vivem em péssimas e desumanas condições, inaceitáveis para uma cidade que se orgulha de ser Capital Europeia da Cultura e Património Mundial da Humanidade», considerou o candidato que lembrou ainda que «em cada seis habitantes do Porto vivem em bairros sociais, grande parte deles

com muitas dezenas de anos e com péssimas condições de habitabilidade». Continuou revelando que nas «ilhas do Porto, que na sua quase totalidade possuem instalações sanitárias colectivas e situadas no exterior das habitações, vivem cerca de seis mil pessoas» e que as «habitações privadas em estado de quase ruína proliferam, sem qualquer intervenção, e num estado lastimável que o rigor do Inverno que vivemos veio pôr a nu». «Não é possível, para ninguém, viver bem no Porto enquanto os nossos vizinhos sofrem, diariamente, as agruras desta situação de verdadeira calamidade habitacional», disse.

O «Estilo CDU»

Para o candidato, urge implementar programas que permitam investir mais na reabilitação da cidade, fazendo acompanhar esses programas de outras intervenções prioritárias, nomeadamente ao nível do ambiente, apostando na depoluição do Douro e da recuperação e modernização das escolas do Ensino Básico, onde subsistem muitas sem instalações de recreio, sem ocupações extracurriculares e sem condições mínimas de segurança.

São necessárias também,

na opinião do candidato, intervenções que «impeçam a construção da tal “Cidade Densa” baseada na sobreocupação dos solos, na construção em altura e na especulação imobiliária susceptível de transformar a cidade do Porto num centro “chique” e elitista no contexto da Área Metropolitana, onde as classes mais desfavorecidas fossem viver para as periferias». Rui Sá chamou ainda a atenção para o facto de 20% da população do Porto ter mais de 65 anos e exigiu medidas de combate ao verdadeiro êxodo para os concelhos vizinhos que se registou entre 1995 e 1999, período em que se estima que, diariamente, saíam da cidade 14 habitantes.

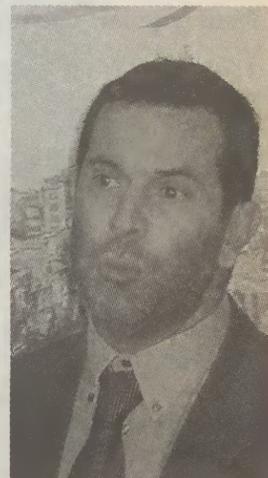
«As nossas motivações não surgem agora», afirmou o vereador. «Não caímos no Porto de pára-quadras, nem regressamos ao Porto depois de experiências falhadas noutras paragens», continuou, notando que «temos um trabalho desenvolvido de que nos orgulhamos e temos um profundo conhecimento da cidade do Porto e da sua população». «O trabalho efectuado, que designamos como “Estilo CDU”, procurou ouvir as pessoas, dar voz a quem não a tem, conhecer e divulgar os problemas, na certeza de que não é escondendo-os que os mesmos se resolvem ou ultrapassam», disse Rui Sá.

Vereador e candidato

Rui Sá tem 37 anos e é o cabeça de lista da CDU à presidência da Câmara Municipal do Porto. Desde 1999, data da ida de Ilda Figueiredo – eleita vereadora nas eleições autárquicas de 1997 – para o Parlamento Europeu, que é vereador daquela autarquia.

Membro do Comité Central do PCP e da DORP, Rui Sá pertenceu à Assembleia Metropolitana do Porto entre 1997 e 1999, tendo sido seu vice-presidente em 1998 e 1999 e à Assembleia Municipal do Porto nos mandatos 1982/85, 85/89 e de 1993 a 1999, data em que assumiu as funções no executivo camarário.

Desde 1987 que é candidato a deputado nas quatro eleições legislativas, pelo círculo eleitoral do Porto. Desde de muito jovem que intervém politicamente, tendo sido membro do Conselho Directivo e presidente da Associação de Estudantes da Escola Secundária Infante D. Henrique e membro da Assembleia de Representantes e do Conselho Pedagógico da



Rui Sá

Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Actualmente, é membro de várias associações profissionais e locais, sendo director da Associação dos Antigos Alunos do Departamento de Engenharia Mecânica da FEUP e colaborador regular da «Rádio Nova» e do «Primeiro de Janeiro». É ainda Director Geral de uma Infra-estrutura Tecnológica de Interface Universidade do Porto/Indústria e assistente convidado do Departamento de Produção e Sistemas da Universidade do Minho.

Alenquer

Um momento histórico

«O concelho de Alenquer está a atravessar um momento histórico da sua existência, face às transformações que irá sofrer nos próximos quatro anos, que será o mandato que sairá das eleições que vão decorrer no final do presente ano», afirmou o vereador e candidato da CDU à autarquia



José Manuel Catarino

deste concelho do Norte do distrito de Lisboa na sua apresentação – e do candidato à Assembleia Municipal, Álvaro Dinis –, ocorrida ontem. As grandes transformações prendem-se com a «vinda de uma infra-estrutura como o futuro aeroporto inter-

nacional da Ota», que, na opinião do candidato, irá modificar por completo o concelho. «Alenquer não pode ficar alheia a estas transformações, mais do que nunca se impõe que os cidadãos deste concelho ponham em primeiro os seus direitos de cidadania, pois ser cidadão não é apenas cumprir as obrigações, mas ter direitos», disse José Manuel Catarino.

O candidato da CDU continuou alertando para o facto de que «está em discussão o Plano Director Municipal, que vai sofrer profundas alterações, o qual terá implicações na vida de todos nós», considerando que a «discussão destes aspectos não pode ficar limitada aos gabinetes, tem que vir para a rua e nela participar toda a população do concelho de Alenquer, não podemos ser meros espectadores das transformações da nossa vida».

José Catarino entende que, nos quatro anos de vereador, fez oposição à actual gestão PS. «Sempre tentei não me calar e não aceitar como factos consumados muitas das situações que pareciam irreversíveis e que tiveram que tomar

novos rumos face à pressão exercida pela CDU», disse, acrescentando que «embora tendo só um vereador eleito na Câmara Municipal, com clareza e sem qualquer pretensionismo, afirmamos que o concelho inevitavelmente estaria pior do que está».

«Este importante trabalho do vereador da CDU não pode ser atribuído apenas ao vereador, mas sim a um colectivo que, no decorrer deste mandato, desempenhou um papel de grande actividade e que passou pela Comissão Concelhia do PCP e Coordenadora da CDU do concelho de Alenquer», considerou José Catarino que ressaltou ainda que «sem estes organismos o vereador seria um homem só e com pouca capacidade de intervenção».

O candidato lembrou ainda que o papel do vereador da CDU foi dificultado ainda mais pelo facto que, nas votações importantes, o resultado foi sempre de seis para um, devido ao apoio constante do vereador eleito nas listas do PSD à maioria PS, contra a qual não tomou qualquer votação desfavorável.

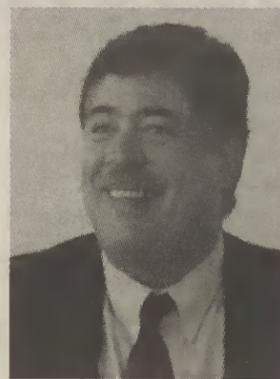
Alcácer do Sal

«CDU significa trabalho»

No passado sábado foi apresentada a candidatura de Rogério de Brito à presidência da Câmara Municipal de Alcácer do Sal, cargo que actualmente ocupa. Engenheiro técnico agrário, com várias obras publicadas sobre assuntos relacionados com desenvolvimento agrícola, Rogério de Brito – proposto por unanimidade pela Comissão Concelhia local – ocupou vários cargos públicos em representação do PCP e da CDU, tais como deputado à Assembleia da República, deputado ao Parlamento Europeu em 1992 e 1993, ano em que prescindiu do PE para se candidatar à autarquia alentejana, entre outros.

Na iniciativa de apresentação da candidatura de Rogério de Brito participou Agostinho Lopes que, em nome da Coligação Democrática Unitária, CDU, e da direcção do PCP, saudou os presentes e valorizou a iniciativa realizada para apresentação do candidato à Câmara Municipal de Alcácer do Sal.

Considerando que a largueza política da iniciativa evidenciava, por si, as quali-



Rogério de Brito

dades políticas e humanas de Rogério de Brito, e o bom trabalho realizado durante os mandatos anteriores, Agostinho Lopes sublinhou que ficavam também assim bem exemplificadas as «razões por que dizemos com orgulho que a gestão do poder local democrático pela CDU significa Trabalho, Honestidade e Competência».

Referindo-se depois ao quadro político em que vão travar-se, no fim do ano, as eleições autárquicas – as predicações do PCP com a situação dos trabalhadores, dos reformados e de outras camadas laboriosas, agricultores e pequenos e médios

empresários, as preocupações com o sector produtivo, com as nossas indústrias, pescas e agricultura – incitou os presentes à necessidade de promover com confiança o bom ponto de partida do trabalho eleitoral que o almoço representava. O dirigente do PCP chamou ainda a atenção para a necessidade de trabalhar para «constituir boas equipas da CDU, a elaboração de um programa amplamente participado, o esforço de mobilização dos activistas e simpatizantes da CDU de Alcácer do Sal».

Sobre a constituição da equipas falou ainda um dirigente do PCP local que apelou a todos os presentes na iniciativa para a «participação e colaboração com propostas de nomes de pessoas com prestígio, que possam vir a enriquecer as listas da CDU para os vários órgãos autárquicos» do concelho. E, continuou, com «ideias e propostas que valorizem o Programa Eleitoral, contribuindo para a continuidade do desenvolvimento social, económico e cultural do concelho de Alcácer do Sal».

A festa popular
por todo o País

O 25 de Abril está na rua

O 25 de Abril traz hoje à rua muitos milhares de pessoas por todo o País. É a festa da liberdade, a festa popular, nas suas múltiplas expressões.

Vinte e sete anos volvidos, celebrar o 25 de Abril «não é uma atitude de saudosismo passadista», comenta a comissão concelhia do Montijo do PCP. Antes é «lutar pelos grandes objectivos que lhe estão directamente associados», lutar por «um modelo de desenvolvimento que responda aos problemas políticos, económicos e sociais do presente, na perspectiva da construção de uma sociedade mais justa, mais fraterna, mais solidária».

Um objectivo decerto partilhado e que tem a sua expressão na multitude de iniciativas que se realizam de norte a sul e de que aqui damos apenas alguns exemplos esparsos.

Antes do mais, as grandes manifestações que trazem à rua muitos milhares de pessoas em Lisboa, no Porto e noutras cidades. Mas também muitas outras formas de mobilização popular.

Em Grândola, poder local, associações e colectividades uniram-se para construir um programa que se concretiza, quer na grande festa de rua quer em iniciativas como a Maratona das Bibliotecas, o campeonato de clubes de pesca desportiva, a inauguração de exposições ou do Museu Mineiro.

No Faial, Açores, foi inaugurada, dia 21, uma exposição de fotografia e textos alusivos à Revolução. Uma iniciativa que contribui, como referiu



Muitos milhares de pessoas participam em cada ano nas manifestações do 25 de Abril

Decq Mota, coordenador da CDU, «para despertar nas camadas mais jovens da população valores que permitam assegurar, no futuro, a continuação de um Portugal livre e democrático».

Em Bragança, o 25 de Abril é assinalado com provas desportivas, uma exposição, manhã infantil e almoço comemorativo.

Iniciativas idênticas, acrescidas de outras, como jogos populares, arraiais, teatro, se repetem noutras terras, como Mora ou Vendas Novas, onde terá também lugar a abertura da primeira exposição do «Ciclo Abril quase dez mil dias de liberdade», colectiva de pintura, escultura e tapeçaria.

Em Loures, as comemorações deste 25 de Abril

são marcadas por um projecto pioneiro no âmbito municipal. Dia 27, o Pavilhão Paz e Amizade será palco da Assembleia Municipal de Jovens. Uma iniciativa, desenvolvida em colaboração com as escolas secundárias do concelho, que visa contribuir para a compreensão dos direitos e

obrigações da vida em sociedade. Dia 28 terá lugar o Fórum Juventude. Também no Pavilhão Paz e Amizade está patente ao público a exposição «A liberdade conquista-se», onde imperam, segundo os organizadores, «as pessoas e a sua vontade, a obra e os horizontes».

Carvalho da Silva anuncia criação da Universidade Popular

A criação da Universidade Popular Bento de Jesus Caraça foi anunciada por Manuel Carvalho da Silva, na sessão solene comemorativa do centenário do nascimento de Bento Caraça, que decorreu no passado dia 18, no ISEG.

A Universidade Popular Portuguesa será constituída ainda no decorrer de 2001 e com este projecto a CGTP-IN pretende, como sublinhou o seu secretário-geral, que o programa do centenário «não se esgote em si mesmo, mas deixe sementes que contribuam para prosseguir o combate pela cultura integral do indivíduo».

Presidida pelo Presidente da República, a sessão contou com a participação do secretário-geral da CGTP-IN, Manuel Carvalho da Silva, João Caraça, João Soares, presidente da Câmara de Lisboa, e António Mendonça, presidente do Conselho Directivo do ISEG.

Foram conferencistas convidados José Barata Moura e José Manuel Tengarrinha.

Entretanto, decorrem, por todo o País, as mais diversas formas de homenagem.

Sábado, dia 21, em Vila Viçosa, no Cine-Teatro Florbela Espanca, realizou-se uma sessão comemorativa que incluiu uma evocação histórica feita pelo historiador

António Borges Coelho, a apresentação da exposição documental e fotográfica «Bento de Jesus Caraça – o Homem e o Tempo» e um espectáculo musical.

A Câmara Municipal da Moita iniciou, dia 18, as comemorações do centésimo aniversário de Caraça com uma palestra que contou com as presenças de António Pedro Pita, docente da universidade de Coimbra, Frederico Carvalho, presidente do Conselho Científico do Instituto Tecnológico Nuclear, e o vereador da Cultura e o presidente da Câmara.

As comemorações prosseguiram, na tarde de dia 21, na Biblioteca Municipal, com o visionamento do documentário «Bento de Jesus Caraça – Matemático e Cidadão», de Diana Andringa, e de um debate que contou também com a presença de Ulpiano Nascimento, director da revista «Seara Nova».

Ontem, dia 24, também na Biblioteca Municipal da Moita, teve lugar a apresentação do livro «Bento de Jesus Caraça: Militante Integral do Ser Humano», de Alberto Vilaça. Foi ainda projectado um vídeo realizado por Alexandre Ramires, seguido de um debate com a participação de João Caraça, investigador e filho do homenageado.

Professores ecologistas em rede

Criar uma rede nacional de professores ecologistas e preparar um novo encontro foram as conclusões práticas do primeiro encontro nacional de professores ecologistas, que decorreu sábado passado, dia 21, na Biblioteca Municipal de Aveiro.

Promovido por «Os Verdes», o encontro teve como objectivo «aprofundar a educação ambiental como pilar da cidadania e valorizar o desempenho da Escola nesta matéria». O que, como disse Manuela Cunha, da comissão executiva nacional do partido ecologista, passa por uma «reflexão sobre a posição do cidadão face à natureza, propondo novos comportamentos» e por «fomentar o papel da escola como educador das crianças nesta matéria e, indirectamente, dos pais e avós destas crianças».

Cerca de cem professores participaram nesta iniciativa, que contou com a intervenção de oradores com formações diversas, todos eles envolvidos pessoal e profissionalmente na educação ambiental. Responsáveis pelo núcleo de educação ambiental do ATL (Actividades de Tempos Livres) de Alfama, professores universitários das áreas de geografia, geologia e botânica, membros das

autarquias, responsáveis do Instituto Estudo da Criança da Universidade do Minho e, naturalmente, do partido «Os Verdes».

Os trabalhos do encontro desdobraram-se em três painéis, com os temas: «Educação ambiental: uma vertente da educação para a cidadania?», «Escola, espaço privilegiado para a educação ambiental: da intenção à realidade» e «Uma escola verde no quotidiano: agir com criatividade».

No quadro desta iniciativa houve ainda a oportunidade de divulgar a campanha «Vamos pedalar p'las pistas», através do abaixo-assinado de apoio ao projecto que prevê o «Plano da rede nacional de pistas dedicadas à circulação de velocípedes» e de um jogo de cartas direccionado para as escolas.

E porque «a troca de experiências é essencial», de par dos múltiplos exemplos relatados pelos oradores e participantes, foi ainda distribuída uma pequena mostra de projectos, com iniciativas que apostam ora no uso da fantasia ora no desenvolvimento de uma nova relação com a terra, passando pelo desenvolvimento local ou pela educação pela arte.



O PCP defende uma política de segurança assente na proximidade

A Segurança as forças policiais e a direita

Os recentes acontecimentos, fortemente mediatizados, do baleamento de três agentes policiais na Amadora suscitaram os mais incríveis e disparatados comentários por parte da direita, sempre à espreita do crime e da violência para alimentar o sentimento de insegurança, logo ditando soluções que, a concretizarem-se, já há muito que estaríamos a viver sob o um autêntico Estado policial.

Mas o problema da agressão aos agentes policiais e a desmotivação que grassa nas forças de segurança e efectivos policiais, não se resolve com mais autoridade, com a imputabilidade aos 14 anos, com a generalização e banalização do crime público e com receitas xenófobas e racistas, como pretende, falaciosa e oportunisticamente, o líder do PP; mas com medidas concretas que tenham correspondência numa verdadeira política de segurança assente na proximidade e visibilidade, no polícia de giro, com as esquadras de bairro, com uma gestão eficaz dos efectivos policiais, por forma a que a criminalidade disseminada e difusa corresponda um dispositivo policial desconcentracional e integrado nas comunidades, onde os agentes policiais sejam obviamente protegidos e apoiados nas suas funções e gozem da confiança das populações e dos cidadãos.

Porque é nesta ligação polícias/cidadãos que a autoridade se exprime em segurança e os próprios agentes policiais encontram, nesta relação recíproca de confiança, os estímulos e a motivação necessários para o cumprimento da sua nobre missão cívica de segurança das populações e dos cidadãos.

O que a direita pretende não é mais segurança ou a defesa dos agentes policiais, mas tão-somente restringir liberdades, direitos e garantias dos cidadãos, na perspectiva de um Estado repressivo e de uma visão puramente instrumental das forças de segurança e dos seus agentes.

É o saudosismo de outros tempos a funcionar!

● José Martins

Comunicado do Comité Central do PCP



Reforçar a luta por uma política de esquerda



I

1. O Comité Central sublinha que a situação nacional é marcada, simultaneamente, pelo agravamento dos problemas do País, em consequência da política governativa e pelo crescente sentimento e consciência da erosão, descrédito e prático esgotamento do governo do PS, apenas ano e meio após a sua formação e apesar de, no plano parlamentar, dispor de uma situação mais favorável que no anterior mandato.

2. O PCP salienta que, sem prejuízo de outros factores que também podem pesar sobre a imagem e no juízo popular sobre a acção do Governo, as razões de fundo para esta situação de ampla desconfiança e descontentamento com o governo do PS se encontram:

– na evidência da patente permanência e agravamento dos problemas de fundo da sociedade portuguesa, com destaque para as fragilidades estruturais da economia nacional e para o abrandamento do crescimento;

– nas dificuldades causadas a grande parte dos portugueses por uma injusta política de rendimentos, de baixos salários e pensões de reforma, e por uma acentuada alta dos preços de bens e serviços essenciais que corrói os orçamentos familiares, bem como pelo alastrar da precariedade e insegurança no mundo do trabalho;

– no agravamento de insatisfações e queixas no domínio da política social, designadamente em relação ao sector da saúde e da educação, nas múltiplas consequências de fenómenos de pobreza e exclusão social, nos problemas da justiça e da segurança das populações;

– nas responsabilidades justamente atribuídas ao governo do PS por, exercendo o poder há mais de cinco anos, não só não ter rectificado como ter dado continuidade a vergonhosas práticas de clientelismo, de desrespeito do interesse público a favor de negocismos privados, de consolidação de uma cultura de irresponsabilidade e de lesão da mais elementar ética de serviço público.

3. O Comité Central entende reafirmar que o ostensivo fracasso do

governo do PS, muito mais do que o fracasso de um primeiro-ministro, de uma equipa governamental e do partido que os apoiam e sustentam, traduz fundamentalmente o fracasso da política de direita, subordinada aos interesses do grande capital, a que o Governo do PS, em aspectos essenciais e determinantes, deu continuidade e desenvolvimento.

4. E, no momento em que se perfila o esgotamento do Governo do PS, e em que, por parte de outros defensores da política de direita, se intensificarão os esforços para se apresentarem como alegada «alternativa» natural ao Governo do PS, o Comité Central do PCP salienta que o País já pagou de mais pelas sucessivas alternâncias entre PS e PSD na realização de uma política similar e que a esperança e a perspectiva de resposta séria e eficaz aos graves problemas do povo e do País só podem repousar na luta por uma nova política, por uma política de esquerda e por uma alternativa de esquerda.

5. Para fazer viver esta convicção e fazer romper este caminho, é essen-

cial um amplo desenvolvimento, intensificação e convergência das lutas e movimentações sociais contra aspectos concretos da política do Governo, é essencial uma vasta mobilização de energias, vontades e aspirações em torno de grandes eixos e opções de uma política de esquerda, e é essencial um reforço considerável da força organizada e da influência social, política e eleitoral do PCP, incluindo já nas próximas eleições autárquicas.

II

1. O Comité Central do PCP procedeu à análise da situação económico-social do País onde, no quadro de tendências preocupantes da economia capitalista internacional, de conhecidas debilidades estruturais, se verifica uma evolução da conjuntura económica, com inquietantes sinais recessivos.

O Governo acaba de rever em baixa as suas perspectivas de crescimento económico para o corrente ano e de apontar um novo valor em alta para a

Comunicado do CC do PCP

taxa de inflação, superior ao que serviu de referência (directa ou indirecta) para a actualização salarial dos trabalhadores portugueses. Valores mesmo assim demasiado optimistas face quer às previsões que vão sendo avançadas por analistas e instituições nacionais e internacionais quer, fundamentalmente, à evolução registada no primeiro trimestre. Valores que assinalam uma clara divergência nominal e real com a União Europeia.

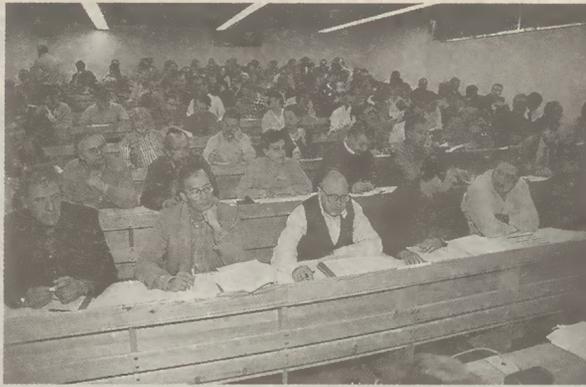
Estas tendências recessivas assumem particular gravidade por se desenvolverem a par de uma evolução do défice da balança de transacções correntes que, em percentagem do PIB, praticamente quintuplicou entre 1996 e 2000, atingindo neste último ano cerca de 9,6% do PIB. No centro das causas desse défice está uma tendência pesada de crescimento do desequilíbrio entre a produção nacional de bens e serviços e a nossa despesa interna, apesar das entradas líquidas de capitais decorrentes dos fluxos financeiros com a União Europeia. Desequilíbrio bem evidenciado no brutal agravamento do défice da balança comercial (saldo exportações/importações) que só no último ano cresceu em cerca de 480 milhões de contos, 17,4% face a 1999! Déficit cuja dimensão, se se tiver em conta a produção de cada país (PIB), é o maior da União Europeia.

A outra face desta situação é a crescente e generalizada substituição da produção nacional por produção estrangeira, mesmo em sectores da indústria transformadora em que Portugal tem sido tradicional e maioritariamente exportador. O que evidencia bem a grave degradação do aparelho produtivo nacional.

Entre as consequências do elevado défice externo ressalta, pela sua natureza estrutural e pela sua dimensão, o perigoso crescimento do endividamento externo da economia portuguesa. Tais níveis de défice, não sendo sustentáveis a longo prazo, ou são compensados através do crescimento e defesa da produção interna em condições de maior eficiência, ou acabam por servir de justificação para continuar a venda de património nacional e a redução do nível de vida dos portugueses.

2. O Comité Central do PCP sublinha que a gravidade da situação económica e social deve ser observada nos contrastes e contradições das suas dinâmicas intrínsecas, e não pode ser transformada na referência e argumento para a política de «aperta o cinto», que pretende fazer cair novamente sobre os trabalhadores, reformados e camadas laboriosas o fardo total dos seus custos económicos e sociais.

É uma situação onde os baixos rendimentos salariais — os mais baixos da União Europeia — e pensões de miséria se articulam com os elevados lucros do grande capital nacional e estrangeiro. Onde níveis reduzidos de investimento produtivo se conjugam com volumes crescentes de capitais aplicados em actividades especulativas, bolsistas e imobiliárias, no interior e no exterior do País. Onde se multiplicam as dificuldades de muitos milhares de micro, pequenas e médias empresas, em simultâneo com volumosos resultados dos grupos da finança e da distribuição. Onde os



elevados níveis estatísticos de emprego escondem a crescente precariedade e falta de condições laborais, a «escravatura» de milhares de imigrantes legais e ilegais, nomeadamente do Leste da Europa e de África, as bolsas significativas de desemprego, resultantes da liquidação ou reestruturação de importantes empresas nacionais (Siderurgia, Lisnave) e deslocalização de estabelecimentos industriais de multinacionais, com ameaças no curto e médio prazos, de novas deslocalizações, inclusive de empresas de capital nacional. Entretanto, as enormes dificuldades que enfrentam os trabalhadores e a generalidade das famílias portuguesas, onde pesa o seu elevado endividamento, em particular dos casais jovens que adquiriram habitação, a manutenção de elevados níveis de pobreza, as roturas e problemas dos serviços públicos de educação e de saúde, convivem com as mais despidoras exibições de novo-riquismo, desperdício e vultuosas transferências para bolsos privados de dinheiros públicos.

3. O Comité Central do PCP denuncia, mais uma vez, a inequívoca responsabilidade do Governo do PS pela situação que o País vive, ao prosseguir e persistir nas opções estratégicas do governo de Cavaco Silva, enquanto escondia sob a propaganda oficial do oásis rosa os problemas e défices estruturais da economia nacional.

O Governo do PS defendeu e defende toda a estratégia da União Europeia, de desenvolvimento de políticas neoliberais de privatização, liberalização e desregulamentação das empresas e mercados públicos. Da Cimeira de Lisboa, durante a Presidência Portuguesa da União Europeia, à recente Cimeira de Estocolmo, esses processos, com o apoio explícito do Governo português, consolidam-se e aceleraram-se nos transportes (ferroviários e aéreos), nos serviços postais, na produção e distribuição da energia eléctrica e do gás, nas telecomunicações e mercados financeiros, com o seu empenho na criação das condições necessárias ao bom aproveitamento dos novos mercados para o capital privado (euro, Estatuto da Empresa Europeia, patente europeia, harmonização fiscal). Desenvolvem-se novas pressões para a liberalização e flexibilização dos mercados da força de trabalho, insistindo-se nas tónicas da sua «mobilidade» e «adaptabilidade». Procura desenvolver-se a integração comunitária dos mercados financeiros e uma regulamentação dos fundos de pensões, que possam abrir ao capital privado os sistemas de segurança social ainda no domínio público. É uma evidência a gula sus-

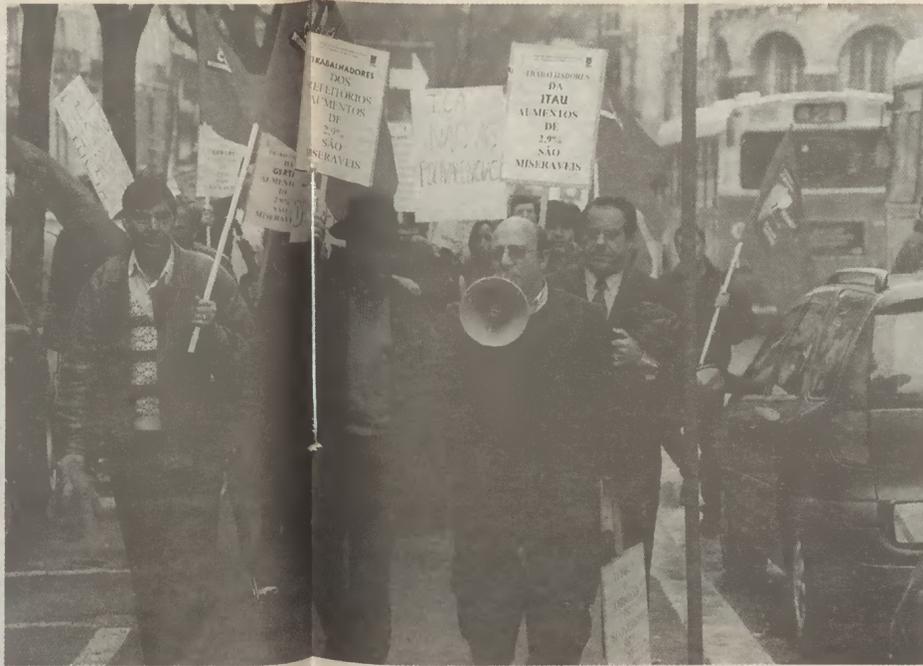
citada pelos 616,5 milhões de contos dos Fundos de Capitalização da Segurança Social portuguesa, hoje geridos por um Instituto Público. O Governo do PS aceita o espartilho do Pacto de Estabilidade, prosseguindo no plano nacional uma contenção orçamental (e uma contabilidade pública «criativa») não adequada aos problemas estruturais do País e à conjuntura económica que vivemos. O Governo do PS continua subserviente e sem iniciativa face às ruins Políticas Comuns da Pesca e da Agricultura.

4. O Governo do PS, na aplicação dessas orientações, prossegue uma desastrosa política de privatizações, retirando ao Estado português importantes instrumentos económicos, facilitando a deslocalização para o estrangeiro dos principais centros de decisão da economia portuguesa, pondo em causa a consistência e desenvolvimento de importantes fileiras produtivas (Portucel, Cimpor), e as condições óptimas para o funcionamento de importantes serviços públicos (telecomunicações, energia, combustíveis, etc.). Não procura sequer salvaguardar as posições do Estado português nessas empresas, ou a natureza de empresas de capitais nacionais, escancarando as portas ao capital multinacional.

Tendo obtido o Estado português, até ao final do ano transacto, cerca de 5 mil milhões de contos com receitas das privatizações, seria de se reflectir seriamente sobre as consequências deste processo para a economia portuguesa. Onde está a «eficiência» desta economia, em nome da qual esse processo foi concretizado?

Prosseguiu o Governo do PS uma política de liquidação de importantes sectores industriais portugueses (Siderurgia e empresas da metalomecânica pesada) e põe em sério risco o futuro de muitos outros sectores por falta de adequada política de protecção da produção nacional, por uma aplicação dos fundos comunitários desajustada e favorável ao grande capital, por um enquadramento externo pouco favorável das empresas em matéria abastecimento energético, de serviços financeiros e de telecomunicações, pelas consequências, para a generalidade das pequenas e médias empresas portuguesas, dos processos de centralização e concentração do capital dirigidos pelo capital monopolista.

Prossegue o Governo do PS uma política ruinosa para a agricultura nacional, a braços com descida do rendimento de milhares de pequenos e médios agricultores, que viram juntar-se aos problemas de uma rigorosa invernia, as consequências das orientações «produtivistas» da PAC (caso da BSE, por exemplo) e a falta de



medidas suficientes para lhe responder. Ruinosa política de pescas, agravando, a cada dia que passa, as dificuldades e problemas das pescas nacionais.

Prosseguiu e prossegue o Governo do PS uma política económica onde identifica produtividade com custos salariais (o que, a ser verdade, nos tornaria os mais competitivos da União Europeia), pressionando, em consequência, a manutenção de uma desvalorizada mão-de-obra, enquanto se «esquece» de pressionar o grande capital português para uma aplicação dos seus volumosos lucros no investimento produtivo e modernização tecnológica e de gestão.

5. O Comité Central do PCP constata o desenvolvimento de um conjunto de desculpas esfarrapadas e uma atribuição atribulada das responsabilidades para a situação que o País atravessa, no sentido de salvaguardar os únicos e verdadeiros responsáveis: a política de direita e os intérpretes dessa política, o Governo do PS.

O Governo do PS (mas não só), depois da euforia da Expo e da conquista do Europeu 2004, depois de louvar «o amor próprio dos portugueses» e condenar o «bota-abaixismo nacional», descobriu agora, pela voz do primeiro-ministro, que o País tem «problemas estruturais». Os problemas e causas da situação nada teriam a ver com a política levada a cabo ao longo destes anos pelo Governo do PS, nem com as suas opções e práticas políticas. Não, a culpa seria dos portugueses, que «são pouco profissionais». Redescobriu mesmo, com a tragédia de Castelo de Paiva, as assimetrias regionais, que alegadamente seriam sido enterradas com o PNDES (Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social).

III

1. Os portugueses atribuem cada vez maior clareza à política do Governo a responsabilidade pela situação existente no País. Assiste-se a um crescente descontentamento social. São infrutíferas as tentativas do PS para branquear os efeitos da sua governação, tanto mais que se sucedem os

escândalos, as demissões, acentuando-se o compadrio e o clientelismo. Alarga-se a contestação à política do Governo nas mais diversas áreas, designadamente onde os efeitos da política de submissão aos interesses do grande capital se fazem sentir com maior intensidade.

É clara a resposta dos trabalhadores à política de privilégio ao patronato e ao grande capital que assenta nos já estafados dogmas de que a competitividade exige a chamada «moderação salarial» e uma cada vez maior desregulamentação laboral e diminuição dos direitos de quem trabalha. Esta contestação assumiu ponto alto nas manifestações convocadas pela CGTP-IN em Lisboa e no Porto em 24 de Março, em que milhares de trabalhadores participaram lutando pela valorização do trabalho, pela dignificação dos trabalhadores e contra os salários baixos e a precariedade do emprego.

2. Intensificam-se por todo o País as lutas dos trabalhadores em diversas empresas e locais de trabalho. Na administração pública central e local, nos têxteis, no calçado, nas indústrias eléctricas, nos transportes, nos estabelecimentos das forças armadas e em tantos outros sectores e empresas os trabalhadores lutam contra o desaparecimento de postos de trabalho, o encerramento de empresas e por melhores salários e condições de trabalho.

3. Também em diversas áreas específicas aumenta a contestação ao Governo. É assim na saúde onde a política da degradação dos serviços públicos é um patamar para a privatização, cedendo aos interesses económicos privados do sector, e tem merecido a contestação de trabalhadores e populações, exigindo a resolução dos problemas mais sentidos, como sejam a carência de profissionais e as dificuldades de acesso aos cuidados de saúde, com destaque para as longas listas de espera para cirurgias e consultas de especialidade. Na educação o ensino assiste-se ao protesto generalizado de todos os intervenientes no sector, designadamente de professores e estudantes, com destaque para as manifestações e jornadas de luta dos estudantes do ensino secundário. Na área da justiça, mantêm-se justificados

sentimentos de descrédito para com uma justiça não apenas morosa e cara, mas sobretudo carente de meios e reformas de fundo eficazes para o combate à impunidade do grande crime e à desigualdade de tratamento dos cidadãos. Também no que diz respeito à tranquilidade e segurança públicas surgem justificadas preocupações da população, pelo agravamento dos múltiplos factores de insegurança e má gestão dos efectivos policiais, que se traduzem na exigência de uma verdadeira política de segurança, que liberte meios, promova a prevenção e incentive a proximidade e a visibilidade das forças de segurança. Assumem igualmente relevância os problemas dos militares, os problemas do ambiente e as questões relativas à segurança rodoviária e ao estado das vias de comunicação, que motivam diversas expressões de luta.

4. Neste quadro, a direita tenta instrumentalizar e reverter a seu favor o descontentamento de largos sectores dos trabalhadores e da população. O PSD radicaliza o seu discurso, lançando mão da crítica sistemática normalmente centrada em aspectos acessórios do desempenho do Governo ou personalizada em alguns dos seus membros. Assim se esconde quer a concordância no fundamental com as políticas do Governo quer a intenção mal disfarçada de adoptar soluções de pendurar ainda mais privatizador, designadamente nas áreas sociais. Ao mesmo tempo, PSD e PP intensificam o seu discurso demagógico e populista, de que é exemplo a exploração sistemática de sentimentos de insegurança das populações, defendendo orientações e soluções de cariz repressivo indiscriminado e introduzindo traços de xenofobia e racismo a que importa dar resposta.

5. Entretanto, o Partido Socialista tenta a todo o custo ensaiar manobras de diversão para se furta à contestação e aos protestos. Tais esforços do PS e do Governo são visíveis no ressurgimento do discurso da «consciência social» ou no realce dado a orientações, nesta ou naquela área, diferenciadas do PSD, num quadro geral de prosseguimento da política de direita e na tentativa de apresentação

de avanços conseguidos nalgumas questões, impulsionados pela intervenção e pela proposta do PCP, para criar a ilusão que o PS e o seu Governo estariam a virar à esquerda. Assisitimos a declarações diversas de dirigentes do PS, em relação ao PCP e à sua base de apoio, visando criar falsas expectativas e influenciar o eleitorado comunista.

Tais declarações enquadram-se na actual situação interna do PS, nas suas lutas de posicionamento e poder, na procura de protagonismos de alguns socialistas e traduzem principalmente o objectivo de mascarar a manutenção da mesma política simulando uma alteração de rumo, que de resto o próprio primeiro-ministro se apressou a desmentir, sossegando espíritos e interesses mais inquietos.

IV

1. A situação a que o País chegou coloca como questão essencial a ruptura com a política de direita e de abdicação nacional e a adopção de uma política de esquerda. A força e intervenção do PCP constitui o elemento determinante na luta por uma alternativa de esquerda, inserida no projecto de uma democracia avançada que cada vez mais se contrapõe às amputações e limitações que a política de direita impõe ao regime democrático.

2. No seguimento do XVI Congresso e fortalecido pelas suas orientações, o PCP tem concretizado uma dinâmica intervenção política. O Comité Central saíu todo o colectivo partidário, pela sua participação, que permitiu uma notável actividade nos primeiros meses do ano e evidenciou a força e capacidade de intervenção do PCP na vida nacional.

3. O Partido interveio sobre os problemas e aspirações dos trabalhadores e das populações, no desenvolvimento da luta popular e teve uma qualificada intervenção na Assembleia da República e no Parlamento Europeu. O PCP promoveu a defesa dos sectores produ-

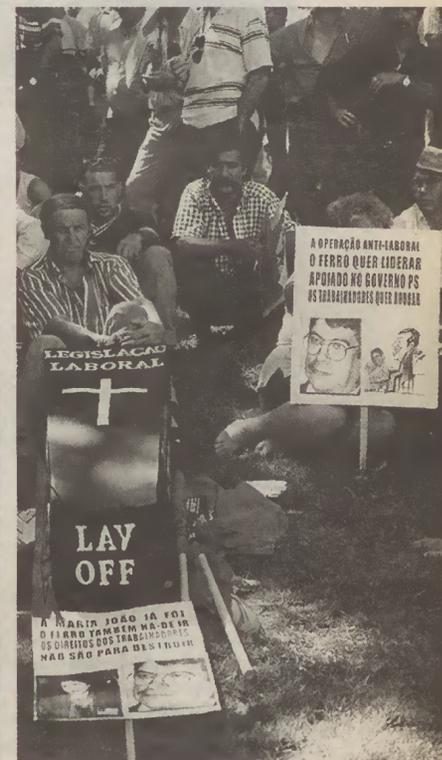


tivos, tomou posição e denunciou os aumentos de preços, propôs a melhoria dos serviços públicos essenciais, exigiu a retirada dos contingentes portugueses dos Balcãs, realizou uma campanha nacional de contacto com os trabalhadores sobre a valorização dos salários e a segurança no trabalho, defendeu a garantia dos direitos dos trabalhadores transferidos de empresas, e a reposição atempada dos créditos em atraso aos trabalhadores das empresas que declararam falência,

colocou em destaque os problemas e a defesa e melhoria do Serviço Nacional de Saúde e do associativismo juvenil. O PCP levou a cabo audições sobre a situação e os direitos dos imigrantes, a gestão das unidades de saúde, a mulher e o desporto e a concessão da energia eléctrica em baixa.

4. O Comité Central salienta da acção do início de 2001 a resposta positiva de dezenas de milhares de membros do Partido ao apelo para uma maior participação na vida partidária, inserida na entrega do novo cartão do Partido, a adesão ao Partido de mais de 400 novos membros, 45% dos quais com menos de 30 anos, a realização de Assembleias das Organizações com responsabilização de novos quadros e rejuvenescimento de organismos, as iniciativas de difusão e venda do «Avante!», a intervenção dinâmica de muitas organizações partidárias sobre os problemas dos trabalhadores e das populações e na preparação das próximas eleições autárquicas.

5. A vida partidária, neste período, fica marcada por uma muito grande e diversificada iniciativa política, reanimação e reforço das organizações, e de forma particular por centenas de iniciativas (comícios, debates, aniversários, exposições, etc.) assinalando o 70.º aniversário do «Avante!» e o 80.º aniversário do Partido, com a participação de muitos milhares de militantes e amigos do Partido. Estas iniciativas e participação são o testemunho do apoio ao Partido e contribuem, nas condições de hoje, para que



o PCP continue a fazer história e a construir futuro, afirmando-se como grande partido comunista no século XXI.

V

A situação actual, a profundidade dos problemas que o País enfrenta, a complexidade das condições de luta, as potencialidades existentes para resistir e avançar colocam exigentes linhas de intervenção. O Comité Cen-

Comunicado do CC do PCP

tral aponta três direcções de trabalho principais para a intervenção no futuro próximo: o reforço do combate à política de direita, o desenvolvimento da luta de massas e da iniciativa política; a preparação das eleições autárquicas e a dinamização da CDU e o reforço do PCP.

1. A política de direita que afecta os interesses dos trabalhadores e de todas as camadas antimonopolistas coloca a necessidade do esclarecimento, da mobilização, do fortalecimento dos movimentos de massas, do desenvolvimento da luta em torno dos problemas mais sentidos. Uma luta por objectivos concretos e imediatos que deve convergir na exigência de uma política alternativa.

O Comité Central do PCP sublinha o significado das comemorações do 25 de Abril, releva as celebrações dos 25 anos da entrada em vigor da Constituição da República, no senti-



do da afirmação e concretização dos valores da Revolução de Abril, muitos deles consagrados na Lei fundamental.

A situação social, as tentativas do capital e do Governo para impor uma política de baixos salários, o alastramento da precariedade, a crescente sinistralidade no trabalho, o aumento do custo de vida, a desvalorização e destruição do aparelho produtivo nacional e a persistência das políticas de degradação do sector público, dos serviços públicos e das funções sociais do Estado, reclamam que o 1.º de Maio, convocado e organizado pela CGTP-IN, se transforme numa grande jornada nacional de luta dos trabalhadores, com a participação convergente de todos os que são atingidos pela política de direita, que querem dar voz à exigência de uma política diferente, uma política de esquerda para Portugal.

O Comité Central salienta como linhas de intervenção do Partido iniciativas e tomadas de posição sobre o Alqueva e a redistribuição da terra, a qualidade e segurança das infra-estruturas e serviços essenciais, a valorização do trabalho por turnos, das carreiras operárias na Administração Central e Local, das pensões dos acidentados do trabalho e dos que sofrem de doenças profissionais, a garantia dos direitos dos trabalhadores que são abusivamente sujeitos aos contratos a prazo, a exigência de que a regulamentação da Lei de Bases da Segurança Social corresponda às legítimas expectativas aspirações dos trabalhadores. A valorização dos salários e de redução faseada do horário de trabalho para as 35 horas, o aumento do poder de

compra e a melhoria das condições de vida, são áreas de intervenção que igualmente se colocam ao Partido.

O Comité Central do PCP destaca também a realização, entre outras, de iniciativas sobre os direitos de autor dos jornalistas, a defesa e promoção da língua portuguesa, o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, as grandes opções de segurança interna e os problemas do alcoolismo.

No momento em que se assinala o centenário do seu nascimento, o Comité Central do PCP sublinha o valor e o exemplo de Bento de Jesus Caraça, grande figura humanista do século XX, destacado intelectual comunista e decide, entre outras iniciativas, integrar esta comemoração no programa da 25.ª Festa do «Avante!».

2. O Comité Central destaca, na avaliação do trabalho de preparação das eleições autárquicas, o significativo progresso na dinamização das estruturas locais da CDU e da sua iniciativa, a receptividade às candidaturas apresentadas e o andamento no trabalho de formação das listas. Estes elementos confirmam as perspectivas e o objectivo de reafirmar nestas eleições a CDU como uma grande força autárquica nacional.

Pelo seu percurso de trabalho e realizações, pelas provas dadas, pela reconhecida seriedade e respeito pelos compromissos a CDU pode, com razão e confiança, apresentar-se às próximas eleições com a firme disposição de avançar e crescer.

O Comité Central do PCP chama a atenção para a acção continuada, e em sentido crescente, do uso do apa-

relho de Estado e dos seus meios ao serviço da estratégia e dos objectivos eleitorais do PS. A intervenção abusiva dos governadores civis, a nomeação de socialistas para cargos públicos como plataforma de lançamento de candidaturas autárquicas, a canalização de investimentos públicos segundo critérios partidários, a instrumentalização dos instrumentos de inspecção às autarquias e o uso de programas de emprego e apoio social são expressão de uma actividade abusiva e ilegítima que merece a mais viva condenação e a intervenção de quem tem por competência o dever de zelar pelo respeito das regras democráticas e da igualdade de tratamento.

O lançamento dos «Debates Poder Local 2001 – Soluções de qualidade para uma vida melhor» constitui, pelo testemunho que dá do valor que na CDU se atribui à participação, à auscultação das populações e ao debate aberto, uma iniciativa de grande importância e significado político. Estes debates, as iniciativas de prestação de contas e as acções de balanço do trabalho realizado constituem uma expressão de um modo distinto de conceber e construir uma intervenção eleitoral associada ao debate dos problemas e à procura de soluções num quadro de proximidade e envolvimento popular.

O Comité Central do PCP apela a todos os militantes e organizações para a sua mobilização e empenhamento no trabalho de preparação das próximas eleições e sublinha a importância da realização do Encontro Nacional sobre Poder Local e Eleições Autárquicas, a realizar a 5 de Maio, na organização da intervenção eleitoral e no debate sobre as linhas de trabalho para o mandato.

3. O Comité Central considera como elemento determinante o reforço da organização e da influência partidárias e reafirma a importância do prosseguimento da concretização das orientações definidas nesse sentido.

O Comité Central, considerando a importância da organização e intervenção junto da classe operária e dos trabalhadores em geral, decidiu um plano de acção objecto de resolução específica que reafirma esta linha de trabalho como prioridade de intervenção partidária.

Associada a este objectivo e visando o alargamento e acumulação de forças, indispensáveis à intervenção partidária, o Comité Central decidiu a realização de uma campanha de recrutamento de 2000 novos militantes até 1 de Maio de 2002, centrada nas empresas e locais de trabalho.

O Comité Central aponta a necessidade de prosseguir: a dinamização da intervenção e da iniciativa das organizações partidárias centrada nos problemas das populações e dos trabalhadores do meio em que actuam; a realização de Assembleias das Organizações; a responsabilização de quadros e o rejuvenescimento de organismos; o fortalecimento das organizações de base e a campanha de contacto com os membros do Partido a propósito da entrega do novo cartão (sublinhando o significado do cartão do Partido como o cartão do militante, concretizando compromissos para a elevação da participação de cada membro do Partido, a assunção de tarefas regulares por pequenas que sejam, a elevação do valor das quotizações e o seu pagamento regular como contributo para o necessário autofinanciamento do Partido).

O Comité Central sublinha a necessidade do empenhamento das organizações e militantes para a difusão da imprensa partidária, o êxito da Campanha Nacional de Fundos e a preparação da 25.ª Festa do «Avante!».

O Comité Central apela aos membros e organizações do Partido e da JCP para o prosseguimento duma intervenção activa e confiante para dar mais força, iniciativa e projecção ao PCP, Partido indispensável e insubstituível, para os trabalhadores, o povo e o País, e força portadora da esperança e da luta por uma alternativa de esquerda para Portugal, partido que pela sua coerência e determinação dá o exemplo na resistência ao capitalismo e à agressividade do imperialismo e mantém viva a chama transformadora da luta por uma sociedade e um mundo mais justos, que a vontade dos trabalhadores e dos povos acabará por construir.



Resolução do Comité Central



Reforçar a intervenção e organização no seio da classe operária e dos trabalhadores

I

O reforço da intervenção e organização do Partido no seio da classe operária e dos trabalhadores em geral tem constituído uma questão central em todas as grandes realizações, orientações e decisões, e reafirmada no XVI Congresso.

A questão que se coloca é como dar conteúdo e aplicação concreta a orientações aprovadas, se as consideramos como eixo central da natureza de classe do Partido, da sua estratégia política e política de alianças, da sua acção no desenvolvimento das organizações unitárias de trabalhadores e na luta de massas, do seu futuro e influência na sociedade portuguesa.

Tal não significa o alheamento ou abandono da acção do Partido junto de outras camadas e classes sociais. Antes realça que a organização e intervenção partidária entre a classe operária e outros trabalhadores desempenham um papel fundamental na força política e ideológica do Partido num contexto político e social em que é incontornável a afirmação e o reforço de um Partido com uma identidade própria, autónoma e independente face aos interesses de classe (económicos, políticos e ideológicos) do capital.

O PCP, em resultado da sua acção e da sua luta, e pela identificação com os interesses e direitos dos trabalhadores, desfruta actualmente dum largo prestígio e influência social cuja expressão se manifesta na composição das estruturas do movimento sindical e das Comissões de Trabalhadores (CT).

Subsistem, no entanto, grandes dificuldades e debilidades da organização do Partido nas empresas e locais de trabalho que resultam em primeiro lugar de factores objectivos, mas tam-

bém do grau de compreensão, da definição de prioridades, de medidas, meios e quadros conducentes à concretização das orientações que se aprovaram.

II

A possibilidade de um acréscimo de importância da força social e do desenvolvimento da luta dos trabalhadores é real não obstante todas as alterações objectivas e subjectivas que se têm verificado.

Tendo em conta o seu papel decisivo como força do trabalho, na produção, do valor da riqueza, nas lutas de sentido progressista e contra a exploração capitalista, os trabalhadores dão uma contribuição insubstituível no desenvolvimento da luta de massas e no combate à política de direita.

A acção política, social, parlamentar e autárquica, deve estar comprometida permanentemente com o objectivo da afirmação e defesa dos direitos e justas aspirações dos trabalhadores, factor fundamental do próprio desenvolvimento, progresso e democratização da sociedade portuguesa.

A relação do PCP com os trabalhadores, a intervenção e iniciativa sobre os seus problemas e reivindicações não devem nem podem ser função exclusiva e atribuída apenas aos organismos específicos de trabalhadores comunistas, antes deve ser preocupação e empenhamento permanente de todo o colectivo partidário, em especial nas comissões concelhias e outros organismos de direcção intermédios.

A relação interactiva da iniciativa política e legislativa com o desenvolvimento da luta de massas tem demonstrado em muitas situações, seja no combate às tentativas de condicionar ou eliminar direitos sociais e

laborais seja na sua defesa, manutenção e alargamento uma linha de trabalho de grande actualidade e validade.

A proposta e a luta pela valorização do trabalho, por melhores salários, pela redução da jornada de trabalho, pela efectivação dos direitos individuais e colectivos, da segurança no emprego e o consequente combate à precariedade, à insegurança e sinistralidade no trabalho; o desenvolvimento da solidariedade da defesa e dignificação do estatuto laboral dos trabalhadores imigrantes, a articulação da luta em defesa do sector público e dos serviços públicos com os direitos dos trabalhadores e dos utentes, a especificidade e relevo dos problemas das mulheres e dos jovens trabalhadores constituem, entre outras, áreas de intervenção e acção que merecem um contínuo esforço do Partido.

As campanhas nacionais ou específicas de contacto com os trabalhadores demonstraram ser uma linha de trabalho a prosseguir, sem vulgarizar, na medida em que permitem divulgar junto de centenas de milhar de trabalhadores de centenas de empresas e locais de trabalho as propostas e iniciativas do Partido, facilitam uma maior aproximação aos trabalhadores, estabelecem contactos que potenciam o recrutamento e a possibilidade de reforço da organização nas empresas e do prestígio e influência do Partido.

Mas sendo importante «ir lá», o que é fundamental é «estar lá» na empresa, nos locais de trabalho, de forma organizada.

As células e outras organizações e organismos do Partido nas empresas e locais de trabalho têm um papel determinante para a elevação da consciência social e de classe, para forjar uma identidade de classe integradora das novas camadas de trabalhadores, para promover a evolução da consciência

social para uma mais avançada consciência política e para o apoio ao PCP.

Num quadro de uma poderosa ofensiva política e ideológica do capitalismo, a organização do Partido no seio dos trabalhadores não é substituível no combate a concepções conformistas e de capitulação que tentam moldar e condicionar os comportamentos e valores dos trabalhadores nos quadros e limites ideológicos do capitalismo, que procuram separar a acção social e sindical na empresa da acção política, que pretendem fragmentar e diluir a compreensão pelos trabalhadores dos mecanismos da sua exploração, da promiscuidade entre o poder económico e o poder político, e reduzir o trabalhador ao papel de cidadão que delega periodicamente no voto o poder de «fazer política». A evolução da consciência social para consciência política, a formação da opção de voto desenvolve-se mais rapidamente se houver Partido organizado a intervir politicamente dentro da empresa.

III

O XVI Congresso, tendo em conta as exigências que se colocam ao Partido e visando ultrapassar insuficiências e estrangulamentos detectados, apontou os princípios de trabalho para o reforço da organização. O objectivo de reforçar a organização e intervenção do Partido nas empresas e locais de trabalho é dirigido a todos os trabalhadores; no entanto, há empresas, locais de trabalho e zonas industriais que pela sua dimensão e/ou importância justificam medidas especiais.

1. O XVI Congresso definiu como prioridade e objectivo nacional a existência de trabalho organizado do Partido, nas

Resolução do Comité Central

empresas e locais de trabalho com mais de mil trabalhadores e/ou de importância estratégica, a par de outros objectivos sectoriais e regionais de enraizamento do Partido.

Isto significa assumir que, independentemente da dinâmica existente em cada uma destas unidades, é objectivo da organização regional respectiva e do Partido em geral assegurar a existência de trabalho organizado nessas empresas, locais de trabalho (designadamente locais de trabalho da Administração Pública Central como hospitais e universidades e das câmaras municipais) ou zonas industriais constituídas por unidades empresariais de diversa dimensão.

balhadores (que devem também ser identificadas), as empresas, locais de trabalho e zonas industriais consideradas estratégicas e prioritárias.

Num levantamento com insuficiências, que não inclui os locais de trabalho da Administração Pública Central e Local, foi apurada a existência de mais de 1000 empresas e locais de trabalho acima de duzentos trabalhadores, mais de 200 acima de quinhentos trabalhadores e mais de 100 acima de mil trabalhadores.

As empresas nacionais (exemplo: PT, CTT, EDP, Bancos, etc.) com vários locais de trabalho num concelho ou distrito, e que no conjunto têm milhares de trabalhadores, têm de ser consi-

deradas para o plano de cada região como prioritárias para a acção do Partido.

Os trabalhadores da Administração Pública Central (nomeadamente da saúde, do ensino e da segurança social) e Local, que na generalidade dos distritos são muitos milhares, têm também de ser consideradas nas medidas a tomar.

3. A concretização, o aprofundamento e continuidade deste trabalho prioritário reclamam orientações e definições.

Tendo em conta o número de locais de trabalho existentes em cada distrito e a estrutura e capacidade de intervenção do Partido em cada região, é necessário que sejam tomadas medidas de quadros, designadamente funcionários do Partido, em alguns casos com o apoio de uma linha de trabalho central do Partido, que deverão ter em exclusivo tarefas ligadas ao acompanhamento e desenvolvimento do trabalho do Partido nas empresas e locais de trabalho.

É particularmente necessário que seja destacado um quadro do Partido que tenha como responsabilidade principal, em muitos casos exclusiva, o trabalho de cada empresa ou local de trabalho definido como prioritário, com condições para acompanhar e dinamizar esse trabalho (tenha ou não tenha essa empresa neste momento membros do Partido conhecidos).

Face à realidade concreta de cada distrito e tendo em linha de conta o número de trabalhadores e de empresas de cada sector de actividade

deverem ser responsabilizados camaras pelo acompanhamento de sectores que têm coordenação no plano nacional e por outros que a realidade regional justifique.

- Em cada Direcção de Organização Regional (DOR) deve ser criada uma comissão, organismo de coordenação ou de direcção, que, de forma não diluída no acompanhamento dos dirigentes sindicais comunistas, tenha por responsabilidade acompanhar e dirigir a concretização de medidas constantes do plano regional de acção previamente estabelecido.

- Os responsáveis por cada um dos sectores, empresas, locais de trabalho, ou zonas industriais deverão tomar a iniciativa de desenvolver o trabalho para a criação e reforço da organização associado com ini-

tir o trabalho organizado do Partido no universo de empresas considerado, pelo facto de não haver membros do Partido em muitas delas, vai exigir o prosseguimento de contactos à porta das empresas e, particularmente, um trabalho partidário com trabalhadores que não são membros do Partido (ou que ainda não são membros do Partido). Mesmo em locais em que já há membros do Partido é preciso ver a forma de alargar a intervenção e influência partidária com iniciativas e trabalho que envolvam trabalhadores não membros do Partido. Isto além da compreensão que é necessário vincar que o Partido se dirige a todos os trabalhadores de uma dada empresa ou local de trabalho e que a célula ou os membros do Partido aí existentes são o instrumento essencial desse trabalho junto de todos os trabalhadores.

- O Comité Central decide integrar neste plano de trabalho de enraizamento do Partido junto dos trabalhadores uma campanha de recrutamento para o Partido de 2000 novos membros, a decorrer até 1 de Maio de 2002, centrada nas empresas e locais de trabalho, nomeadamente junto dos jovens. Os militantes do Partido que são dirigentes sindicais e membros de Comissões de Trabalhadores devem ter um papel importante na adesão ao Partido de trabalhadores dirigentes sindicais, membros de CT, de Comissões Sindicais, Comissões de Higiene, Saúde e Segurança nos locais de trabalho, delegados sindicais e membros de sub-CT que não são do Partido.

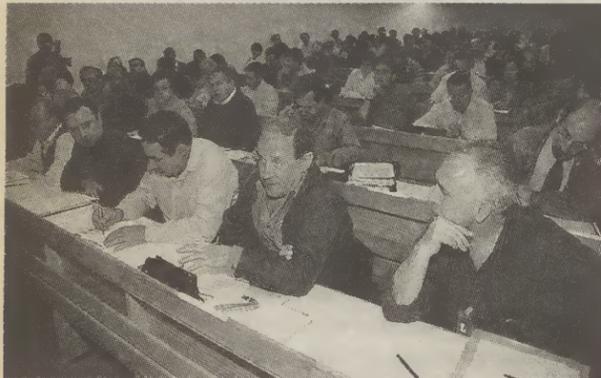
- A acção junto dos trabalhadores implica também meios de propaganda permanentes, designadamente meios móveis que facilitem o contacto à porta das empresas, alargando o dispositivo já hoje existente a um maior numero de regiões.

- A coordenação nacional de sectores de empresas deverá ser alargada ao sector automóvel, das indústrias eléctricas e electrónicas, ao sector da construção, mármore e madeiras e ao sector da vigilância e limpeza, prosseguindo o desenvolvimento de coordenação dos sectores e empresas já definidos.

- O desenvolvimento do trabalho do Partido exige um conhecimento profundo e actualizado que só é possível com uma ligação estreita à realidade e simultaneamente com o estudo dos elementos disponíveis, tornando-se por isso necessárias medidas que permitam manter actualizada a informação sobre as empresas e locais de trabalho e aprofundar o conhecimento da realidade social e das suas alterações.

- O Comité Central decide a realização de reuniões nacionais com os quadros responsáveis pelas empresas e locais de trabalho prioritários e aponta a realização da iniciativa nacional decidida no XVI Congresso, de balanço do trabalho realizado e relançamento da intervenção, para o segundo semestre de 2002.

A realidade demonstra que dificuldade não significa impossibilidade. O reforço e a melhoria das organizações do Partido, nomeadamente a sua ligação aos trabalhadores e aos locais de trabalho, determinarão o seu reforço político, social e eleitoral para encarar com mais confiança e capacidade de intervenção as tarefas do futuro.



Isso significa que o Partido assume o objectivo no quadro das suas organizações de ter uma estrutura de organizações de base de maior ou menor dimensão em todas as empresas, locais de trabalho ou zonas industriais referidas, que garantam aí o trabalho organizado do Partido.

Trata-se de uma estrutura de organizações de base para o trabalho com os respectivos trabalhadores e para o trabalho geral do Partido e não de uma frente de trabalho.

O reforço efectivo da organização do Partido exige a adopção de medidas urgentes, um verdadeiro plano de trabalho em cada região que com o acompanhamento, apoio e estímulo das estruturas centrais do Partido, defina prioridades e sobretudo formas e meios para a sua concretização.

2. A partir de todos os elementos disponíveis é necessário definir claramente em cada região quais são, além das empresas e locais de trabalho com mais de mil tra-

JCP debate cultura em Vila Nova de S. Bento

Liberdade de Criação, Juventude na Revolução

Dezenas de jovens de todo o País encontraram-se este fim-de-semana em Vila Nova de S. Bento, Serpa, onde se discutiu a problemática da criação e fruição da cultura em Portugal.

Sob o lema «Liberdade de Criação, Juventude na Revolução!», realizou-se este fim-de-semana em Vila Nova de S. Bento, Serpa, no Cineteatro D. Maria Lamas, mais uma

face à falta de apoios em relação à cultura nas camadas mais jovens. «Tem que haver motivação, é uma falha do Governo não motivar os jovens para a cultura», afirmou Gil,

Dezenas de jovens de todo o País participaram na iniciativa da JCP

membro de uma banda de hip hop, ao Avante!. «Para o Governo não interessa a realização de actividades, não interessa intervir, não interessa potenciar os jovens, desenvolver intercâmbios e conhecer outras pessoas, porque também isso é cultura», afirmou José Lourinho.

Neste sentido é notória a diferença do projecto que a PCP levou à Assembleia da Republica na tentativa de desburocratizar o processo de legalização do movimento juvenil, dando corpo aos direitos e privilégios dos jovens.

Cultura para todos

Como conclusão da iniciativa, José Lourinho propôs aos jovens presentes: «como se comemora os 80 anos das juventudes comunistas, por



Várias iniciativas culturais tiveram lugar em Vila Nova de S. Bento, entre elas a pintura

que não numa iniciativa conjunta com a JCP? Podemos desenvolver uma iniciativa no sentido cultural, e para demonstrar o que a juventude acha da cultura, a malta, canalizada pela JCP podia ir à festa do Avante em Setembro», disse.

A Juventude Comunista pretendeu com esta iniciativa lançar o debate, tendo em conta a análise da situação cultural nos nossos dias, bem como a promoção do acesso a uma cultura para todos e de

novas formas de intervenção cultural. Para a JCP, o debate aprofundou a criação, o desenvolvimento e as linhas de orientação futuras para abranger e compreender as mais variadas formas de expressão.

Noite em português

Na noite de sábado, realizou-se um jantar-convívio que contou com a participação de mais de 40 pessoas. Mais tarde tiveram lugar várias iniciativas culturais, entre elas uma ses-

são de poesia, malabarismo, pintura, fotografia, projecção de slides alusivos ao 25 de Abril e dois espectáculos musicais, o primeiro do banda de hip hop «Factos Reais» e o segundo dos «Work in Progress», um grupo de música improvisada em bidons. A noite encerrou com um sound system.

No domingo, realizou-se uma visita ao centro histórico de Serpa, onde se pôde conhecer os encantos da vila alentejana, o castelo, as portas de

Serpa, o jardim e a Torre do Relógio.

Esta iniciativa foi assim uma rampa de lançamento do debate sobre a temática da cultura em Portugal, para que melhor se possa compreender as aspirações e vontades dos jovens. A JCP pretendeu ainda com esta iniciativa aprofundar a discussão dentro do Partido, no sentido de fortalecer as suas propostas, assim como contribuir para aperfeiçoar o ímpar trabalho das autarquias CDU nesta frente da cultura.

Campanha da JCP Que direitos têm os trabalhadores-estudantes?

A Organização Regional do Algarve da JCP está a promover uma campanha nas escolas do ensino secundário e superior da região com o objectivo de informar os trabalhadores-estudantes sobre os seus direitos.

Sob o lema «Trabalhadores do século XXI, direitos do século XIX», o folheto lembra que os trabalhadores-estudantes enfrentam as mesmas dificuldades que todos os outros no acesso e frequência do ensino, agravadas pelo facto de estarem empregados.

«Os trabalhadores-estudantes são particularmente afectados pelas políticas de

direita impostas pelos sucessivos governos: por um lado, enfrentam os efeitos de intermináveis reformas educativas que nada resolvem; por outro, lutam contra leis de desregulamentação do trabalho», afirma a JCP.

Os jovens comunistas consideram que a lei actual não é suficiente para as necessidades dos trabalhadores-estudantes, mas é um passo importante no melhoramento para o alargamento dos direitos. A JCP alerta ainda para o facto de muitas escolas e entidades empregadoras violarem as disposições legais, em parte devido à falta de fiscalização.

Bandas de garagem

A Organização Regional de Braga da JCP vai realizar um concurso de bandas de garagem. A vencedora irá actuar no Palco Novos Valores da Festa do Avante! deste ano.

As maquetas devem ser enviadas para a Rua Santo André, n.º 15, 4710 Braga.

Para mais esclarecimentos, contactar o Centro de Trabalho de Braga.

Jantar em Lisboa Juventudes comunistas fazem 80 anos

Cerca de 80 pessoas participaram no já tradicional jantar de antigos e actuais membros das organizações de juventude comunistas, desde alguns de organismos clandestinos à actual JCP.

A iniciativa decorreu na Voz do Operário, em Lisboa, na noite de sexta-feira, e apesar do seu carácter informal, este ano foi integrada nas comemorações do 80.º aniversário do PCP e das juventudes comunistas.

Luísa Araújo, membro da Comissão Política do PCP e responsável do Partido pelo trabalho com a Juventude, afirmou na ocasião que «os jovens nunca são passado. São presente. Os nossos esforços estão voltados para a actualidade com a certeza de que as nossas batalhas imediatas fazem parte da luta pelo nosso projecto de sociedade».

«A juventude comunista sempre esteve com o Partido. Mas, sem este Partido, tal como ele é, não existiria em nenhum momento a organização de jovens comunistas. Sem este Partido que vai buscar as suas energias aos trabalhadores e às massas populares, a todos os que querem uma vida melhor, seria impensável estarmos a comemorar os 80 anos das juventudes comunistas, seria impensável termos aqui também representantes da direcção actual da JCP, organização continuadora da acção e da intervenção



Várias gerações de comunistas reuniram-se na Voz do Operário

das várias organizações dos jovens comunistas», sublinhou a dirigente do PCP.

«Outras organizações juvenis se foram constituindo depois do 25 de Abril, mas nenhuma, como as organizações de jovens comunistas, teve o papel consequente, determinado e de continuidade das lutas e dos movimentos unitários de juventude. Cada um dos participantes neste encontro foi ou é protagonista ou testemunha dos últimos anos desta intervenção na história da luta dos jovens no nosso país», referiu Luísa Araújo.

Lutas de hoje

Depois de recordar as batalhas protagonizadas por mui-

tos dos que se reuniram naquela noite, Luísa Araújo falou sobre as lutas dos jovens de hoje: o ensino público, gratuito e de qualidade, o emprego, o direitos dos trabalhadores e em particular o direitos das novas gerações de trabalhadores, a aplicação dos direitos, a valorização da participação dos jovens, o reforço dos direitos do associativismo juvenil, a resolução dos problemas e da juventude.

«Tal como nas anteriores gerações de jovens comunistas, a JCP hoje tem um papel de vanguarda, um papel determinante nas grandes acções e reivindicações dos jovens portugueses e no movimento de juventude que constitui como em todos os

momentos uma importante componente do movimento democrático», salientou.

«Para os comunistas o futuro constrói-se em cada momento.

«Sempre foi atribuído às novas gerações de comunistas uma grande responsabilidade. Os jovens comunistas sempre foram e vão continuar a ser essenciais para a continuidade do Partido.

«As gerações das organizações de juventude comunista sucedem-se em pouco tempo.»

«O ideal comunista é actual, assim como é actual a perspectiva revolucionária da sociedade. Assim como é actual a necessidade de se alcançar uma sociedade sem exploração», concluiu.

Eleições na Albânia

A presidência da Albânia anunciou a realização de eleições legislativas para 24 de Junho. De visita oficial a Tirana, o presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, Lord Russel-Johnston, considerou a proposta que, «caso este escrutínio decorra de forma livre e correcta», constituirá um «sinal importante para os Balcãs».

Bush recua no Ambiente

Num recuo decorrente das ferozes críticas mundiais à sua política ambiental o presidente norte-americano, George W. Bush, decidiu na passada semana manter uma legislação aprovada pelo seu antecessor Bill Clinton para obrigar um maior número de empresas a declarar as suas emissões de chumbo. Ao abrigo desta lei, qualquer empresa que fabrique, reprocessasse ou utilize 45,3 quilos ou mais de chumbo por ano terá de declarar à Agência de Protecção Ambiental. Recorde-se que, segundo a lei anterior, as empresas apenas eram obrigadas a declarar as emissões de chumbo ou dos seus compostos para o ar, água ou terra quando fabricavam ou reprocessavam mais de 11 300 quilos de chumbo anualmente.

Confrontos em Adis Abeba

Pelo menos 24 pessoas morreram e 52 ficaram feridas em confrontos com a polícia durante duas manifestações de estudantes, a passada semana, em Adis Abeba, Etiópia, segundo fontes hospitalares citadas pela agência Lusa. Outras fontes afirmam que os confrontos causaram pelo menos 38 mortos e 252 feridos, atingidos por balas. O governo da Etiópia apelou aos partidos políticos da oposição que «não explorem a situação para promover a anarquia na cidade», e fechou por tempo indeterminado a universidade de Adis Abeba.

Camponeses mortos em Chiapas

Pelo menos oito camponeses foram assassinados sexta-feira numa emboscada no sul do estado mexicano de Chiapas. O ataque ocorreu na comunidade Canalucum, no centro do estado. Chiapas, um dos estados mais pobres do México, regista desde 1997 sucessivos actos violentos perpetrados por grupos paramilitares. As autoridades mexicanas estimam que pelo menos 12 grupos paramilitares estejam a operar actualmente em Chiapas.

Presidenciais no Peru

A segunda volta das presidenciais, opondo Alejandro Toledo e o ex-presidente Alan Garcia, vai realizar-se a 27 de Maio, anunciou a Comissão Eleitoral peruana. Na primeira volta, Toledo recolheu 36,5 por cento dos votos e Garcia 25,8 por cento.

Os despedimentos em massa continuam. Só na Ericsson, a liquidação de postos de trabalho ascende já a 22 mil

Ericsson despede mais 10 mil trabalhadores

O fabricante sueco de equipamentos para telemóveis, Ericsson, anunciou sexta-feira mais 10 mil despedimentos numa tentativa de reduzir as despesas.

A Ericsson, o terceiro maior construtor de telemóveis, divulgou que só na Suécia vão ser despedidas cinco mil pessoas. A divisão móvel da empresa sueca é a terceira maior produtora de telemóveis do mundo, mas tem estado a perder dinheiro com as operações desde o segundo trimestre de 2000, devido à escassez de componentes e a um *mix* de produtos pouco competitivo.

A disputa mundial de preços e o abrandamento global da economia, que fez diminuir a procura de equipamentos e serviços de telecomunicações, também contribuíram para este cenário.

As vendas da Ericsson caíram no primeiro quarto de ano cerca de cinco por cento, e os novos despedimentos surgem depois de a empresa ter decidido passar a um regime de *outsourcing*. Para o efeito, contratou a Flextronics, baseada em Singapura, para produzir e fornecer telemóveis.

O número total de pessoas a perder o seu emprego na Ericsson é agora de 22 mil, afirmou o porta-voz da empresa, Mads Madsen.

Os efeitos devastadores do abrandamento da economia

norte-americana fazem sentir-se igualmente na empresa de electrónica Honeywell.

Para manter os lucros, empresas sacrificam trabalhadores

De acordo com os dados divulgados, a empresa registou no primeiro trimestre de 2001 um lucro líquido, excluindo extraordinários, de 415 milhões de dólares (94,2 milhões de contos) ou 51 centimos por acção, abaixo das previsões dos analistas.

Esta quebra dos resultados levou à decisão da Honeywell de despedir 6500 pessoas, ou seja, 5 por cento da sua força de trabalho. «A Honeywell não tem sido imune ao actual abrandamento económico», justificou o presidente da empresa, Michael Bonsignore.

O enfraquecimento da procura no sector da produção de automóveis e o elevado preço das matérias-primas e bens energéticos são as principais razões apontadas pelos responsáveis da empresa para a queda do lucro líquido.

Quebra de lucros na Nortel e HP deixa 8000 sem trabalho

Também o maior fabricante mundial de equipamentos de



A crise económica está a afectar trabalhadores em todo o mundo

fibra óptica registou, nos primeiros três meses deste ano, um prejuízo de 2,58 mil milhões de dólares (585,6 milhões de contos).

Numa estratégia de redução de custos, a empresa norte-americana irá despedir em Junho 5000 pessoas, elevando para 20 000 o número total de despedimentos anunciados, ou seja, 21 por cento da sua força de trabalho.

Para John Roth, director-executivo da Nortel, «só deverá haver uma recuperação significativa após um período de racionalização da indústria e de uma melhoria

do ambiente económico», o que, segundo os analistas, deverá acontecer apenas no próximo ano.

A Hewlett Packard (HP) reviu igualmente em baixa as previsões de lucros no primeiro trimestre fiscal, e anunciou na passada semana que irá reduzir a sua força laboral em três mil postos de trabalho nos órgãos de chefia.

O segundo maior fabricante mundial de computadores, a seguir à IBM, espera que as vendas caiam entre dois e quatro por cento face aos 11,8 mil milhões de dólares (2,6 mil milhões de contos) do primeiro trimestre de

2000, e que os lucros por acção se situarão entre 13 e 17 centimos de dólar, contra os 35 centimos previstos pelos analistas.

Segundo o presidente da empresa, Carly Fiorina, o retrocesso das vendas deve-se ao abrandamento da economia americana, fenómeno «que se está a espalhar a outras regiões, nomeadamente à Europa».

Como forma de cortar custos, a HP reduzirá três mil postos de trabalho nos órgãos de chefia, e implementará um plano de contenção de salários e de reestruturação dos horários de trabalho.

Montenegro

Vitória tangencial de Djukanovic

Os independentistas da coligação «Vitória Montenegro», do presidente Milo Djukanovic, venceram com uma estreita margem as eleições legislativas de domingo na república jugoslava do Montenegro.

Segundo os dados provisórios, os independentistas receberam 43 por cento dos votos, enquanto os partidários da coligação «Juntos pela Jugoslávia» obtiveram 39 por cento dos sufrágios. A escassa distância entre as duas forças é reveladora das divisões existentes no Montenegro no que toca ao futuro.

O dirigente da coligação «Juntos pela Jugoslávia», Predrag Bulatovic, citado pela Lusa, considerou mesmo os resultados obtidos pela aliança anti-separatista como uma vitória. Predrag Bulatovic reconheceu que é possível que no parlamento montenegrino os secessionistas tenham mais lugares, mas assegurou que ninguém terá maioria absoluta e que o bloco pró-jugoslavo será mais numeroso.

O futuro da Jugoslávia depende agora de uma eventual aliança de Milo Djukanovic com os ultra-separatistas liberais, os albaneses e os muçulmanos eslavos. O presidente montenegrino pretende convocar para o Verão um referendo de independência do Montenegro.

Perigos da secessão

Djukanovic foi um dos mais importantes aliados do ex-presidente jugoslavo Slobodan Milosevic, graças a quem conseguiu substituir no Poder a antiga Liga dos Comunistas. As relações entre ambos romperam-se em 1997, após Djukanovic ter sido acusado de estar envolvido em «negócios sujos» de contrabando. A partir de então, o presidente do Montenegro aproximou-se da União Europeia e dos EUA.

Entretanto, nas vésperas das eleições, o presidente da Jugoslávia, Vojislav Kostunica, advertiu o Montenegro de

que se arrisca a causar um novo conflito nos Balcãs caso persista nas intenções independentistas.

«Qualquer alteração de fronteiras na região vai renovar a sede insaciada por novos estados e atirar-nos para o turbilhão de conflitos armados, crises e instabilidade», disse Kostunica, em entrevista ao jornal jugoslavo Blic, citado pela CNN. Segundo o dirigen-

te jugoslavo, a secessão de Montenegro poderia ser vista pelos albaneses do Kosovo como um incentivo para intensificar as suas próprias pretensões de independência.

Caso o Montenegro venha a separar-se da Sérvia, a Federação jugoslava deixa de existir, ficando também em causa o próprio lugar de Kostunica e de todos os órgãos federais.

Com 14 000 quilómetros quadrados, o Montenegro conta com 640 000 habitantes (447 673 com direito a voto), dos quais 75 por cento são eslavos (com a mesma língua, as mesmas tradições e a mesma religião dos sérvios), 12 por cento eslavos muçulmanos, e sete por cento albaneses. O território é ainda a única saída da Sérvia para o mar (Adriático).

Prepotência no Kosovo

A Força da NATO no Kosovo (KFOR) destruiu domingo em Kosovska Mitrovica, uma cidade do norte, as barricadas que os sérvios mantinham há uma semana em protesto pela criação de alfândegas administrativas entre a província e o resto da Sérvia.

A criação de postos alfandegários decidida pela UNMIK preconizando a introdução de taxas entre 15 e 20 por cento sobre inúmeros produtos procedentes da Sérvia, representa, segundo os sérvios, mais um passo para a independência do Kosovo, em total desrespeito pelos acordos de paz para a região.

Transformado desde Junho de 1999 num protectorado internacional administrado pela

UNMIK e vigiado pela KFOR, o Kosovo é juridicamente «parte integrante da Sérvia», pelo que as autoridades de Belgrado consideraram a colocação dos referidos postos como uma violação à soberania jugoslava e ao plano de paz para o Kosovo.

Pelo menos dois manifestantes ficaram feridos na sequência da operação dos soldados franceses da KFOR, que eliminaram as barricadas com transportes blindados e lançaram gás lacrimogéneo e bombas de choque.

Os organizadores dos protestos no Norte do Kosovo garantem que os bloqueios vão continuar até que a UNMIK decida retirar os postos alfandegários.



As crianças não foram poupadas

Genocídio no Ruanda Missionárias no banco dos réus

Quatro ruandeses, incluindo duas freiras Beneditinas, estão a ser julgados em Bruxelas por alegada participação no genocídio de 1994 no Ruanda.

A Bélgica assiste, pela primeira vez na sua história, ao julgamento nos seus tribunais de crimes de direito internacional. A inovação, tornada possível por uma lei aprovada em 16 de Junho de 1993 reconhecendo essa competência, independentemente do lugar

onde foram cometidos os crimes, das nacionalidades dos acusados e do seu local de residência, levou ao banco dos réus quatro ruandeses, todos hutus.

Os acusados são Vincent Ntezimana, professor universitário; Alphonse Higaniro, ex-ministro do presidente do Ruanda, Habyarimana, vítima de um atentado; e as freiras da ordem das Beneditinas Consolata Mukangango e Julienne Mukabutera. O primeiro é acusado do assassinio de nove pessoas, identificadas, e de um número indeterminado de vítimas não identificadas. Higaniro enfrenta a acusação de ter incentivado os seus partidários à «limpeza» dos tutsis e de

ordenar massacres de pessoas que se recusavam a abandonar as suas propriedades. As duas

Cerca de um milhão de pessoas foram assassinadas no Ruanda em 1994

religiosas, por seu turno, são acusadas de terem participado nos massacres do convento de Sovu, onde terão morrido 7600 refugiados em Maio de 1994. Segundo a

acusação, as duas mulheres terão fornecido aos militares hutus os bidões de gasolina com que foram queimadas, numa garagem, a 22 de Maio, entre 500 a 700 pessoas. Dias mais tarde, terão ainda ajudado no massacre de mais 600 tutsis, e, a 6 de Junho, terão entregue aos militares dezenas de outros que se haviam refugiado no convento.

O processo, a decorrer no Tribunal de Justiça de Bruxelas, iniciou-se um ano depois do primeiro-ministro belga, Guy Verhofstadt, ter visitado a capital do Ruanda, Kigali, para pedir desculpas ao povo ruandês pela passividade da comunidade internacional perante o

genocídio de cerca de um milhão de pessoas entre 6 de Abril e 18 de Julho de 1994.

Responsabilidade internacional

Antiga potência colonial, a Bélgica tem a sua quota-parte de responsabilidade na situação criada no país, uma vez que desde a ocupação do Ruanda, em 1916, fomentaram a divisão da população introduzindo um bilhete de identidade especificando a etnia do respectivo titular (tutsi, hutu ou pigmeu twa). Os colonizadores belgas privilegiaram ainda, até aos anos 50, os tutsis, contribuindo para a subalternização dos hutus, apesar destes constituírem a maioria. Após a independência, em 1962, a luta pelo poder não só acentuou as diferenças étnicas como se serviu delas para «legitimar» as guerras fratricidas.

O genocídio de 1994 começou a 6 de Abril, horas depois do então presidente Juvenal Habyarimana (hutu) ter morrido na sequência de um ataque com mísseis contra o avião em que viajava quando o aparelho se preparava para aterrar no aeroporto de Kigali. O Exército, dominado pelos hutus, e a milícia extremista Interahamwe mergulharam o país num banho de sangue sem paralelo na última década.

A comunidade internacional assistiu impassível à chacina do povo ruandês. Cerca de um milhão de mortos depois, com os tutsis de novo no poder, foi criado o Tribunal Penal Internacional para o Ruanda, com sede em Arusha, na Tanzânia, onde até à data foram condenadas 45 pessoas. Os tribunais ruandeses, por seu turno, já julgaram 2500 acusados de participação nos massacres.

Entretanto, a recente detenção, na capital do Ruanda, do bispo de Gikongoro, Augustin Misago, igualmente acusado de participação no genocídio, foi classificada como um acto de «extrema gravidade» pelo Vaticano. Segundo o porta-voz da Igreja Católica, Joaquín Navarro-Valis, «as relações entre a República do Ruanda e a Santa Sé serão profundamente perturbadas por isto».

A Igreja Católica nunca denunciou ou tomou qualquer iniciativa para tentar impedir os massacres.

Bush sem máscara em Genebra

• Miguel Urbano Rodrigues

A Administração Bush mostrou o rosto, sem disfarces, na última sessão da Comissão dos Direitos do Homem. Nunca antes no velho palácio das Nações Unidas em Genebra se assistira a espectáculo comparável. Para obterem a aprovação tangencial - 22 contra 20 e 10 abstenções - do projecto anticubano da República Checa, os EUA recorreram a pressões e manobras de chantagem, incompatíveis com a imagem de um Estado civilizado. Durante a noite que precedeu a votação, o secretário de Estado, Colin Powell, falou pelo telefone meia dúzia de vezes com o chefe do governo de um país africano. George Bush manteve conversações telefónicas com alguns presidentes africanos. Objectivo: conseguir o apoio desses países para o texto encomendado à delegação checa. Apesar dessas manobras, o Departamento de Estado chegou à conclusão na manhã do dia 18 de que o quadro era desfavorável. Numa avaliação das intenções expressas, Washington previu que o seu projecto não passaria no plenário. A delegação norte-americana pediu então e conseguiu que a votação fosse adiada por algumas horas.

Só assim poderia comprar os votos que lhe faltavam. Reiniciados os trabalhos, as pressões prosseguiram dentro do anfiteatro. Imagens transmitidas por cadeias de

Argentina, da Costa Rica, do Uruguai e da Guatemala. Na Ásia tudo era também definitivo. A agressão de Israel pesava no voto unânime dos muçulmanos: a Síria, o Paquistão, a Arábia Saudita e o Qatar votariam contra a condenação de Cuba. Os votos africanos seriam decisivos. Opunham-se ao texto anticubano oito países: Argélia, Burundi, Libéria, Líbia, Nigéria, África do Sul, Suazilândia e Zâmbia. A chantagem de Washington foi exercida sobre um grupo de sete países cujos governos deixavam transparecer hesitações: Madagáscar, Senegal, Camarões, Quênia, Mauritânia, Nigéria e RD do Congo. O apoio de Madagáscar, dos Camarões e do Senegal à iniciativa dos EUA foi decisivo para inverter o resultado. Terá custado uma fortuna ao contribuinte norte-americano. A delegação dos EUA não conseguiu alterar para a abstenção o voto do Burundi favorável a Cuba, mas evitou que a Mauritânia, a Nigéria e o Quênia votassem contra a condenação da Ilha. Cedendo à pressão, abstiveram-se. Indecorosa foi a ausência da RD do Congo cuja delegação não compareceu na sala.

Na Europa, tanto os países vassallos do Leste (República Checa, Polónia, Roménia e Letónia) como os aliados tradicionais votaram contra Cuba. Mas quase aconteceu uma enorme surpresa. Horas antes da votação, a delegação

francesa informou que se absteria se não fosse retirado do texto um parágrafo que recomendava ajuda financeira a elementos que em Cuba se batam contra o regime.

Na prática tratava-se de um ostensivo estímulo ao terrorismo. A França não podia aceitar tal apelo.

Nos corredores de Genebra constou que Portugal alinhava com a posição francesa.

A notícia provocou alarme em Washington.

Obviamente o parágrafo contestado foi eliminado.

Cuba viveu minuto a minuto, com emoção, o andamento do

debate. No Ministério das Relações Exteriores, Felipe Perez Roque, rodeado pelos funcionários da casa, transmitia aos companheiros e ao povo da Ilha as notícias que do plenário de Genebra lhe transmitiam pelo telefone os membros da delegação cubana. O imprevisível na pátria de Martí faz parte do quotidiano. O povo está sempre preparado para resistir. Quando o resultado da votação foi anunciado, Perez Roque e o pessoal do Ministério entoaram o hino dos patriotas de Bayamo que na guerra da Independência lutaram contra o império espanhol. Em muitos rostos havia lágrimas. Mas todos cantavam como vencedores. O povo cubano não se sente derrotado pela engrenagem imperial que montou a farsa de Genebra. Reagiu como se tivesse acabado de sair triunfante de mais uma batalha. E, de certa maneira, isso aconteceu.



Ruandês preso no Kosovo

Callixte Mbarushimana, ruandês de etnia hutu, funcionário das Nações Unidas, foi preso no Kosovo durante a semana da Páscoa. É acusado de ter colaborado no genocídio de 1994 no Ruanda.

Feita com base num pedido internacional de captura formulado pelas autoridades ruandesas, a detenção, apesar de efectuada pela polícia das Nações Unidas, põe em causa esta organização. Com efeito, não se percebe como é que Mbarushimana surge no Kosovo ao serviço da ONU depois de ter sido despedido do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no Ruanda, onde trabalhou de Julho de 1992 a Dezembro de 1994. O despedimento ocorreu depois de virem a público as primeiras suspeitas de envolvimento de Mbarushimana no genocídio, mas os responsáveis da ONU não consideraram necessário tomar quaisquer medidas para apurar responsabilidades do seu funcionário. Mais grave ainda, em Dezembro de 1996 o PNUD recomendou-o para gerir outro programa no Ruanda a cargo dos Voluntários das Nações Unidas, de onde foi afastado em Novembro de 1999 quando de novo surgiram indícios do seu envolvimento em práticas criminosas. Deixado à solta, Callixte Mbarushimana reaparece no Kosovo, uma vez mais ao serviço da ONU.

Callixte é acusado, entre outras coisas, de ter revelado aos milicianos hutus o local onde se refugiavam os trabalhadores tutsis do PNUD na altura do genocídio de 1994.

Os direitos das pessoas com deficiência

● Ilda Figueiredo

Há na União Europeia cerca de 37 milhões de pessoas com deficiência a quem o Tratado reconhece todos os direitos, proibindo qualquer tipo de discriminação, pelo que se impõe que sejam tomadas as medidas necessárias para garantir a igualdade de oportunidades e a integração dos seus direitos nas políticas comunitárias.

Esperemos que a declaração, pelo Conselho Europeu, do ano de 2003 como Ano Europeu dos Cidadãos com Deficiência permita não só sensibilizar as opiniões públicas dos estados-membros para estas questões e conferir maior visibilidade a toda esta temática, promovendo a «cultura da não discriminação», como contribua para que se aprovechem novas medidas e estratégias que garantam efectivamente os direitos fundamentais das pessoas com deficiência. É particularmente importante criar as condições necessárias para garantir a todos a possibilidade de acesso a empregos com direitos, favorecendo o seu acesso à formação, criando incentivos e desenvolvendo acções positivas de forma a combater o desemprego que

especificamente dedicado às pessoas com deficiência, de novos indicadores sobre a sua participação e do alargamento do âmbito do inquérito aos obstáculos quotidianos com que se depara cada agregado familiar no Painele de Famílias da Comunidade Europeia.

Uma Europa sem barreiras

Em Portugal, onde há mais de um milhão de pessoas de todas as idades que possuem qualquer tipo de deficiência, a realidade demonstra que se está longe de garantir uma prática quotidiana dos seus direitos consagrados constitucionalmente. Daí a importância de conhecer um relatório que foi recentemente votado no Parlamento Europeu, o relatório Hermange, tendo por base a comunicação da Comissão Europeia intitulada «Rumo a uma Europa sem barreiras para as pessoas com deficiência». Nesse relatório, para o qual também contribui com propostas e uma intervenção no plenário, é dada particular atenção a toda esta temática

e são propostas acções e medidas importantes, de que destaco:

- a necessidade de garantir que o novo programa de acção contra a discriminação reconheça a realidade da deficiência e os seus diferentes tipos, garanta um financiamento das ONG que representam todas as formas de deficiência bem como o financiamento de entidades que promovam directamente a acção social a todos os níveis (local, regional, nacional e europeu) junto das pessoas com deficiência;
- a defesa de um novo programa de acção específico para a deficiência, com início em

2004, destinada a prosseguir o trabalho desenvolvido durante 2003, promover a coordenação entre os Estados-membros nas acções relativas à deficiência e desenvolver acções específicas, incluindo medidas de acção positiva, em prol da plena participação das pessoas com deficiência na sociedade;

- a necessidade de aprovar, a curto prazo, uma nova directiva, com base no artigo 13.º do Tratado, que abarque todos os domínios de competência da União Europeia, tendo em vista a igualdade de tratamento para as pessoas com deficiência e o reconhecimento das suas especificidades e do seu direito à diferença.

nas pessoas com deficiência é três vezes superior à média da União Europeia.

Todos sabemos que persistem inúmeros problemas e lacunas, nomeadamente no domínio do emprego, da educação, dos transportes, da acessibilidade dos edifícios e da sociedade da informação, embora falem ainda estatísticas credíveis e indicadores que permitam uma análise detalhada da participação das pessoas no mundo do trabalho, na educação e formação profissional, na vida cultural e desportiva, etc., o que, no entanto, o Eurostat parece querer colmatar em parte, a curto prazo, através de um novo módulo do inquérito às forças de trabalho

CE quer cortes na despesa pública, menos salários e mais despedimentos

Moderação... diz a UE

A Comissão Europeia aconselha Portugal a moderar os salários e a tomar medidas para facilitar os despedimentos, considerando pouco ambiciosos os objectivos do défice público.

O documento sobre as grandes orientações de política económica (GOPE) para 2001, que vai ser apresentado hoje, quarta-feira, recomenda ao Governo português que «dê mais importância à flexibilização dos mercados do trabalho, incluindo medidas que facilitem o despedimento e a contratação». «Moderação salarial assim como políticas que permitam o crescimento da produtividade são necessárias para melhorar os resultados da economia a médio prazo», afirma o texto citado pela Agência Lusa.

A Comissão Europeia vai mais longe ao aconselhar que o orçamento do Estado português para 2002 seja concebi-

do de modo a permitir uma redução mais rápida do défice do sector público do que o previsto no programa de estabilidade e crescimento apresentado em Bruxelas, em Fevereiro último. Para além disso, a CE sublinha que «essa aceleração da consolidação orçamental deverá basear-se em reduções da despesa em vez de aumentos de impostos».

O défice do sector público administrativo desceu em 2000 para 1,4 por cento do PIB e, segundo o programa de estabilidade e crescimento económico apresentado pelo Governo, esse valor continuará a diminuir para 1,1 por cento em 2001 e para 0,7 em

2002, para apenas atingir o equilíbrio em 2004.

Esta data é agora considerada «pouco ambiciosa» por Bruxelas, que gostaria que todos os estados-membros da UE estivessem numa situação de equilíbrio a partir de 2002. A Comissão Europeia espera, por outro lado, uma diminuição do crescimento económico português de 3,3 por cento para um valor «ligeiramente superior a 2,5 por cento» em 2001.

A proposta da Comissão Europeia será debatida pelos ministros das Finanças em Maio e, finalmente, aprovada pelos chefes de Estado e de Governo da União na Cimeira, de 15 e 16 de Junho próximo em Gotemburgo (Suécia), que vai marcar o fim da presidência sueca da União Europeia.

Portugal à frente na inflação

A inflação anual na zona euro cifrou-se em 2,6 por cento no mês de Março, ou seja, um nível idêntico ao registado no mês de Fevereiro, segundo dados do Eurostat, gabinete de estatísticas da comunidade europeia. No mesmo mês do ano passado a taxa era de 2,1 por cento.

Na generalidade dos 15 países da União Europeia a taxa de 2,3 por cento em Março manteve-se igualmente inalterável face ao mês anterior, enquanto que um ano antes era de 1,9 por cento.

Os valores mais elevados para a inflação nos estados-membros foram detectados em Portugal (5,1 por cento), na Holanda (4,9 por cento) e na Irlanda (4,1 por cento). As mais baixas verificaram-se em França (1,4 por cento), na Suécia (1,7 por cento) e na Áustria (1,9%).

Em relação ao mesmo mês do ano passado, Portugal foi também o país que registou uma subida mais acentuada da inflação (de 1,4 por cento passou para 5,1 por cento). No mesmo período, a Holanda registou uma subida de 1,6 por cento para 4,9 por cento. Pelo contrário, a Dinamarca assistiu a uma baixa da inflação de três por cento para 2,2 por cento. Igual tendência verificou-se na Finlândia que baixou de 3,5 por cento para 2,5 por cento.

No nosso país, os dados apurados fazem com que a inflação média anual se situe já neste momento nos 3,6 por cento, ou seja, um valor que absorve totalmente grande parte das actualizações salariais negociadas para 2001, nomeadamente para a Administração Pública.

Protestos no Ecofin Eurodeputado detido

Cerca de 250 manifestantes, entre os quais um eurodeputado, foram detidos no sábado durante uma acção de protesto junto a uma reunião dos ministros da Economia e das Finanças da União Europeia (Ecofin), em Malmoe, na Suécia.

A concentração reuniu cerca de um milhar de pessoas, entre as quais se contavam os membros do Partido de Esquerda, dos Verdes e militantes de várias dezenas de associações antimundialização que reclamaram nomeadamente a saída da Suécia da União Europeia e contestaram a militarização da Europa.

Dispersos por um importante destacamento de agentes da polícia antimotim apoiado por brigadas a cavalo, cães e helicópteros que sobrevoavam a zona, os manifestantes envolveram-se em confrontos que acabaram em numerosas detenções. Segundo um despacho da Agência Lusa, entre os detidos estava o eurodeputado deputado sueco Per Gahrton (ecologista), que acusou a polícia de utilizar «violência injustificada». Imagens transmitidas pela televisão sueca mostraram agentes da polícia a bater nos manifestantes com cacetes, com as mãos e arrastando pessoas com a cara ensanguentada.

Comissão investiga De Beers

A Comissão Europeia abriu um inquérito sobre o projecto de criação de uma empresa conjunta entre a De Beers, líder no mercado mundial de diamantes, e da sociedade francesa LVMH, um dos principais distribuidores de produtos de luxo no mundo, tais como os sacos em pele Louis Vuitton, os perfumes Givenchy, os relógios Rolex ou as marcas de champagne Moët e Veuve Clicquot.

A nova empresa, denominada Rapids World Limited, quer centrar a sua actividade na distribuição de joalharia de diamantes através de uma rede própria de estabelecimentos, bem como através da internet, promovendo a marca De Beers.

No entanto, a Comissão teme que este projecto vá reforçar ainda mais a posição dominante da De Beers nos mercados de diamantes em bruto, pondo em causa as regras da concorrência. A questão é que, sendo a De Beers o principal produtor e distribuidor de diamantes em bruto, é-lhe possível favorecer a Rapids no fornecimento de pedras e prejudicar outros concorrentes. Tanto mais que os diamantes chegam actualmente ao mercado através de um número restrito de intermediários, os chamados «sightholders», que os compram, pulem e revendem de seguida aos fabricantes e distribuidores de joalharia.

A Comissão considera ainda que o lançamento da sua marca ao nível da distribuição visa criar uma procura para a joalharia da De Beers, o que por seu lado aumentará a procura dos diamantes brutos fornecidos pelo grupo, colocando novas dificuldades aos outros concorrentes.

A De Beers exerce actividades em todo o mundo, em particular na extracção e exploração mineira, avaliação e distribuição de diamantes em bruto. A sua entrada na distribuição, que depende agora da autorização da Comissão Europeia, permitir-lhe-ia completar todo o ciclo da produção à comercialização.

A Colômbia
no gume da história (conclusão)

A saga das FARC-EP

A saga guerrilheira colombiana das FARC-EP, pela sua longa duração, pela fidelidade ao rumo traçado e pela natureza do inimigo interno e externo, quase não tem precedentes no grande painel do combate armado dos povos pela sua liberdade. Será talvez preciso pensar no Vietname para se encontrar algo parecido ao desafio permanente ao impossível que tem acompanhado a marcha da mais antiga guerrilha da América Latina.

O real e o fantástico nas estórias e canções populares que lhe recordam o caminho apresentam-se ligados numa rede tão inextricável que se torna praticamente impossível separá-los.

Na vida das FARC o excepcional vem de tão longe que delas se pode dizer que já existiam antes de serem criadas.

Um crime político, durante a campanha eleitoral de 1948, produziu efeitos de terremoto na história da Colômbia. Jorge Eliécer Gaitán, o candidato liberal à Presidência, o mais carismático dirigente do país, foi assassinado em Bogotá. O povo da capital reagiu com fúria. Uma onda de violência de proporções inimagináveis varreu a cidade, alastrando a todo país. O acontecimento ficou conhecido como o Bogotazo. Na repressão genocida desencadeada pelo Exército a mando do Partido Conservador morreram 300 mil pessoas. A Colômbia foi transformada num matadouro humano.

Nas montanhas, como resposta à barbárie dos «godos» (conservadores), surgiram focos de guerrilhas liberais.

Um jovem camponês da Cordilheira Central, Manuel Marulanda Vélez, integrou-se num desses grupos guerrilheiros. Tinha apenas 20 anos e carecia de formação ideológica. A sua passagem pela escola fora breve. Mas sentia, desde a adolescência, uma sede insaciável de justiça e horror à brutalidade do exército e da polícia. A ideia de revolução e a certeza de que na Colômbia ela não seria pacífica precedeu nele a consciência política e a capacidade para compreender o funcionamento das engrenagens do poder.

Mas quando o general Rojas Pinilla assumiu a Presidência após um golpe de estado e decretou uma ampla amnistia abrangendo os guerrilheiros que entregassem as armas, Marulanda não as depôs. Tinha amadurecido na luta.

O Partido Liberal, esse, estava impaciente para se reintegrar no sistema oligárquico.

Manuel Marulanda, informado de que o Partido Comunista Colombiano se negara a entregar as armas, iniciou contactos com o comando das suas guerrilhas e uniu-se a elas com o seu grupo.

Essa opção ficou a assinalar uma viragem na sua vida. Não cabe aqui o relato das proezas que fizeram dele um herói da América Latina.

Mas é indispensável recordar que quando o Exército desencadeou em Cundinamarca e no Tolima uma ofensiva que visava ao aniquilamento das guerrilhas, Marulanda já era um prestigiado dirigente comunista. O seu caminho foi incozum: assimilou o marxismo a partir da experiência da luta; da práxis subiu à teoria.

O governo lançou previamente uma campanha confusionista.

A propaganda oficial inventou a República Independente de Marquetália, supostamente instalada pelos comunistas. Agigantando o adversário, a oligarquia pretendia tirar maiores dividendos das operações.

Na realidade, a guerrilha de Marquetália, muito escassa de meios, tinha apenas propósitos de autodefesa das populações.

Marquetália, atacada a 27 de Maio de 1964, foi defendida com coragem espartana, mas obviamente o lugar foi ocupado pelo Exército. O alto comando falhou, aliás, o objectivo da ofensiva. Marulanda furou o cerco, e levando consigo 45 homens e 2 mulheres, refugiou-se em páramos inacessíveis da Cordilheira.

Essa retirada conferiu uma dimensão continental ao seu nome. O Exército ajudou à formação da sua auréola de combatente invulnerável. Pela sua pontaria era conhecido pelos adversários como o «Tiro Fijo». Sucessivos governos tentaram neutralizá-lo, sem êxito, com promessas. Quarenta vezes, pelo menos, lhe anunciaram a morte. A alegria foi sempre seguida da amarga necessidade de reconhecerem que, afinal, continuava bem vivo, nas montanhas, comandando a já lendária guerrilha comunista.

É somente em 1966 que ela adopta o nome de Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - FARC, ao qual em 1982 é acrescentado o EP. Assumem-se a partir de então como o Exército do Povo. Em 1972 batiam-se em oito frentes; hoje combatem em mais de 60.

O genocídio da UP

A incapacidade de derrotar as FARC-EP levou o presidente conservador Belisário Bettancourt a desenvolver a partir de 1984 uma ambiciosa manobra. Pretendia atingir por outros meios aquilo que não conseguira recorrendo às armas. Deu às FARC garantias de que candidatos seus poderiam participar das próximas eleições. Empenhou a sua palavra no compromisso. O Estado Maior Central decidiu aproveitar a oportunidade para que dirigentes e quadros seus se dirigissem à Nação. Foi então criada para o efeito em 1985, como movimento político revolucionário de novo tipo, a União Patriótica.

A campanha comprovou a enorme popularidade das FARC. Sem surpresa a UP elegeu uma grande bancada. Senadores e deputados que eram dirigentes das FARC entraram no Congresso. No âmbito autárquico, a União Patriótica conquistou a presidência em muitos municípios e elegeu grande número de vereadores.

O desfecho das ilusões legalistas foi um banho de sangue. Em 1986, aproximadamente 4000 quadros das FARC ligados à União Patriótica, entre os quais numerosos parlamentares, foram assassinados numa orgia de violência.

As formações de combate das FARC, essas, porém, continuavam intactas nos seus acampamentos. Não desceram das montanhas.

A oligarquia não desistiu do seu jogo perverso de astúcias sangrentas. Em 1990, o presidente Cesar Gaviria convocou uma Constituinte e ofereceu 20 lugares às FARC-EP se estas accitassem participar do processo. Alegava que havia



um espaço político a preencher pela esquerda revolucionária clandestina, que poderia expor e defender ali com todas as garantias as suas ideias e chegar depois ao Congresso pelo voto popular.

Escutou como resposta um não categórico.

No próprio dia das eleições, quando o povo começava a votar, principiaram a cair do céu bombas no acampamento central das FARC, na Casa Verde. O Exército atacou logo a seguir. Os combatentes da guerrilha revolucionária foram forçados, mais uma vez, a mudar os seus acampamentos, mas o Exército sofreu então perdas pesadíssimas. Não conseguiu sequer seguir as FARC na sua retirada.

Esse ataque à Casa Verde foi aliás descrito num texto emotivo e de grande beleza, redigido por um guerrilheiro, uma página da literatura épica latino-americana. Da ofensiva do Exército as FARC extraíram ensinamentos valiosos. Multiplicaram o número de pequenas unidades, evitando as grandes concentrações de combatentes.

Em 1993 repetiu-se o canto da sereia. O liberal Ernesto Samper acenou novamente com o ramo de oliveira.

A manobra não foi levada a sério.

Data desse ano a total autonomia estratégica e tática das FARC-EP. A existência de um Estado Maior Central como organismo de direcção superior não impede que o Exército do Povo mantenha a estrutura de um partido marxista-leninista. Os militantes das FARC assumem-se como comunistas. Foram as exigências da guerra que levaram à adopção de formas de organização que implicavam a completa autonomia decisória do Estado Maior Central.

Nesta nova fase da sua existência, as FARC sentiram a utilidade de criar o chamado Movimento Bolivariano Pela Nova Colômbia, que faz sentir em moldes originais a sua presença na sociedade civil. Não participa em eleições, mas actua como um partido sem registo nem candidatos. Um partido quase invisível que aparece e desaparece, promove concentrações e reuniões políticas, mas não se apresenta ao voto, não se submete à engrenagem político-administrativa.

Revolucionários do século XXI

Encontrei com frequência em Havana e noutras cidades da América Latina dirigentes e militantes das FARC-EP. Estabeleci com alguns laços de amizade.

Foram eles, mais do que os documentos relativos à sua luta, que me ajudaram, em demoradas conversas, a captar com nitidez crescente o quadro em que essa

● Miguel Urbano Rodrigues

guerrilha, hoje transformada num autêntico exército popular, tem combatido nas últimas décadas, desafiando simultaneamente a oligarquia do seu país e o imperialismo americano.

Impressiona a indignação que expressam quando alguém, por vezes até gente amiga, deixa transparecer alguma dúvida a respeito da atitude das FARC perante o narcotráfico.

Faz parte das táticas da CIA e da DEA estabelecer pontes imaginárias entre as FARC e o mundo da droga. É legítimo que essas manobras suscitem a repulsa dos combatentes da guerrilha.

Foi deles que eu ouvi os relatos mais minuciosos sobre a actuação dos paramilitares, esses sim, atolados no pântano do tráfico.

As FARC não subestimam o paramilitarismo como braço oculto do Exército com ramificações labirínticas nas estrumeiras do negócio da droga. Definem o paramilitarismo como «o filho ilegítimo do Estado Colombiano». Por isso mesmo são cépticas quanto ao andamento positivo das decisões tomadas na Mesa de Negociação.

Comandantes das FARC contaram-me que, em certos Departamentos, oficiais ligados ao narcotráfico deixam os quartéis durante alguns dias para intervir em operações desencadeadas pelos bandos de Castaño. Comportam-se como criminosos, participam em massacres de camponeses. Depois, regressam ao quartel e voltam a vestir o uniforme do Exército.

O alto comando das Forças Armadas e o governo têm conhecimento dessas situações. E fecham os olhos.

*

* *

Guardo belas recordações do contacto com os camaradas das FARC. Re conforta registrar a desamibção e a autenticidade desses combatentes, bolivarianos pela coragem e o espírito latino-americano e internacionalista, marxistas pela sua lúcida compreensão da história.

Renova a esperança confraternizar com revolucionários desta tēpera no limiar do século XXI, na era da globalização neoliberal, neste tempo de covardia intelectual e de abdicção.

A epopeia das FARC-EP, a sua inquebrantável confiança na vitória distante, sem data, transporta e transmite a esperança da humanidade.

A solidariedade com a luta dessa gente maravilhosa tornou-se um dever para todos os homens e mulheres progressistas na vastidão do planeta.

Aproxima-se aquilo que eles mais temem...

● Manoel de Lencastre

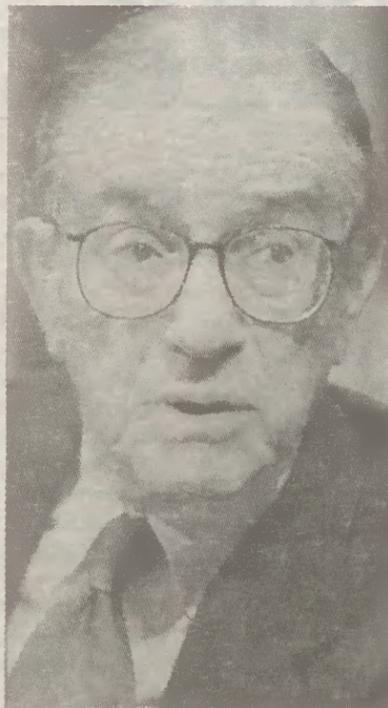
A recessão galopante

A decisão tomada por Alan Greenspan, presidente do Federal Reserve, de reduzir para 4,5% a taxa aplicável a fundos directos emprestáveis à Banca e para 4% a taxa de desconto, surgiu quando se faziam ouvir protestos e queixumes entre os dirigentes das grandes empresas americanas. O alarme estabelecera-se face a dados estatísticos que confirmavam a grande doença do capitalismo, uma recessão mais, mas, desta vez, com características especialmente perigosas.

Disse Diane Swonk, economista do Bank One: «O Federal Reserve marcou pontos. A partir de agora, tomará todas as medidas necessárias para que o barco não vá ao fundo.» Não são neces-

sárias muitas análises à situação. Basta verificar que eles já temiam o grande afundamento que se generalizaria se o Fed não confirmasse mais uma das suas medidas de estilo «paninhos quentes» no sentido de evitar o inevitável - pelo menos, para já.

A instabilidade dos mercados financeiros tinha feito fugir ao Merrill Lynch Investment Management o melhor de 32.000 milhões de dólares de fundos ao seu dispor. Neste primeiro trimestre de 2001, os lucros do poderoso grupo tinham caído em 21% enquanto se decretavam 1.700 despedimentos. Outros grandes nomes da economia dos Estados Unidos estavam a sofrer grandes quebras nos seus lucros. Alguma coisa tinha de ser feito. As transnacio-



Alan Greenspan

procurava aguentar-se numa situação que não é peixe nem carne com juros a 0% e a Argentina capitulava confessando-se cativa de tudo o que o imperialismo quisesse impor-lhe - por isso, Cavallo foi de novo chamado ao poder para apertar ainda mais as grilhetas que paralisam e sufocam o povo argentino.

Severidade e rapidez do declínio

O Bundesbank e o FMI entraram em conflito. O presidente do primeiro, Ernst Welteck, salientou a independência do Banco Central Europeu face às iniciativas do Federal Reserve e às reservas de alguns políticos da zona da U.E. que também exigem novos cortes nas taxas de juro. Mas o director-geral do Fundo Monetário Internacional, Horst Koehler, afirmou: «Taxas de juros mais baixas ajudariam bastante na situação crítica que está a viver-se na Europa e no mundo. A estabilidade do Banco Central Europeu não estaria em causa.»

Entre as grandes empresas europeias, a Philips, rainha-mãe dos produtos eléctricos e electrónicos de grande consumo, anunciou 7.000 despedimentos. O director financeiro da gigantesca companhia holandesa, Jan Hommen, disse: «A Philips foi atingida por dificuldades identificadas em sectores diversos - o dos computadores individuais, o das telecomunicações e o do mercado americano em geral. A severidade e a rapidez do declínio experimentado por estes sectores têm sido extraordinárias.»

Não chores por mim, Argentina...

Com 124.000 milhões de dólares em dívidas, a Argentina dificilmente conseguirá a estabilização que pretende e necessita. Entretanto, para apaziguar a ira dos especuladores, chamou à direcção das Finanças nacionais o homem que, há 10 anos, conseguira estancar a corrida para o precipício da hiperinflação, Domingo Cavallo. Este, apressou-se a delinear um programa de novas medidas criadoras de receitas e de estabilidade - reconheça-se. Assim, essas medidas são as seguintes: 1 - criação de uma taxa sobre todas as transacções financeiras realizadas no país; 2 - agravamento das taxas de importação em vigor para proteger a indústria nacional e os investimentos a ela dirigidos; 3 - elevação para 35% dos direitos alfandegários sobre artigos de consumo originários de países que não sejam membros do Mercosur; 4 - redução para zero de quaisquer tarifas incidentes sobre mercadorias duráveis necessárias à indústria nacional.

Estas medidas foram bem recebidas, mas delas já se ri a velha burguesia latifundiária, dos Bancos e de certos monopólios que prefere sair do país com todo o seu capital. Quem vai pagar os 124.000 milhões de dólares? O imperialismo, que também abandonará a Argentina à sua sorte em devido tempo, exigirá aquele dinheiro sem querer saber dos sacrifícios que serão pedidos ao povo argentino.

A Argentina vive de crise em crise. De angústia em angústia. De humilhação em humilhação. O seu povo, ferido no coração mas sem menos confiança no futuro, exigirá que a Pátria seja defendida, finalmente, e erga o rosto perante aqueles que a exploram e aviltam. A Pátria argentina está em lágrimas, sem dúvida. Mas os seus filhos acabarão por levantar a bandeira da luta e gritarão: «Não chores por mim, Argentina!» A hora da liberdade soará.



Um anúncio esclarecedor: «Vendo este carro por 100 dólares. Em dinheiro. Eu perdi tudo o que tinha no mercado de acções»...

O Japão faz frente ao Ocidente

Há três anos, asseverava-se que se o Nikkei (nível médio do valor do papel cotado na Bolsa de Tóquio) tombasse até aos 13.000 pontos os Bancos nipónicos abririam falência. Isto, porque a esmagadora maioria das empresas incorporadas no Nikkei pertencem aos Bancos. A falência daquelas era a falência destes. Mas, durante a crise actual o Nikkei já desceu a 12.000 pontos e chegou a tocar os 11.000 sem que nada acontecesse. Indubitavelmente, a situação parece gravíssima. Todo o mundo está com os olhos na capital do País do Sol Nascente...

O primeiro-ministro, Yoshiro Mori, meteu-se no avião. Foi falar com o chefe da pirataria financeira mundial e ter-lhe-ia dito qualquer coisa como isto: «Se os

Bancos e os especuladores americanos especializados em derivativos não cessarem as suas operações contra as empresas japonesas em todas as Bolsas onde estejam cotadas, começaremos a vender os investimentos que possuímos no mundo ocidental, nas suas indústrias, nas suas actividades comerciais e bancárias, no sector da propriedade urbana, nos múltiplos negócios em que estamos envolvidos. Se tivermos de assim proceder, a conjuntura económico-financeira dos Estados Unidos e dos países europeus sofrerá.»

No fim da reunião, os comunicados distribuídos salientavam que a atmosfera fora cordial e franca e que os interesses vitais de ambas as partes tinham sido levados em conta.



O Governador do Banco do Japão, Masaru Hayami, e o primeiro-ministro, Yoshiro Mori

Comunicações

• Francisco Silva

Falar de teletrabalho evoca sempre interesses de diferentes tons, tanto por parte dos trabalhadores como do lado dos empregadores. E, não raro, a expressão social e pública da contradição de tais interesses pode mesmo ultrapassar os limites de lutas surdas. Contudo, penso que tais conflitos só não são já mais evidentes porque a amplitude da sua prática, do teletrabalho, a sua penetração no tecido económico, ainda é relativamente modesta nos dias de hoje.

(Teletrabalho, entendo-o como o trabalho executado a partir de um terminal; através dele, o teletrabalhador entra em (tele)comunicação com os outros participantes - os interlocutores podendo também ser máquinas - no mesmo processo produtivo: processo *online*, como, por exemplo, no caso dos sistemas de passagens aéreas; processo *offline*, como, por exemplo, o do texto que estou a escrever, este uma vez concluído, «ligo-me» - meto-me *online* - e envio-o sob a forma de ficheiro digital, via *e-mail*, para o local (*) onde será utilizado para publicação.

Os terminais utilizados no teletrabalho são, em princípio, computadores pessoais; mas também podem ser terminais os telefones ou os aparelhos de fax... contudo, o teletrabalho é sobretudo considerado como um processo para qual a comunicação mediada por computador constitui o seu instrumento estruturador.

Finalmente, no teletrabalho o posto de trabalho pode ser



Teletrabalho

localizado em qualquer lugar. O que significa poder o trabalho ser feito em casa do trabalhador e não nos escritórios da empresa, mas também significa que o trabalho pode ser executado noutra região, noutra país ou mesmo noutra continente; o que equivale ainda ao teletrabalho constituir, portanto, um instrumento privilegiado para a intensificação do processo de deslocalização Norte-Sul.)

Do lado dos trabalhadores, e em particular dos seus sindicatos, então, está a desconfiança face às perspectivas do teletrabalho, que pode atingir intensidades muito elevadas. Com efeito, o teletrabalho aparece como um instrumento privilegiado para o desfazer das concentrações dos trabalhadores nos locais onde as empresas desenvolvem as suas actividades. E separados, afastados uns dos outros, os trabalhadores ficam numa situação mais fragilizada, mais à mercê do patronato, mais afastados do Sindicato, ficam menos capazes de lutar pelos seus direitos.

Do lado dos empregadores, também os receios não são negligenciáveis. Para além da sua inércia, do seu conservadorismo, é a preocupação de não poderem controlar os trabalhadores que passam, com o teletrabalho, a estar longe da vista. Os trabalhadores já não podem ser controlados à maneira clássica das organizações em pirâmide fortemente hierarquizadas, através das suas legiões de capatazes, chefes de secção, chefes de divisão, directores, etc., etc.

Tinha ido eu também por um caminho argumentativo análogo a este num debate sobre «as novas tecnologias e o trabalho», no qual me tinha cabido introduzir - quando na «mesa» dividimos as tarefas e por minha sugestão - o «tele-

trabalho». Da «mesa» a generalidade das «introduções» a sistematicamente não explicitarem o suficiente o papel das novas tecnologias nos processos de produção de bens tangíveis. O pão, a comida, o vestuário, a loiça, as gravatas de seda, sei lá. Hoje vejo-o com clareza. Terminadas as «introduções» e aberto o debate, um dos participantes disparou, E quem é que faz as belas gravatas de seda que usam os que tais coisas nos dizem, até parece que vocês vivem num mundo irreal!

Pois é. O teletrabalho, hoje por hoje, serve para a produção de bens e serviços intangíveis. Intangíveis no sentido em que actuam através de uma materialidade que não se pode apalpar: a dos ficheiros electrónicos e das ondas electromagnéticas. Descodificados podem ser olhados e ouvidos, mas não tacteados. E, por isso, parecem imateriais. E nós não comemos com os olhos. O que não tira não constituir a produção de bens e serviços não tangíveis - por exemplo, o *design* de uma gravata de seda - uma parte muito importante dos postos de trabalho e até daqueles de onde se pode extrair mais-valias mais elevadas. E estes processos produtivos são os mais dados a serem teletrabalhados, não é?

Por isso, não se deve fazer como a avestruz e usar como método de luta o ignorar a realidade. Antes pelo contrário, jogar na antecipação é com certeza muito mais eficaz para a defesa dos interesses dos trabalhadores.

(*) No caso vertente, para a redacção do *Avante!*

Pontos Naturais

• Mário Castrim

Abril, hoje

Viva!

Viva
altivo!

Viva
festivo!

Viva
Activo!

Viva vivo!

Madrugada

Este dia.
A largada desperta
para a alegria
da descoberta.

A largada
certa
na madrugada
aberta.

A madrugada
acordada
na noite fria
e triste

e que não desiste
de vir a ser dia.

Metáfora

A planície de tarde
arde
ao sol.

No meio dela, só
uma árvore. Mil perigos
a ameaçam. Amigos
correi a defendê-la!
O que seremos nós, sem ela
na planície que arde
à fogueira da tarde?

Esperança

Sossega, coração.

Jamais
um sonho foi em vão.
Há sempre um cais
à sua espera
só que às vezes a flor
da Primavera
se atrasa com o sabor
dos frutos que sonhamos.
Cheios deles os ramos
ainda estão.

Sossega, coração.

Desafio

Aos amantes do roubo e do segredo
o dia de hoje ainda mete medo.

As folhas amarelas do Outono
o dia de hoje ainda tira o sono

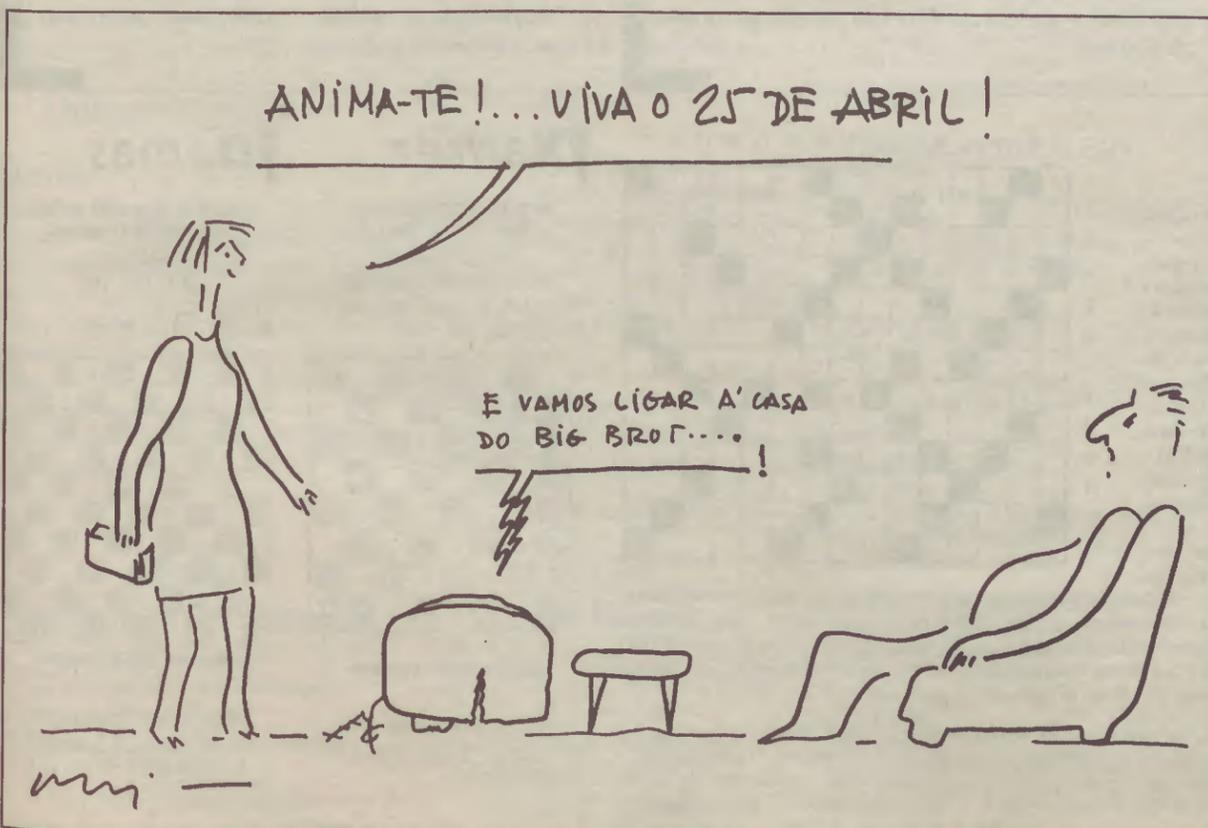
Aos fantasmas que estão em cada canto
o dia de hoje ainda causa espanto.

Ao senhor do dinheiro em que se enleia
o dia de hoje, enfim, ainda chateia.

O dia de hoje ri desses rapazes:
- Vá, tirem-me daqui se são capazes...

Cartoon

• Monginho



Literatura

• Urbano Tavares Rodrigues

Carlos Coutinho afirma-se, com orgulho, neo-realista, contra as correntes estéticas dominantes. E tem, de facto, do neo-realismo as dominantes preocupações sociais e a leitura da história como luta de classes, a esperança ou, mais precisamente, a certeza dos ritmos de mudança que trarão a derrocada do capitalismo global e farão surgir uma nova sociedade democrática e socialista que mal podemos ainda prever.

Mas neste seu livro, *Os Duros Dias*, as estratégias narrativas não são neo-realistas, como é natural. O neo-realismo cumpriu o seu ciclo histórico, legando-nos algumas obras-primas literárias e muito de esforçado, de genuíno, certos romances notáveis de análise dialéctica da realidade portuguesa e outras também de romantismo revolucionário. Cada autor é um universo. As escolas são apenas projectos comuns, que uns cumprem mais do que outros, e os maiores escritores tendem sempre a ser eles próprios, a sua arte, mesmo quando servem ideias e sonhos colectivos.

tinho decorreu em grande parte entre o jornalismo de combate e tarefas de resistência, algumas delas heróicas, como a do afundamento do Cunene, em circunstâncias de grande risco, na linha da frente da Acção Revolucionária Armada. É evidente que todas essas vivências e os muitos sofrimentos e frustrações que lhe sucederam ressoam nas suas peças de teatro e na sua prosa de ficção. Em boa hora, direi eu. Sem essa experiência não poderia Carlos Coutinho ter escrito as páginas destes contos, tal como não os teria escrito se lhe faltassem, a par da autenticidade, os dons de expressão, a poderosa capacidade comunicativa, uma crueza viril, por vezes sarcástica, que anima as cenas do tribunal, dos cafés, das redacções e das tipografias, dos bairros da pobreza, ou as angústias do soldado e do aspirante miliciano.

O repórter e o antifascista estão sempre presentes ao longo de *Os Dias Duros*. As contingências da verdade ou as deformações que ela sofre na passagem do acontecimento à notícia, a informação deformada, constituem o tema da primeira narrativa, onde, de certo modo, se fundem jornalismo e literatura. Da amargura do jornalista, transportada, como linha de força do entrecho, para a invenção literária, brota a massa sangrenta e pisada da vida.

Pertencendo a uma outra família literária, mais

Pontos Cardeais

Enganos

Final, a informação de que a pequena avioneta norte-americana que sobrevoava a fronteira do Peru transportava droga foi fornecida às autoridades peruanas pelas autoridades... norte-americanas. Segundo denunciaram estas últimas, a razão por que os seus caças interceptaram o pequeno aparelho (que transportava, afinal, uma missionária norte-americana e o seu bebé, que acabaram vítimas do «engano») deveu-se à informação recebida dos EUA, enquanto estes, admitindo o fornecimento da informação, ripostam que a decisão de abater o aparelho coube aos peruanos e só a eles. No meio deste imbróglio a cooperação EUA/Peru no combate ao narcotráfico ficou suspensa, dois inocentes foram abatidos e... a droga continua calmamente a circular porque – e aí não há enganos – os grandes interesses que movimenta estão escorados bem alto, nas próprias administrações governamentais. Basta lembrarmos do que Reagan fez no escândalo Irangate, onde se serviu do dinheiro do narcotráfico para subsidiar as suas campanhas de terrorismo imperial.

Mentiras

Foi chocante, o que se viu na III Cimeira das Américas realizada no Canadá com o concurso de todos os chefes de Estado e de governo do continente americano (à excepção de Cuba, pois claro, sempre excluída por não ser «democrática»). Pois, muito democraticamente, estes senhores reuniram-se em alto luxo no Canadá protegidos por sucessivas cargas policiais contra os milhares de manifestantes que, vindos de vários pontos do continente americano, protestavam contra mais este reforço da globalização capitalista (o que estava em causa,

nesta cimeira, era a criação de uma futura Área de Livre Comércio das Américas – ALCA, mais um instrumento para os mais ricos acentuarem ainda mais a exploração dos mais pobres).

É chocante porque, no contraste entre a violência policial e o olímpico desprezo com que estes senhores normalizadas a fato e gravata entravam no seu santuário para «deliberar» sobre a vida de 800 milhões de pessoas, via-se claramente o que representavam estes últimos.

Representavam os grandes capitalistas que, para obterem mais este avanço na exploração desenfreada dos povos, se limitaram a mandar os seus engravata-dos criados ao Canadá.

Alternâncias

O ex-ministro Jorge Coelho afirmou ir remeter-se ao silêncio para falar pelos cotovelos. Ele são artigos nos jornais, ele são discursos a torto e a direito, enfim, o homem faz tudo, menos calar-se. Aliás, outra coisa não podia ser em alguém que tem opiniões sobre tudo, embora nada diga sobre coisa alguma.

Pois a última que «disse» foi que o País precisava de «alternância», «lamentando» de seguida que «o principal partido de oposição» não se apresente como «alternativa credível».

Dá vontade de rir tanta empáfia com o jogo à vista. Acusando o PSD de «falta de credibilidade» supõe Coelho que transfere essa credibilidade para o seu próprio partido, num miraculosos efeito de vasos comunicantes.

E dá vontade de perguntar ao outrora revolucionário Jorge Coelho onde é que ele vê «alternância» entre os governos do PS e do PSD. Para se alternar, é preciso haver diferenças. Mas... onde é que estão essas diferenças?

Tanta alternância ainda acaba em... política de alterne.

Os Duros Dias

regresso de Carlos Coutinho à ficção



O Carlos Coutinho, ia dizendo, apresenta até neste conjunto de três contos processos narrativos bem modernos, particularmente na consciência e na utilização dos tempos (presente e passado) e na apreensão da vida interior, quer nessa curta narrativa, que é um murro no estômago, «A Acareação», quer em «As Urgentes Recordações de João José da Silveira Rodrigues», onde aliás a crítica aos preconceitos e egoísmos da pequena burguesia rural se equilibra com a bem conseguida visitação dos comportamentos neuróticos e das suas causas sociais, bem como dos traumas dos que fizeram e sofreram a guerra colonial.

O que singulariza Carlos Coutinho esteticamente é uma certa rudeza, ligada ao que nele se quer popular e militante.

Os Duros Dias é uma obra muito forte e saudável, mesmo quando nela escabujam a raiva e a indignação. Nada tem de lição decorada ou de texto de encomenda. O que acontece, isso sim, é que a vida de Carlos Cou-

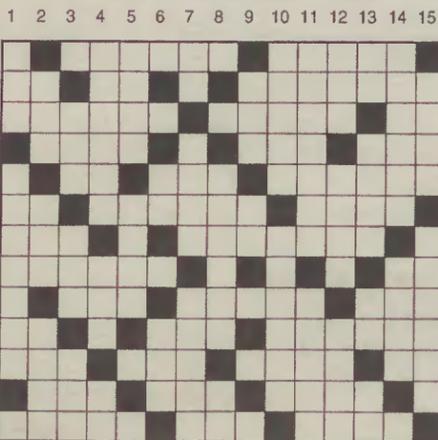
próxima da poesia e do ensaio, até pela minha formação, mas partilhando com ele vivências e sentimentos profundos, sempre gostei do que escreve o Carlos Coutinho. Porque ele possui o seu talento próprio, afeiçoado pela existência e pela cultura que teve. E, sendo a arte literária simulação, até da própria verdade, há contudo nas suas ficções uma poderosa veemência, uma sinceridade na própria invenção. Por isso uns não-de provavelmente detestar e outros não-de amar o que ele escreve. Oriundo embora do Norte, às vezes parece um sobreiro alentejano. E, no meio disso tudo, surge também subtilidade, perspicácia. Descobre-se um escritor apurado quando se atenta bem na montagem das histórias, no fabrico de certas personagens e situações.

Lendo o prefácio de *Os Dias Duros*, apetece dizer ao Carlos Coutinho que não seja tão modesto ou tão auto-irónico: estas prosas não são do século passado, são urgentes para hoje.

Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 – Invólucro das sementes de várias plantas; apupar. 2 – Nome da letra i (pl.); prep. designa diferentes relações, como posse, matéria, lugar, providência, etc.; diz-se de certa qualidade de trigo cuja farinha é muito alva. 3 – Órgão do sentido da audição e do equilíbrio; o salto do calçado; nome da letra grega que corresponde ao P latino. 4 – Lugar destinado a torneios; claridade produzida por qualquer fonte luminosa, por qualquer substância em ignição; instrumento para encurar as calhas das linhas férreas. 5 – Pêlo de alguns animais, em especial do carneiro; prep. designativa de falta, exclusão, ausência, condição, excepção; mariola. 6 – O espaço aéreo; olvides; indicação de época, ano, mês ou dia em que se deu ou vem a dar-se um facto. 7 – Anuência; repetição sistemática da mesma palavra no princípio de diferentes frases ou de membros da mesma frase. 8 – Argila misturada com areia e pedras; pedra de amolar. 9 – Escudeiro; Zero; maior. 10 – Comiseração; voz do gato; voz do boi e dos bovídeos, em geral. 11 – Camareira; sozinhos; praça pública, na antiga Roma; aquelas. 12 – Grande quantidade; mulher que cria criança alheia; instrumento de aço com asperes para desbastar, cortar ou polir metais e objectos duros. 13 – Casa muito grande; insignificância; fruto da romãzeira.

VERTICAIS: 1 – Cordel delgado; movimento dos pés para andar. 2 – Ponto cardeal oposto ao norte; espécie de albufeira; tontura. 3 – Mesquinho; gema (gir.); contr. da prep. a com o art. def. o (pl); 4 – Soma; duas vezes; batráquio anfíbio, anuro, da família dos ranídeos. 5 – Substância filamentososa segregada pela larva do sirgo (bicho-da-seda); parede. 6 – Sétima nota musical; triture. 7 – Lítio (s.q.); nome da sexta-feira do alfabeto grego, correspondente a z; cisão religiosa, política ou literária. 8 – Trabalho manual; avenida (abrev.). 9 – Nome vulgar do óxido de cálcio; apelido. 10 – Referente a bois, vacas e novilhos; formalina, preparado desinfectante. 11 – Tornado anão; fugir alucinadamente. 12 – Caminhado; cais; rebento ou botão de planta. 13 – Grito aflitivo; a fêmea do gato; terceira nota musical; antes do meio-dia (abrev.). 14 – Surripia; forma passadeira e facilmente mutável de se comportar e sobretudo de se vestir ou pentear. 15 – Planta da família das algas; impermeável.



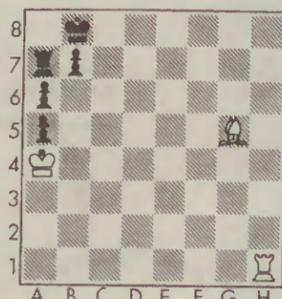
SOLUÇÃO:
 HORIZONTAIS: 1 - Invólucro das sementes de várias plantas; apupar. 2 - Nome da letra i (pl.); prep. designa diferentes relações, como posse, matéria, lugar, providência, etc.; diz-se de certa qualidade de trigo cuja farinha é muito alva. 3 - Órgão do sentido da audição e do equilíbrio; o salto do calçado; nome da letra grega que corresponde ao P latino. 4 - Lugar destinado a torneios; claridade produzida por qualquer fonte luminosa, por qualquer substância em ignição; instrumento para encurar as calhas das linhas férreas. 5 - Pêlo de alguns animais, em especial do carneiro; prep. designativa de falta, exclusão, ausência, condição, excepção; mariola. 6 - O espaço aéreo; olvides; indicação de época, ano, mês ou dia em que se deu ou vem a dar-se um facto. 7 - Anuência; repetição sistemática da mesma palavra no princípio de diferentes frases ou de membros da mesma frase. 8 - Argila misturada com areia e pedras; pedra de amolar. 9 - Escudeiro; Zero; maior. 10 - Comiseração; voz do gato; voz do boi e dos bovídeos, em geral. 11 - Camareira; sozinhos; praça pública, na antiga Roma; aquelas. 12 - Grande quantidade; mulher que cria criança alheia; instrumento de aço com asperes para desbastar, cortar ou polir metais e objectos duros. 13 - Casa muito grande; insignificância; fruto da romãzeira.

VERTICAIS: 1 - Cordel delgado; movimento dos pés para andar. 2 - Ponto cardeal oposto ao norte; espécie de albufeira; tontura. 3 - Mesquinho; gema (gir.); contr. da prep. a com o art. def. o (pl); 4 - Soma; duas vezes; batráquio anfíbio, anuro, da família dos ranídeos. 5 - Substância filamentososa segregada pela larva do sirgo (bicho-da-seda); parede. 6 - Sétima nota musical; triture. 7 - Lítio (s.q.); nome da sexta-feira do alfabeto grego, correspondente a z; cisão religiosa, política ou literária. 8 - Trabalho manual; avenida (abrev.). 9 - Nome vulgar do óxido de cálcio; apelido. 10 - Referente a bois, vacas e novilhos; formalina, preparado desinfectante. 11 - Tornado anão; fugir alucinadamente. 12 - Caminhado; cais; rebento ou botão de planta. 13 - Grito aflitivo; a fêmea do gato; terceira nota musical; antes do meio-dia (abrev.). 14 - Surripia; forma passadeira e facilmente mutável de se comportar e sobretudo de se vestir ou pentear. 15 - Planta da família das algas; impermeável.

Xadrez

DCCXCVII - 25 DE ABRIL DE 2001
 PROPOSIÇÃO N.º 2001X15

Por: T. Gorghiev
 Recomendado «Pravda», 1928
 Pr.: [5]: Ps. a5, a6, b7 - Ta7 - Rb8
 Rb6; [3]: Bg5 - Th1 - Ra4



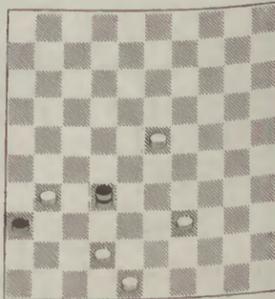
Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 2001X15 [T.G.]
 1. Th8+, Rg7; 2. Bb8+, Rg6; 3. Bb9, Rb6; 4. Tg8 e g.

Damas

DCCXCVII - 25 DE ABRIL DE 2001
 PROPOSIÇÃO N.º 2001D15

Por: Isidore Weiss
 [F.] - 1867-1936
 Pr.: [2]: (32)-36
 Br.: [5]: 23-31-39-42-48



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 2001D15 [L.W.]
 1. 39-33!, (32x19...5); 2. 33-28, 5x21;
 3. 42-37, (21x42); 4. 48x37 e g.; 1...
 (36-27); 2. 33-28 e g.

25 de Abril

Iniciativas comemorativas

Em AVEIRO

– Aveiro – Almoço no dia 25, às 13h, no Rest. «O Cagaréu», com a presença de **Domingos Abrantes**.

– Espinho – Romagem ao Monumento ao 25 de Abril (dia 25, 11h30), Concerto pelo Coral da Faculdade de Letras (Esc. Domingos Capela, dia 25, 12h), Almoço (Esc. Domingos Capela, 12h30).

– Estarreja – Almoço no Rest. «Marisqueira Tropical», com **Américo Costa** (dia 25, 13h).

Em LISBOA

Almoço promovido pelas organizações do PCP das freguesias de Alvalade, Campo Grande, Fátima, S. João Brito, S. João Deus, S. Sebastião: no «Imperador dos Frangos», Feira Popular de Lisboa, dia 29 às 12h30.

Em CALDAS DA RAINHA

Almoço promovido pela CDU no restaurante «A Ribatejana», com a participação do Cap. Manuel Mata, «capitão de Abril»: dia 25, às 13h.

Em COIMBRA

Confraternização Abrilista – um espaço de convívio promovido pela CDU Coimbra, com **Histórias de Abril** apresentadas por **João Curto** e contadas por **Alberto Vilaça, Aurélio Santos, Carlos Fraião, Fernando Taborde, Manuel Lousã Henriques** e quem mais as queira contar; com **A Cantiga é uma Arma** (com **Zé Maria e Mena**) e intervenção de **Jorge Gouveia Monteiro**, candidato CDU à CM. Na Cantina B e Jardim da Assoc. Académica, dia 25, a partir das 15h30.

1.º de Maio

Almoço-convívio promovido pelo Sector Intelectual de Lisboa Rest. «Os Ferreiras» (R. S. Lázaro, 150) (Inscrições até dia 27 de Abril no CT Vitória, tel. 213307000)

Excursões a Baleizão de homenagem a Catarina Eufémia

20 de Maio

– promovida pela Comissão de **Freguesia de Amora** do PCP (Custo: 2.200\$00. Inscrições no CT de Amora)
– promovida pela Comissão de **Freguesia da Ajuda** (Inscrições: CT da Ajuda, tel. 213645566, CT Vitória, CT Alcântara)

Comemorações do 25 de Abril e do 1.º Maio

poesia com o grupo «Vozes da Rua», seguido de música com as bandas «100 Control» (Grândola); Cliftons (Alvalade do Sado); E.M.U.D.ª (St.º André); Devaneio (Santiago do Cacém); Snail (Grândola); Cúmplices (Sines) e LSD (Grândola).

Seixal

Torneio concelho de Futebol de Salão, no ringue do Foguetreiro. Inicia no fim-de-semana de 27 e 28 de Abril e termina no de 5 e 6 de Maio. Prazo de inscrição até 26 de Abril, no C.T. do PCP no Seixal.

Sintra

Sábado, 28, no C.T. de Algueirão às 21h00 - sessão «Poesia e Copos».

Rio de Mouro

2, 3 e 4 de Maio
O Colectivo da Escola Secundária Leal Câmara promove um conjunto de actividades de que se destaca: **exibição de um filme** sobre a Revolução de Abril em conjunto com uma **exposição**; um dia sobre **literatura** de escritores revolucionários; um dia sobre **música** revolucionária.

Peniche

Sábado, 28, às 21h30, no C.T. do PCP. Conversando com **Ruben de Carvalho** - «Música Revolucionária».



Braga

Sábado, 28, no bar «Deslize» Debate subordinado ao lema «Conversas com Memória», com a presença de **António Lopes** e **José Vitoriano**.

OR Litoral Alentejano

Sábado, 28, em Grândola
Iniciativa regional - «Sons da Revolução» - de que consta: às 19h00 - jantar no Centro de Trabalho do PCP; às 21h30 - no Jardim 1.º de Maio (junto ao Complexo Desportivo José Afonso), um momento de

Outras actividades

Sintra

Sábado, 28, no Centro de Trabalho do Algueirão: às 15h00 - **Reunião concelho**, alargada a todos os militantes, com a seguinte O.T.: Balanço e discussão da actividade realizada e da organização; discussão do plano de trabalho para os próximos meses; às 19h00 - **Debate**, no âmbito das comemorações do 80.º aniversário do PCP sobre a História do Partido desde a sua fundação aos anos 70.

Férias em Palma de Maiorca

com viagem à volta da Ilha, 8 dias - 17 a 24 de Julho. Pensão completa. Promovido pela **Comissão Concelhia de Almada do PCP** onde estão abertas inscrições (Cam. Artur Cabrita, tel. 212752777)

Férias em Ibiza

com viagem à volta da Ilha 8 dias - 17 a 24 de Julho. Pensão completa. Promovido pela **Comissão de Freguesia da Penha de França do PCP** (Inscrições e informações: Cam. Ivone Lima, tel. 218138119)

PCP 1921 • 2001



80 ANOS
a fazer história
a construir futuro

SEIXAL

- Exposição comemorativa na Sociedade Filarmónica União Seixalense Dias 27, 28 e 29 de Abril (Inauguração dia 27 às 18h)
- «Conversas sobre a clandestinidade», com **José Vitoriano**, dia 27, às 21h, no mesmo local

SANTA MARIA DA FEIRA

Festa-convívio no Centro de Trabalho do PCP: dia 25, às 13

ÁGUEDA

Almoço comemorativo no Rest. «Pôr do Sol», em Óis da Ribeira, com **Aurélio Santos**: dia 25, às 13h

Plenários e outras reuniões da Organização do PCP

AVINTES

Plenário de militantes da **Freguesia de Avintes** sobre a próxima Assembleia Concelhia e outras questões da Organização e eleições autárquicas: dia 28, às 21h, na Junta de Freguesia.

LISBOA

Reuniões preparatórias da VI Ass. da Organização do Sector Público da ORL: das células dos CTT e SNTCT; da EDP; das células da PT e SINTTAV - todas no CT Vitória, dia 3, às 18h.
Plenário de militantes da **Freguesia da Pena** sobre as eleições autárquicas: dia 26 às 18h30, no CT Vitória.
Plenário de militantes da **Freguesia do Sacramento** sobre as eleições autárquicas: dia 2 de Maio, às 19h30, na Junta de Freguesia.

MATOSINHOS

Reunião de militantes da freguesia de **Senhora da Hora**: sábado, 28, 15h30, CT Matosinhos.

MOITA

Plenário da célula dos **trabalhadores da Câmara**: dia 26, 17h, com a presença de **Valdemar Santos**.

OEIRAS

Plenário da **Comissão Concelhia** com a participação da camarada **Rosa Rabiais**: dia 30 às 21h, no CT de Algés.
Plenário de militantes da freguesia de **Algés**, com a participação de **Clarinda Nogueira**: dia 28, às 15h30, no CT de Algés.
Plenário de militantes da freguesia de **Queijas**, com a participação de **Leonor barão**: dia 28, às 15h30, no CT de Queijas.

OLIVEIRA DE AZEMÉIS

Convívio promovido pela Comissão Concelhia, com entrega dos novos cartões do Partido: dia 30, às 21h30, no CT, com a presença de **João Frazão**.

SEIXAL

Célula dos **trabalhadores da Câmara** - Reunião do núcleo de Ambiente e Fiscalização: dia 27, 17h30, no CT. Plenário de militantes de **Arrentela**, com **Virgílio Azevedo**: dia 28, às 15h, no CT local.

BOELHE

Encontro-debate com os **trabalhadores da Zona das Pedreiras** (Rio Moínhos, Duas Igrejas, Perozelo, Vila Cova, Luzim, Paço de Sousa, Oldrões, Cabeça Santa, Abragão, Lagares, Fonte Arcada, Valpedre e Boelhe) na Junta de Freguesia de Boelhe com a participação de **Jerónimo de Sousa**: Dia 28, às 15h.

GLÓRIA DO RIBATEJO

Debate sobre «O papel do PCP na Construção do Portugal Democrático» na Casa do Povo de **Glória do Ribatejo**, com a participação de **Odete Santos**: Dia 28, às 21h.

LINDA-A-VELHA

Debate sobre o **Alqueva** na Academia Recreativa de Linda-a-Velha, com **Lino de Carvalho** e **Arménio Carlos**: Dia 27, às 21h.

LISBOA

Debate sobre «Os comunistas e a nacionalização da Banca» com a participação de **Domingos Abrantes**: No CT Vitória, dia 26, às 17h30.

S. JOÃO DA MADEIRA

Debate com **José Casanova** sobre «O que é ser comunista hoje»: No CT do PCP, dia 28, às 16h.

OLHÃO

Visita de trabalho de **Ilda Figueiredo** sobre a revisão da «Política Comum de Pescas» e suas consequências na pesca nacional: dias 26 e 27 com **Ilda Figueiredo**.



CDU

apresenta candidatos

FERREIRA DO ALENTEJO

Sessão pública de apresentação do candidato da CDU à presidência da Câmara Municipal, **Dr. José Damas**

Dia 28, às 12h30, no Salão dos Bombeiros Voluntários, com a participação de **Jorge Cordeiro**

REDONDO

Apresentação do cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal. Convívio.

Dia 28, às 17h, na Casa do Povo, com a participação de **Jorge Cordeiro**

BORBA

Apresentação dos cabeças de lista da CDU à Câmara Municipal e Assembleia Municipal. Almoço-convívio.

Dia 29, às 13h, nos Bombeiros Voluntários, com a participação de **José Soeiro**

BAIÃO

Apresentação dos cabeças de lista da CDU à Câmara Municipal e Assembleia Municipal. Jantar de apoiantes.

Dia 28, às 20h, no restaurante «O Cruzeiro» com a participação de **Ilda Figueiredo**

VIZELA

Encontro de apoiantes da CDU com apresentação pública dos cabeças de lista da CDU à CM e AM e Assembleias de Freguesia do concelho

Dia 29, às 9h30

com a participação de **António Lopes**

PORTO

Freguesia de **Senhora da Hora** Apresentação do cabeça de lista da CDU à Assembleia de Freguesia

Dia 28, às 11h

GRÂNDOLA

Encontro concelho da CDU

Dia 27, às 20h30

na S.M.F.O.G.

(Fraternidade Operária).

ALMADA

Plenário de activistas de **Sobreda e Vale Figueira**

Dia 29, às 15h, na Com. de Moradores de Vale Figueira.

SALVATERRA DE MAGOS

Sessão de esclarecimento da CDU sobre a auto-estrada A13

e suas implicações em freguesias do concelho
Dia 30, às 21h, na Casa do Povo de **Glória do Ribatejo**.

SARILHOS PEQUENOS

Debate público sobre questões autárquicas com a participação de **João Almeida, Miguel Rodrigues** e **Valdemar Santos**

Dia 30, às 21h30, no CT do PCP.

OVAR

Encontro de activistas da CDU

Dia 27, às 21h30,

na Albergaria S. Cristóvão

com participação de **Pimenta Dias**.

SANTA IRIA DE AZÓIA

Forum CDU: «Debater o presente, construir o futuro»

Com a participação de **Ernesto Costa**, candidato da CDU,

Carlos Luz, Rosa Rabiais, Carlos Pinto

Gomes

Dia 28 às 15h, na Soc.

Recr. Musical 1.º de Agosto.

ATVer

Os Marginais
«voltaram» à programação da RTP dois meses depois, mas enfim: um Coppola é sempre um Coppola

Os Marginais

(Sexta-feira, 27 de Abril, RTP-1)

Em meados de Fevereiro, a RTP-2 programou este **Os Marginais**, de **Francis Ford Coppola**. Não se percebe por que, dois meses e meio depois, a RTP-1 repete o filme. Será que não falam uns com os outros, lá pela RTP? Entretanto, um Coppola é sempre um Coppola e este **Os Marginais**, não sendo das obras emblemáticas do mestre, merece, obviamente, a sua atenção. E atenção também ao belo naipe de actores, hoje de créditos firmados, que Coppola aqui «lançou»: Matt Dillon, Tom Cruise, Patrick Swayze, Rob Lowe, Diane Lane, C. Thomas Howell...

Lágrimas e Suspiros

(Sexta-feira, 27 de Abril, RTP-2)

Prosseguindo uma (aparente) retrospectiva da obra de **Ingmar Bergman**, a RTP-2 serve-nos, **Lágrimas e Suspiros**, datado de 1972 e correspondendo já à última fase da obra do realizador. Neste filme, tudo se desenrola no interior de uma bela casa onde imperam os tons vermelhos, albergando quatro mulheres – três irmãs e uma criada – que se entregam aos seus fantasmas, traumas e recordações no quadro da morte eminente que paira na casa, dado que uma delas está moribunda, sob os cuidados das outras três. Um filme perturbador e poderoso, reflectindo sobre a vida na perspectiva da morte encarada na sua terrível inevitabilidade.

A Vingança do Homem Chamado Cavallo

(Sábado, 28 de Abril, RTP-1)

A Vingança do Homem Chamado Cavallo é a sequência de um grande êxito chamado, precisamente, «Um Homem Chamado Cavallo»,



argumento) da célebre *Madame Bovary*, de Gustav Flaubert. Ema, uma jovem de ricas famílias durienses, envolve-se com três homens numa constante busca de paixões e acaba misteriosamente afogada no rio Douro, tudo contado com uma beleza plástica fulgurante. Elenco onde se destacam **Leonor Silveira**, **Luís Miguel Cintra** (quase um actor *fétiche* de Oliveira), **Rui de Carvalho**, **Diogo Dória** e **João Perry**.

Fronteira do Silêncio

(Sábado, 28 de Abril, TVI)

Eis mais um filme que, regularmente, é incluído na programação, como se os operadores televisivos deste país não tivessem mais filmes para apresentar. A história está bem contada e é interessante: uma criança entra num processo de autismo após a morte do pai e religa-se finalmente à vida graças à tenacidade da mãe (**Kathleen Turner**, segura, como de costume) e de um psicólogo infantil (**Tommy Lee Jones**). O conflito alimenta-se da divergência de opiniões entre os dois adultos sobre os métodos a utilizar para ajudar a criança, vencendo (algo hollywoodescamente) a «intuição» da mãe.

Dash e Lilly

(Domingo, 29 de Abril, RTP-2)

Este telefilme propõe-se contar a história do romance amoroso entre o escritor policial **Dashiell Hammett** e a dramaturga e romancista **Lillian Hellman**, perseguidos violentamente pelo criptofascismo que se instalou neste período nos EUA sob a batuta de **Edgar Hoover** e do senador **McCarthy**. A confirmar.

Impacto Profundo

(Domingo, 29 de Abril, SIC)

Mais uma repetição ultra-repetida na programação televisiva. O filme é do género «catástrofe» agora vinda do espaço (um cometa está em rota de colisão com a Terra), os efeitos especiais são o sustentáculo do filme e só é pena que talentos como os de **Robert Duvall**, **Vanessa Redgrave** ou **Morgan Freeman** se desperdicem nesta propaganda grosseira aos EUA «salvadores do mundo». É preciso ganhar a vida, né?

Tudo em família

(Terça-feira, 1 de Maio, RTP-1)

Aqui está de novo **Robert Duvall**, mas agora numa história que promete: o drama de um branco do sul dos EUA que, confrontado com a existência de um meio-irmão negro, se vê igualmente confrontado com os seus preconceitos racistas.

Vale Abraão, um drama romântico filmado com fulgor por **Manoel de Oliveira** nas esplendorosas paisagens do vale do Douro



Vale Abraão

(Sábado, 28 de Abril, RTP-2)

Vale Abraão é um belo filme de **Manoel de Oliveira** realizado em 1993 e filmado nas esplendorosas paisagens do vale do Douro, narrando uma versão moderna e à **Agustina Bessa-Luis** (a autora do romance que deu origem ao

Quinta, 26

▼ RTP1

07.00 Infantil/Juvenil
10.00 Praça da Alegria
12.25 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Ciclismo: CP. Mitsubishi
15.30 Vidas Cruzadas
16.30 Ramona
17.35 Quem Quer Ser Milionário?
18.00 Quebra Cabeças
18.30 Ajuste de Contas
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Moda Lisboa
21.15 Quem Quer Ser Milionário?
21.45 Elsa, Uma Mulher Assim
22.15 Grande Informação
23.30 Bull
24.30 Ciclismo (Resumo)
24.45 24 Horas
01.15 «Epidemia» (de Lars Von Trier, Dinamarca/1987, com Lars Von Trier, Niels Vørsel, Udo Kier. Ensaio)

▼ RTP2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
12.10 Euronews
12.20 Boletim Agrário
13.00 Loja do Cidadão
14.00 A Europa das Ilhas: Ilha Reunião
15.00 Por Outro Lado
16.00 Euronews
16.30 Informação Gestual
17.40 Espaço Infantil
18.30 Informação Religiosa
19.00 Andamentos IV
19.30 Atlantis Uncovered
20.10 Viver no Campo
20.40 2010
21.50 RTP Economia



«A Europa das Ilhas» Programa que dá a conhecer as belas ilhas da Europa

22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Artigo 37
00.30 «Abril» (de Nanni Moretti, Itália/1998, com Nanni Moretti, Silvio Orlando, Silvia Nono. Ensaio)

▼ SIC

08.00 Buêrére
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 A Próxima Vítima
15.30 A Viagem
16.40 Malhação
17.40 Um Anjo Caiu do Céu
19.00 O Cravo e a Rosa
20.00 Jornal da Noite
21.00 A Minha Família é uma Animação
22.00 Ganância/Porto dos Milagres
23.30 Noites Marcianas
02.00 Noites Longas
04.00 Portugal Radical

▼ TVI

08.30 Animação
09.50 Tic Tac Milionário
11.30 Big Brother II
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Brother II Extra
14.30 Chiquititas
15.30 Batatoon
17.10 Big Brother
19.00 Olho Vídeo
20.00 Jornal Nacional
21.00 Olhos de Água
22.00 Big Brother
23.05 A Bola é Nossa
24.50 Última Edição
01.40 Doido Por Ti
02.10 O Vingador

Sexta, 27

▼ RTP1

07.00 Infantil/Juvenil
10.00 Praça da Alegria
12.25 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Emoções Fortes
15.30 Vidas Cruzadas
16.30 Ramona
17.35 Quem Quer Ser Milionário?
18.00 Quebra Cabeças
18.30 Ajuste de Contas
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Moda Lisboa
21.15 Quem Quer Ser Milionário?
21.35 Top Filmes
22.05 Moda 21- II
22.30 Turnos de Risco
23.25 «Os Marginais» (de Francis Ford Coppola, EUA/1983, com C. Thomas Howell, Matt Dillon, Ralph Macchio. Ver Destaque)
01:00 Histórias da Noite
01.30 24 Horas
02.00 «Acessada» (de Carlo Gustaf, EUA/1996, com Shannon Whirry, Timothy Bottoms, Maud Adams. Policial)

▼ RTP2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
12.10 Euronews
12.20 Boletim de Pescas
13.00 Livres e Iguais
14.00 A Europa das Ilhas: Ilha Faraóe
15.00 Conversa Privada
16.00 Euronews
16.30 Informação Gestual
17.40 Espaço Infantil
18.30 Informação Religiosa



«A Europa das Ilhas» Programa que dá a conhecer as belas ilhas da Europa

19.25 Basquetebol
21.50 RTP Economia
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Dharma e Greg
23.50 A Outra Face da lua
01.30 «Lágrimas e Suspiros» (de Ingmar Bergman, Suécia/1972, com Harriet Andersson, Kari Sylwan, Ingrid Thulin. Ver Destaque)

▼ SIC

08.00 Buêrére
10.00 Sic 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 A Próxima Vítima
15.30 A Viagem
16.40 Malhação
17.40 Um Anjo Caiu do Céu
19.00 O Cravo e a Rosa
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 Ganância/Porto dos Milagres
23.30 Noites Marcianas
02.00 Jogo Limpo
04.00 Portugal Radical
04.30 Vibrações

▼ TVI

08.00 Animação
11.00 Tiro e Queda
11.30 Big Brother II
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Brother
14.45 Chiquititas
16.00 Batatoon
19.15 Big Brother
20.00 Jornal Nacional
21.45 Olhos de Água
22.45 Big Brother II
23.50 «Até Tu Apareceres» (de Scott Winant, EUA/1996, com Jeanne Tripplehorn, Dylan McDermott, Sarah Jessica Parker. Comédia Romântica)
01.50 Última Edição
02.40 «O Guardião do Desejo» (de Jason Holt, EUA/1995, com Lisa Petrucci, Douglas Michael, Mark Dutt. Comédia)
04.40 Doido por Ti
05.10 O Vingador



«Grande Informação» Programa com uma entrevista que dá origem a um debate

Sábado, 28

▼ RTP1

07.00 Infantil/Juvenil
11.55 Automobilismo: Grande Prémio de Espanha
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.15 Bandas Fabulosas
15.40 Sem Filtro
16.45 Hóquei em Patins: Benfica/Liceu Corunha
18.15 «Herói por uma Semana» (de Pino Amenta, EUA/1990, com Andrew Shepherd, Pat Evison, Max Phipps. Aventura)
20.00 Telejornal
21.05 Sábado à Noite
22.40 Alves dos Reis
23.35 Lei Marcial
24.30 24 Horas
24.50 Automobilismo: Grande Prémio de Espanha (Resumo)
02.00 Máquinas
02.35 «A Vingança do Homem Chamado Cavallo» (de Irvin Kershner, EUA/1976, com Richard Harris, Gale Sondergaard, Geoffrey Lewis. Ver Destaque)

▼ RTP2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
11.30 Automobilismo: TT Casa do Pessoal da RTP
12.00 Iniciativa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
17.15 Quem Sai aos Seus
17.45 «Vale Abraão» (de Manoel de Oliveira, Portugal/1993, com Leonor Silveira, Luís Miguel Cintra, Rui de Carvalho. Ver Destaque)
20.45 Horizontes da Memória
21.20 Bombordo
22.00 Jornal África
22.30 Jornal 2
23.00 O Lugar da História
24.30 Britcom («Office Gossip» «A Família Royle» «Meu Herói»)
02.00 «As Melhores Intenções» (de Bille August, Sué/Dina/1991, com Samuel Froler, Pernilla August, Max Von Sydow. Drama)
05.00 Prazeres

▼ SIC

07.00 Zip Zap
11.15 Dá-lhe Gás
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Malucos do Riso
14.30 «Regresso a Casa» (de DuWayne Dunham, EUA/1993, com Robert Hays, Kim Geist, Jean Smart. Aventura)
16.30 «Doutor Sarilhos» (de Michael Caton-Jones, EUA/1991, com Michael J. Fox, Julie Warner, Bridget Fonda. Comédia)
18.40 Mundo Vip
19.00 Cravo e a Rosa
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
23.00 Herman Sic
01.30 «Que Paródia de Férias: Perigo Americano na Europa» (de Amy Heckerling, EUA/1991, com Chevy Chase, Beverly d'Angelo, Jason Lively. Comédia)
03.30 Portugal Radical

▼ TVI

08.00 Animação
11.15 Top Rock
12.00 Big Brother II
13.00 TVI Jornal
13.45 Contra-Ataque
14.45 4ª a Fundo
15.00 Caras Lindas
17.00 «Génio Canino» (de Craig Shapiro, EUA/1998, com Thomas Gottschalk, Priscilla Presley, Shia Labeouf. Acção)
19.00 Big Brother II
20.00 Jornal Nacional
21.00 Super Pai
22.00 Olhos de Água
23.00 Bora Lá Marina
23.45 112
24.15 Lux
01.00 «No Limite da Lei» (de Paul Schneider, EUA/1993, com Melissa Gilbert, Mel Harris, Peter Onorati. Drama)
03.00 «Fronteira do Silêncio» (de Michael Lessac, EUA/1991, com Kathleen Turner, Tommy Lee Jones, Park Overall. Ver Destaque)
04.45 Os Alquimistas

Domingo, 29

▼ RTP 1



«Luís de Matos ao Vivo» Programa de magia com a participação dos melhores ilusionistas do mundo

- 07.00 Infantil/Juvenil
- 12.00 Jornal da tarde
- 12.50 Automobilismo: Grande Prémio de Espanha
- 14.55 Made In Portugal
- 16.10 JAG Em Nome da Justiça (Estreia)
- 16.55 Hóquei em Patins
- 18.50 Futebol: FC Porto-Sp. Braga
- 21.00 Telejornal
- 22.10 Alves dos Reis
- 23.05 O Rosto da Notícia
- 24.10 Domingo Desportivo
- 01.15 Automobilismo: Grande Prémio de Espanha
- 01.30 Magazine Liga dos Campeões
- 02.00 24 Horas
- 02.20 «A Vingança de Jack» (de Garth Maxwell, Nova Zelândia/1993, com Alexis Arquette, Sarah Smuts-Kennedy, Bruno Lawrence. *Terror*)

▼ RTP 2

- 07.00 Euronews
- 09.00 Caminhos
- 09.30 Novos Horizontes
- 10.00 70x7
- 10.30 Missa
- 11.15 Horizontes da Memória
- 11.45 As Novas Reservas Naturais
- 12.30 Palácio de Cristal
- 13.30 Quem Sai aos Seus
- 14.00 Desporto 2
- 18.30 Uma Gota para a Vida (Último)
- 19.30 Uma Mulher de Branco (Último)
- 20.30 Onda Curta («O Sábio», «Duelo», «Plympania», «Faded Roads», «Boney D», «Cinema Surpresa», de Bill Plympton. *Curtas Metragens*)
- 21.15 Simpsons-X (Estreia)
- 21.45 Artes e Letras - Jackson Pollock
- 22.30 Jornal 2
- 23.00 Travessa do Cotovelo
- 24.10 «Dash e Lilly» (de Kathy Bates, EUA/1999, com Sam Shepard, Judy Davis, Bebe Neuwirth. *Ver Destaque*)

▼ SIC

- 07.00 Zip Zap
- 12.00 BBC Vida Selvagem
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Big Show Sic
- 17.50 «Magia e Sedução» (de Griffin Dunne, EUA/1998, com Sandra Bullock, Nicole Kidman, Aidan Quinn. *Comédia Romântica*)
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Popstars
- 22.30 «Impacto Profundo» (de Mimi Leder, EUA/1998, com Robert Duvall, Vanessa Redgrave, Elijah Wood. *Ver Destaque*)
- 24.50 Esta Semana
- 02.30 Golfe - Algarve Open
- 02.40 «O Guerreiro da Meia-Noite» (de Moshe Diamant, EUA/1995, com Lorenzo Lamas. *Ação*)
- 04.40 Portugal Radical

▼ TVI

- 08.30 Animação
- 10.50 Angelus
- 11.15 Missa
- 12.30 8.º Dia
- 13.00 TVI Jornal
- 13.30 Dawson's Creek
- 14.45 «Soltem as Estrelas» (de Nick Cassavetes, EUA/1996, com Gena Rowlands, Marisa Tomei, Gerard Depardieu. *Aventura*)
- 17.00 «A Guerra dos Hamburgers» (de Brian Robbins, EUA/1997, com Kel Mitchell, Kenan Thompson, Sinbad. *Comédia*)
- 18.45 Olhos de Água (Compacto)
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.00 Olhos de Água
- 21.45 Big Brother
- 23.05 «A Hora da Vingança» (de Brian Helgeland, EUA/1998, com Mel Gibson, Gregg Henry, Maria Bello. *Ação*)
- 01.05 «As Malhas do Crime» (de David Fincher, Inglaterra/1998, com Armin Mueller, Carroll Baker, Debora Kara Unger. *Ação*)
- 02.05 Grandes Esperanças

Segunda, 30

▼ RTP 1

- 07.00 Infantil/Juvenil
- 09.30 Praça da Alegria
- 12.25 Regiões
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.55 Emoções Fortes
- 15.30 Vidas Cruzadas
- 16.30 Ramona
- 17.30 Quem Quer Ser Milionário?
- 18.10 Quebra Cabeças
- 18.45 Ajuste de Contas
- 19.40 Regiões
- 20.00 Telejornal
- 21.05 Lotaria Nacional
- 21.25 Quem Quer Ser Milionário?
- 22.00 Luís de Matos ao Vivo
- 23.10 Jogo Falado
- 24.50 24 Horas
- 01.20 «As Heroínas do Mal» (de Walerian Borowczyk, França/1978, com Marina Pierre, François Guétary, Gaele Legrand. *Drama*)

▼ RTP 2

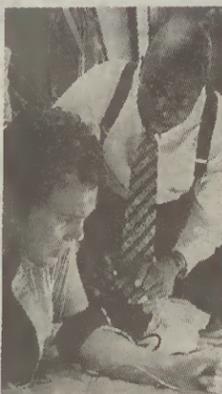
- 07.00 Hora Viva
- 09.45 Espaço Infantil-Juvenil
- 12.10 Euronews
- 12.30 100.000 Porquês
- 13.00 2010 (R)
- 14.00 Universidade Aberta
- 14.30 Cluny, Uma Luz na Noite
- 15.30 Parlamento
- 16.30 Informação Gestual
- 17.40 Espaço Infantil
- 18.30 Informação Religiosa
- 19.00 Rotações
- 19.30 Horizon: Atlantis Uncovered
- 20.25 Viver no Campo
- 20.50 Por Outro Lado
- 22.00 Acontece
- 22.30 Jornal 2
- 23.00 Snoops
- 24.00 Artes de Paleolítico: Metal Clown
- 24.50 Andamentos

▼ SIC

- 08.00 Buéréré
- 10.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.10 A Próxima Vítima
- 15.30 A Viagem
- 16.40 Malhação
- 17.40 Estrela Guia
- 18.40 Um Anjo Caiu do Céu
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 «Mais Tarde» Longa Metragem
- 23.00 Ganância/Porto dos Milagres
- 24.00 Noites Marcianas
- 02.00 «A Dupla» (de Raul Ruiz, EUA/1998, com William Baldwin, Anne Parillaud, Lisanne Falk. *Thriller*)
- 04.10 Portugal Radical

▼ TVI

- 08.30 Animação
- 11.30 Tiro e Queda
- 12.00 Big Brother II
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 Big Brother II
- 15.00 Chiquititas
- 15.30 Batatoon
- 19.00 Olho de Água
- 19.30 Big Brother
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.00 Super Pai
- 22.00 Olhos de Água
- 23.00 Big Brother
- 24.00 «Jade» (de William Friedkin, EUA/1995, com David Caruso, Linda Fiorentino, Chazz Palminteri. *Thriller*)
- 02.10 Até que a Lei nos Separe
- 03.20 Mercy Point
- 04.20 Doido por Ti
- 04.50 O Vingador



«Departamento de Homicídios» Série policial

Terça, 1

▼ RTP 1

- 07.00 Infantil/Juvenil
- 09.30 Praça da Alegria
- 12.25 Regiões
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.55 Emoções Fortes
- 15.30 Vidas Cruzadas
- 16.30 Ramona
- 17.35 Quem Quer Ser Milionário?
- 18.10 Quebra Cabeças
- 18.40 Ajuste de Contas
- 19.40 Regiões
- 20.00 Telejornal
- 21.00 Contra Informação
- 21.45 Futebol: Liga dos Campeões
- 23.45 Futebol: Liga de Campeões (Resumos)
- 24.00 Top Video
- 24.30 24 Horas
- 01.00 «Tudo em Família» (de Richard Pearce, EUA/1996, com Robert Duvall, James Earl Jones, Irma P. Hall. *Ver Destaque*)

▼ RTP 2

- 07.00 Hora Viva
- 09.45 Espaço Infantil-Juvenil
- 12.10 Euronews
- 12.20 Boletim Agrário
- 12.30 Rotações
- 13.00 O Lugar da História
- 14.00 Uma Curta História da Irlanda
- 14.55 Andebol
- 16.30 Informação Gestual
- 17.40 Espaço Infantil
- 18.30 Informação Religiosa
- 19.00 Bombordo
- 19.30 Horizon: Breath of Life
- 20.25 Viver no Campo
- 21.00 O Triunfo dos Porcos
- 22.00 Acontece
- 22.30 Jornal 2
- 23.00 Conversa Privada
- 24.00 «Long Days Closes» (de Terence Davies, Reino Unido/1992, com Marjorie Yates, Leigh McCormack, Anthony Watson. *Drama*)
- 01.35 Rotações

▼ SIC

- 08.00 Buéréré
- 10.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.10 A Próxima Vítima
- 15.30 A Viagem
- 16.40 Malhação
- 17.40 Estrela Guia
- 18.45 Um Anjo Caiu do Céu
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Mulher não Entra
- 22.00 Ganância/Porto dos Milagres
- 23.30 Noites Marcianas
- 02.00 Noites Longas
- 04.00 Portugal Radical

▼ TVI

- 08.30 Animação
- 11.00 Tiro e Queda
- 11.30 Big Brother II
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 «A Quinta dos Balões» (de William Dear, EUA/1997, com Rip Torn, Roberts Blossom, Laurie Metcalf. *Aventura*)
- 16.00 «Que Rica Encomenda» (de Jason Bloom, EUA/1997, com Paul Rudd, Reeses Witherspoon, Larry Drake. *Comédia*)
- 17.45 Amigos e Detectives
- 19.30 Big Brother II Extra
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.00 Olhos de Água
- 21.45 Big Brother
- 24.15 Ally McBeal
- 01.15 Doido por Ti
- 01.45 O Vingador

Quarta, 2

▼ RTP 1

- 07.00 Infantil/Juvenil
- 09.30 Praça da Alegria
- 12.25 Regiões
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.55 Emoções Fortes
- 15.30 Vidas Cruzadas
- 16.30 Ramona
- 17.35 Quem Quer Ser Milionário?
- 18.10 Quebra Cabeças
- 18.40 Ajuste de Contas
- 19.25 Roda dos Milhões
- 19.35 Futebol: Liga dos Campeões
- 21.35 Telejornal
- 22.30 Lotação Esgotada
- 23.20 Quem Quer Ser Milionário?
- 23.55 Liga dos Campeões
- 24.10 Bull
- 24.15 Maiores de 20
- 24.45 Futebol: Liga dos Campeões (Resumo)
- 01.00 Ciclismo: G.P. Jornal Notícias
- 01.10 24 Horas
- 01.40 «O Assassino de Vermont» (de Jay Cravendon, EUA/1998, com Ernie Hudson, David Lansbury, Martin Sheen. *Drama*)

▼ RTP 2

- 07.00 Hora Viva
- 09.45 Espaço Infantil-Juvenil
- 12.10 Euronews
- 12.30 Andamentos
- 13.00 O Triunfo dos Porcos
- 14.00 Napoleão Bonaparte
- 15.00 Euronews
- 15.30 Travessa do Cotovelo
- 16.30 Informação Gestual
- 17.40 Espaço Infantil
- 18.30 Informação Religiosa
- 19.00 Onda Curta
- 19.30 Horizon: Future Plagues
- 20.10 Viver no Campo
- 20.40 Livres e Iguais
- 22.00 Acontece
- 22.30 Jornal 2
- 23.00 Fenómeno
- 24.00 Sinais do Tempo

TVisto

• Correia da Fonseca

O palheiro e a lama

Uma estória viciada

O descrédito da televisão que nos impingem já chegou à Internet: um dia destes, correu na Net um apelo para que os telespectadores protestassem contra o lixo fornecido a domicílio desligando os televisores durante uma hora. Não quero saber quem lançou o apelo, se foi muito ou pouco conhecido (calcula que pouco, a Net ainda é um luxo inacessível para a maioria dos portugueses), quantos telespectadores seguiram o convite. Suponho, aliás, que sempre seria um escasso número, pois não se faz um apelo destes exactamente para quando está no ar a transmissão de um decisivo Boavista-Sporting. Interessa-me, sim, notar que a ideia existiu, foi posta em prática e falava pelo menos numa estação de rádio de grande audiência (a grande imprensa ignorou-a: a pobrezinha parece andar pouco informada). Por arquipoderosa que sejam a TV e os poderes que a

No quadro dessa busca, tenho seguido com atenção a rubrica «Livres e Iguais» que na RTP 2 vem associando a televisão pública portuguesa à comemoração da Declaração Universal dos Direitos do Homem, designadamente do seu artigo que desde logo proclama que todos os homens e mulheres nascem livres e iguais. Ali se fala, pois, de direitos. Não de todos, naturalmente, só daqueles, entre os que a Declaração afirma, que caíram nas boas graças (e na conveniência) do Ocidente Democrático. Mas eu já nem sou muito exigente, ou nem sempre o seu: alguns deles, honestamente abordados, já me serviam. Quanto ao esquema seguido pelo programa, que é apresentado por Paula Pinheiro, esforça-se por ser atraente e didáctico. A jornalista apresenta aos convidados uma situação de faz-de-conta que implica um problema directamente relacionado com um dos direitos, e seguem-se opiniões, dúvidas, debate. Tudo bem. Contudo, aconteceu na passada semana que a estória apresentada se inspirava de um modo transparente em duas situações bem reais dos anos recentes: primeiro, a situação que desembocou na Guerra do Golfo; depois, a intervenção USA/NATO no Kosovo; e em ambos os casos os dados fornecidos aos circunstantes e também aos telespectadores estavam viciados, assumindo os argumentos falsificados que os Estados Unidos levavam os media a injectar no mundo inteiro. Por acaso, e excepcionalíssimo acaso, entre os convidados em estúdio até estava um comunista, o deputado António Filipe, que teve uma intervenção naturalmente lúcida e tão eficaz quanto as circunstâncias permitiam. Mas a contaminação do enunciado era tão ampla e tão habilmente implícita que a manipulação não podia ser neutralizada naquelas condições. Embora sob «pseudónimo» e a suposta ficção, as teses USA foram de novo confirmadas como se tivessem já ascendido a verdades históricas incontrovertidas, isto é, o atoleiro de enganos em que a generalidade do público está sauí dali com vigor reforçado. Se se disser, para plena compreensão, que o tema da emissão era o famigerado TPI, o Tribunal Penal Internacional que nasce com a evidente vocação de ser mais um instrumento da repressão norte-americana contra quantos tentem opor-se à sua ditadura transnacional, ficam claros os objectivos da emissão. Por último, quero acrescentar que não sei se Paula Moura Pinheiro perpetrou aquilo dando-se inteira conta do que estava a fazer, dúvida esta que, naturalmente, vai a seu favor na minha valiação. O mais certo é que o seu entendimento destas coisas da política esteja totalmente condicionado pelas toneladas de propaganda, de versões falsificadas, que atafulham o nosso quotidiano, tudo ou quase tudo o que vemos, dir-se-ia que o próprio ar que respiramos. Como acontece com outros jornalistas de boa-fé. E isso é que é o pior da tragédia informativa que hoje assola o planeta.



controlam, o certo é que quando coisas destas começam nunca se sabe onde vão dar. De qualquer modo, é claro que o que há a fazer perante o envenenamento da televisão despejada em nossas casas não é desligar o aparelho, mesmo só por uma hora, tal como o remédio para um eventual envenenamento de géneros alimentícios não é deixar de comer: é exigir aos poderes públicos que obriguem os operadores de TV a cumprir a lei, o que não parece exagero, e a justificarem a concessão recebida do Estado (isto é, de todos nós) intervindo no sentido da utilidade social de que emergem. Depois de o fazerem, podem levar para casa os lucros que quiserem, pois então já serão legítimos; o que não podem é amealhar dividendos pelo custo de um tendencial emparqueamento da comunidade e mesmo da sua ruína financeira (através do sobreconsumo constantemente induzido pela publicidade desenfreada e muitas vezes impostora, por exemplo). Além de que, já se vê, parece-se com uma prática de pura traição nacional a permanente falsificação do que se passa no mundo colocada onde devia estar a famosa e já mítica informação honesta. Por mim, teimo em continuar a procurar, neste telepalheiro inundado de lama, a agulha de um ou outro programa asseado e útil que seja nota minoritária na hegemonia imbecilizante quando não pior. Às vezes encontro. Noutras coisas, julgo encontrar. A regra geral é ficar desapontado.

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição

A talhe de foice

• Anabela Fino

O chorão e o frouxo

Esquecido dos tempos em que apareceu na televisão, amparado pela família, chorando a sua alegada inocência no caso das «viagens fantasmas» de alguns deputados da Assembleia da República, Filipe Menezes arvorou-se agora em durão e abriu as hostilidades contra o dirigente do seu partido. Que é frouxo, diz, que não tem perfil nem carisma para guiar o PSD de regresso ao Poder; numa palavra, que devia arrumar as malas e dar lugar a outro.

Garantem social-democratas bem informados que a fúria do chorão contra o frouxo do Durão não passa de dor de cotovelo por não ter sido o escolhido para encabeçar a lista à Câmara do Porto. Outros, como Valentim Loureiro, asseguram que o que Menezes quer é «ser presidente do partido», aspiração que de resto terá já dado a conhecer «a toda a gente». Eles lá sabem.

A verdade é que Menezes zurziu forte e feio em Durão Barroso na reunião do conselho nacional do PSD da semana passada, cuja viria a abandonar depois de Barroso o ter desafiado a candidatar-se contra ele em congresso. Fora de portas, naquele jeito peculiar de bate e foge, Menezes afirmou aos jornalistas ter dito «na cara [de Durão] aquilo que nunca ninguém teve a coragem de lhe dizer» mas que vai na alma de muitos, asseverou que «não tinha medo» de se candidatar mas que prefere apoiar outros, e evocou os exemplos de Sá Carneiro e Cavaco - mão dura e rédea curta - como ideal para a chefia das hostes. Santana Lopes, disse, podia ser esse chefe, já que, segundo Menezes, é «o balão de oxigénio que está a dar esperança neste momento» ao PSD. Pela candidatura à Câmara de Lisboa, ao que parece.

O mais interessante desta guerra verbal estava no entanto reservada para sábado, dedicada por Menezes, presidente da Câmara de Gaiã, às lides autárquicas.

Segundo reza uma notícia do Público de domingo, o autarca aproveitou uma visita a Afurada para conversar «com o povo humilde e gente de idade», que lhe terá manifestado a sua solidariedade. Vale a pena citar: «Vinharter comigo e diziam: "Senhor presidente, eu vi o que o senhor disse estes dias e eu estou de acordo consigo." Tudo o que eu owi só me dá mais convicção de que nunca, em circunstância alguma, me baixarei às cliques das alcatifas da capital. Direi sempre o que penso, terei sempre a mesma postura e estarei sempre ao lado dos desprotegidos, que querem ouvir uma voz na televisão a dizer o que eles pensam em casa.» Para rematar, Menezes disse ainda que se está «marimbando para os aparelhos políticos».

Não há dúvida, um Filipe no seu melhor, como quando, no consulado cavaquista, se propunha reeditar as guerras contra os espanhóis, se preciso fosse, em defesa das nossas águas. Como as guerras contra os sulistas da capital são desgastantes, Menezes terminou a semana com um jantar de solidariedade «à porta fechada» com as «concelhias fiéis». O «povo humilde e a gente de idade» não se sentaram à mesa, mas não deverão ter de esperar muito para ouvir Menezes arrotar postas de pescada. Na televisão, desta feita travestido de durão, como compete a um defensor dos desprotegidos.

1º de Maio comemorado em todo o País Lutar por um emprego de qualidade

«Portugal precisa de mudar para melhor!», exige a CGTP-IN. É por isso que apela à participação de todos os trabalhadores nas iniciativas do Dia do Trabalhador, que se comemora na terça-feira.

O Dia do Trabalhador será comemorado em todo o País, em iniciativas organizadas pela CGTP-IN. Em Lisboa, o desfile parte às 15 horas do Martim Moniz com destino à Alameda D. Afonso Henriques. No Porto, a concentração está marcada para a Praça General Humberto Delgado, à mesma hora. No apelo à participação, a CGTP apresenta como grandes bandeiras do 1.º de Maio deste ano a luta por melhores salários, a implantação das 35 horas semanais, a qualidade de emprego, a formação e a qualificação para os jovens, uma protecção social digna, a justiça fiscal e a igualdade entre os sexos.

«Portugal precisa de mudar para melhor! Mudar no sentido do progresso, da justiça social e da solidariedade, com a responsabilização dos poderes político e económico», afirma a Inter-sindical.

Emprego de qualidade

O custo da hora de trabalho em Portugal é 3 vezes inferior à média europeia. A inflação é já de 3,3 por cento em 2001. A produtividade aumentou mais de 3 por cento. Entretanto, o salário mínimo continua em 67 contos, de longe o mais baixo da União Europeia.

Apesar desta situação, os patrões e o Governo insistem na moderação salarial, boicotam a contratação colectiva e usam todos os expedientes para manter os baixos salários. «Esta realidade tem que ser alterada. Pelo que produzimos, merecemos ser melhor remunerados», exige a CGTP. Mas outros problemas se colocam aos trabalha-

dores portugueses. Apesar dos muitos milhões de contos postos à disposição das empresas, a qualidade do emprego não melhorou em Portugal. A precariedade aumenta sem cessar, afectando mais de 750 mil trabalhadores, dos quais 42 por cento são jovens.

Como refere a Inter-sindical, mais de 30 mil jovens licenciados estão no desemprego ou em ocupações pouco qualificadas ou precárias. Utiliza-se a mão-de-obra imigrante para desregular o trabalho e impor uma política de baixos salários e baixa qualificação.

35 horas

Uma das mais importantes reivindicações é a implementação das 35 horas de trabalho semanal. Actualmente, Portugal tem a mais pesada carga horária de trabalho de toda a União Europeia. Na Construção Civil, na Hotelaria, na Banca, nos Seguros e noutros sectores,

nem sequer são respeitados os limites máximos legais.

«Recorre-se a horas extraordinárias a torto e a direito e patrões há que se recusam a pagá-las ou a compensá-las. Este abuso tem que ser travado. É tempo de o nosso país seguir o exemplo de outros países europeus, onde o limite máximo das 35 horas semanais está já estabelecido», pedem os sindicalistas.

Mais razões

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalho, ao apresentar as conclusões do Comité Central, apelou à participação, nas iniciativas da CGTP, de todos os que são atingidos pela política de direita e que querem exigir uma política de esquerda para Portugal.

E apresentou as razões: a situação social que hoje se vive, as tentativas do capital e do Governo para impor uma política de baixos salários, o alastramento da precariedade, a crescente sinistralidade no trabalho, o aumento do custo de vida, a desvalorização e destruição do aparelho produtivo nacional e a persistência das políticas de degradação do sector público, dos serviços públicos e das funções sociais do Estado.

Uma luta histórica

1 de Maio de 1886. Centenas de milhares de operários de Chicago participaram numa greve geral pela jornada de oito horas, convocada pela Federação dos Trabalhadores dos Estados Unidos e Canadá. A repressão patronal e policial foi violenta: vários mortos e centenas de feridos. Oito dos detidos são arbitrariamente condenados à morte.

Estes trágicos acontecimentos levaram a que, três anos depois, os Congressos Operários de Paris declarassem o 1.º de Maio como Dia Internacional do Trabalhador e convocassem para o ano seguinte uma grande manifestação internacional.



A CGTP comemora o Dia do Trabalhador em dezenas de localidades

Um livro de Jaime Serra O Abalo do Poder

Que melhor data para o lançamento de um livro que centra a sua atenção sobre o processo revolucionário aberto pelo 25 de Abril se não o próprio aniversário da Revolução? É assim que está em distribuição esta obra de Jaime Serra, um dirigente histórico comunista, que publica, na Coleção Resistência das Edições Avante!, **O Abalo do Poder** - do 25 de Abril de 1974 ao 25 de Novembro de 1975. O livro dirige-se sobretudo às gerações mais jovens, entre as quais, como numerosos estudos o comprovam, impera larga ignorância não apenas sobre os episódios da Revolução de Abril mas ainda sobre o seu significado e importância. É o que, aliás, o General Vasco Gonçal-

ves, autor do prefácio, sublinha, chamando a atenção para este facto: «Na situação política actual, as forças dominantes procuram, com a tenacidade, a agressividade e a demagogia que as caracterizam, branquear os 48 anos de ditadura fascista e denegrir, sob as mais diversas formas e os mais diversos pretextos, o 25 de Abril e o processo revolucionário que se desenvolveu no nosso país após aquela data.»

Vasco Gonçalves, que faz notar o «grande interesse histórico, popular e de esclarecimento da verdade» deste trabalho de Jaime Serra, adianta: «É um livro simples e rigoroso, inteligentemente, no qual, em palavras entendíveis por todos, perpas-

sam, com grande clareza, realismo e verdade, os acontecimentos e as acções dos homens, as relações entre a população e os militares, a transformação dum golpe militar numa revolução, as contradições no interior do MFA e entre o MFA e as Forças Armadas, a acção popular, a acção das forças revolucionárias e a das contra-revolucionárias, o seu choque permanente, a luta de classes sempre presente como pano de fundo, a influência e a acção dos militares progressistas, do movimento sindical unitário, do Partido Comunista Português e dos democratas identificados com as mais legítimas aspirações do povo português.»

O livro já em distribuição



será em breve apresentado publicamente numa sessão em que participará o autor.



5 603199 000445